



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – CCE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ROGÉRIO DE MEDEIROS SILVA

**O ENSINO SECUNDÁRIO NO PIAUÍ EM PÁGINAS DE JORNAIS
(1942 – 1971)**

TERESINA
2020

ROGÉRIO DE MEDEIROS SILVA

**O ENSINO SECUNDÁRIO NO PIAUÍ EM PÁGINAS DE JORNAIS
(1942 – 1971)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Educação, Movimentos Sociais e Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Jane Bezerra de Sousa

TERESINA
2020

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Educação
Serviço de Processos Técnicos

S586e Silva, Rogério de Medeiros
O Ensino secundário no Piauí em páginas de jornais (1942-1971) /
Rogério de Medeiros Silva. – 2020.
138 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de
Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em
Comunicação, Teresina, 2020.
“Orientadora: Dr.^a Jane Bezerra de Sousa.”

1. Ensino Secundário. 2. Educação - História. 3. Imprensa
Piauiense. I. Sousa, Jane Bezerra de. II. Título.

CDD 373

Bibliotecário: Hernandes Andrade Silva – CRB-3/936

ROGÉRIO DE MEDEIROS SILVA

**O ENSINO SECUNDÁRIO NO PIAUÍ EM PÁGINAS DE JORNAIS
(1942 – 1971)**

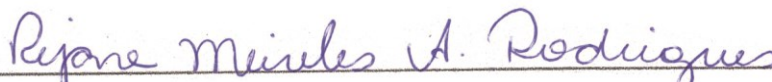
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em: 27 de fevereiro de 2020

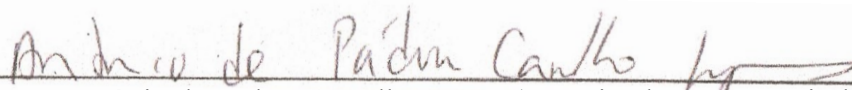
BANCA EXAMINADORA



Prof.ª. Dra. Jane Bezerra de Sousa (Orientadora)
Universidade Federal do Piauí



Prof.ª. Dra. Rejane Meireles Amaral Rodrigues (Examinadora Externa Titular)
Universidade Estadual de Montes Claros



Prof. Dr. Antônio de Pádua Carvalho Lopes (Examinador Interno Titular)
Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Cesar Augusto Castro (Examinador Externo Suplente)
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Ednardo Monteiro Gonzaga do Monti (Examinador Interno Suplente)
Universidade Federal do Piauí

Aos amores de minha vida: minha mãe, meu pai (*in memoriam*), meus irmãos e seus filhos, e minha namorada. A todos, desejo que a educação continue a encantá-los.

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte de amor. Aquele que sabe a hora de tudo em nossas vidas.

Aos meus familiares, por todo o apoio que sempre me deram. Nominalmente: minha mãe, Maria da Glória de Medeiros, que me carregou em seu ventre e sempre me incentivou e proporcionou que eu estudasse; aos meus irmãos mais velhos, Maria José de Medeiros Silva (Eliete), Darly Maria Silva de Barros, Darla Maria de Medeiros Silva, Ridinaldo de Medeiros Silva Filho, Glória Maria de Medeiros Silva que, por vezes, foram corresponsáveis por minha educação familiar e escolar; também à minha irmã mais nova, Danielle de Medeiros Silva, com quem pude compartilhar momentos de brincadeiras na infância.

Àquelas que também são minha família: minha namorada, Nayara Rosa Nunes de Sousa, e sua mãe, Lúcia Nunes de Sousa, por todo o suporte, e por criarem condições para que eu desenvolvesse e concluísse a minha pesquisa.

À minha querida orientadora, Professora pós-doutora, Jane Bezerra de Sousa, que teve papel fundamental no processo de elaboração desta pesquisa, dedicando horas de trabalho na orientação. Sua competente e valiosa contribuição impulsionou-me na pesquisa e no desenvolvimento deste trabalho.

Aos meus companheiros de graduação em Pedagogia da UFPI, da Turma Raízes e Asas, que torceram por mim durante todo o período de mestrado.

À Congregação dos Irmãos Maristas, da qual fui aluno no ensino fundamental (1º grau) e membro religioso. Por tudo o que me ensinaram, pelos valores que sempre carregarei em meu coração. Em caráter especial, aos irmãos da Província Marista do Brasil Centro Norte.

Aos estabelecimentos de ensino dos quais fui aluno: Escola Professor Cândido Duarte; Colégio São Miguel; Colégio Marista Nossa Senhora da Conceição; Instituto Santo Tomás de Aquino (ISTA); Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR); e UFPI. São valiosos tesouros para a minha história educacional. Também aos meus sábios professores e professoras nesses espaços.

À Secretaria Municipal de Educação (SEMEC) de Teresina, em particular, à Escola Municipal Roberto Cerqueira Dantas, meu ambiente de trabalho e espaço onde ponho em prática os ensinamentos que adquiri em educação. Igualmente, aos meus companheiros de trabalho, comprometidos com a educação desde a portaria até as salas de aula, e aos meus alunos.

Ao professor Antônio de Pádua Carvalho Lopes, por suas contribuições nas aulas durante o curso de mestrado e na coordenação do Núcleo de Estudos em Educação, Sociedade e Cultura (NESC).

À Maira Danuse, que corrigiu este trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da UFPI, em especial, àqueles que me acompanharam no mestrado: Carmen Lúcia de Oliveira Cabral, Ednardo Monteiro Gonzaga do Monti e Neide Cavalcante Guedes. Com eles, tive o privilégio de partilhar conhecimentos e enriquecer pessoalmente com os seus ensinamentos.

À 29ª turma de Mestrado em Educação do PPGED, com quem pude compartilhar conquistas e percalços durante o curso.

Ao Arquivo Público do Estado do Piauí e ao Projeto Memória do Jornalismo Piauiense, por disponibilizarem os jornais utilizados para esta pesquisa.

“Para bem educar é preciso, antes de tudo, amar”.

(São Marcelino Champagnat)

SILVA, Rogério de Medeiros. **O ensino secundário no Piauí em páginas de jornais (1942 – 1971)**. Dissertação (Mestrado em Educação) 138 f. Programa de Pós-Graduação em Educação. Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, 2019.

RESUMO

O presente trabalho tem como temática o ensino secundário piauiense em páginas de jornais, no período de 1942 a 1971. Esse recorte temporal tem como início o ano de 1942, por coincidir com a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Secundário, Lei 4.244/42, e o ano de 1971 como término, em virtude da implantação da Lei 5692/71. Estabelece-se como objetivo geral analisar o ensino secundário no Piauí, a partir das notas de jornais publicadas no íterim supracitado. Especificamente, pretende-se: apresentar elementos referentes ao processo de oferta do ensino secundário do Piauí; evidenciar algumas das instituições que ofertavam ensino secundário no Piauí, a partir das informações divulgadas nos jornais; analisar a profissão docente e cultura escolar no ensino secundário, tendo como base a imprensa escrita. A pesquisa parte de estudo bibliográfico e hemerográfico/documental, por meio de notas de jornais coletadas no Arquivo Público do Piauí, Casa Anísio Brito e no sítio eletrônico do Projeto Memória do Jornalismo Piauiense, nos seguintes noticiosos: Gazeta, A Luz, O Dia, O Dominical, o Estado, Renascimento, O Piauí e O Cálamo. Neles, foram pré-analisadas 117 notícias, divididas nas categorias: comunicados e avisos, bolsas de estudos, prédio, exames, eventos escolares, alunos, diretores, professores, propaganda. Como referencial teórico, a análise fundamenta-se na Nova História Cultural ou História Nova – principalmente nos estudos de Le Goff (2003) – tendo sido através dessa corrente historiográfica que ocorreu o alargamento das fontes para a pesquisa histórica, dentre elas, os jornais. Não obstante, outros autores dialogam com a pesquisa, a exemplo de: Sousa (2016); Gil (1991); Galvão e Lopes (2010); Martins e Luca (2015); Fernandes (2008); Burke (2006); Stephanou e Bastos (2005); Barros (2012); Silva (1969); Romanelli (1999); Lopes (2012); Brito (1996); Mendes (2012). Ademais, ancorou-se em leis e reformas, como a Lei Orgânica do Ensino Secundário (4.244/42) e a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (4.024/61), as quais vigoraram no Brasil e no Piauí no período perscrutado. Assim, as páginas dos jornais piauienses revelaram as modificações do ensino secundário não só a partir das reformas apontadas, como também de suas instituições escolares, da profissão docente e da cultura escolar. Diante da análise dos noticiosos, foi possível ouvir as vozes de pais, diretores, estudantes e da própria sociedade que vivenciou aquele momento, promovendo um diálogo entre as notícias, os livros de história da educação piauiense e a legislação em vigor. Embora, outras modalidades de ensino tivessem espaço nos periódicos, o ensino secundário ganhou destaque, pelo seu caráter inovador e diversificado, também pela condição social dos estudantes deste ensino.

Palavras-chave: História da Educação. Ensino secundário. Imprensa piauiense.

SILVA, Rogério de Medeiros. **Secondary education in Piauí on newspaper pages (1942 - 1971)**. Dissertation (Master in Education) 138 f. Graduate Program in Education. Center for Educational Sciences, Federal University of Piauí, 2019.

ABSTRACT

The present work has as its theme Piauí's secondary education in newspaper pages, from 1942 to 1971. This time frame begins in 1942, as it coincides with the promulgation of the Organic Law on Secondary Education, Law 4.244/42, and the year 1971 as the end, due to the implementation of Law 5692/71. It is established as a general objective to analyze secondary education in Piauí, based on newspaper notes published in the interim mentioned above. Specifically, it is intended: to present elements related to the process of offering secondary education in Piauí; to evidence some of the institutions that offered secondary education in Piauí, based on information published in newspapers; to analyze the teaching profession and school culture in secondary education, based on the written press. The research starts from bibliographic and hemerographic/documentary study, through newspaper notes collected in the Public Archives of Piauí, Anísio Brito House and on the website of the Projeto Memória do Jornalismo Piauiense, in the following news articles: *Gazeta, A Luz, O Dia, O Dominical, o Estado, Renascimento, O Piauí e O Cálamo*. In them, 117 news items were pre-analyzed, divided into the categories: announcements and notices, scholarships, building, exams, school events, students, directors, teachers, advertising. As a theoretical framework, the analysis is based on the New Cultural History or New History - mainly in the studies of Le Goff (2003) - it was through this historiographical current that the widening of sources for historical research occurred, among them, newspapers. However, other authors dialogue with the research, such as: Sousa (2016); Gil (1991); Galvão and Lopes (2010); Martins and Luca (2015); Fernandes (2008); Burke (2006); Stephanou and Bastos (2005); Barros (2012); Silva (1969); Romanelli (1999); Lopes (2012); Brito (1996); Mendes (2012). Furthermore, it was anchored in laws and reforms, such as the Organic Law on Secondary Education (4.244/42) and the first Law of Directives and Bases of Education (4.024/61), which were in force in Brazil and Piauí in the period under review. Thus, the pages of Piauí's newspapers revealed the changes in secondary education not only from the reforms mentioned, but also from their school institutions, the teaching profession and the school culture. In view of the analysis of the news, it was possible to hear parents, directors, students and the society itself that experienced that moment, promoting a dialogue between the news, the history books of Piauí education and the legislation in force. Although other teaching modalities had space in the journals, secondary education gained prominence, due to its innovative and diversified character, also due to the social of the students of this teaching.

Keywords: History of Education. Secondary school. Piauí press.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – NOTÍCIA SOBRE PEDIDO DE PREFERÊNCIA NA COMPRA DE MATERIAL ESCOLAR	45
FIGURA 2 – NOTÍCIA SOBRE O ENSINO SECUNDÁRIO, COM A NOVA REFORMA.....	47
FIGURA 3 - MAPA 1: DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS NO PIAUÍ QUE DISPUNHAM DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SECUNDÁRIO NA DÉCADA DE 1950.....	51
FIGURA 4 – MAPA 2: CIDADES ONDE ESTAVAM ALOCADAS AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SECUNDÁRIO ENTRE OS ANOS DE 1942 – 1971, CUJAS NOTAS FORAM ANALISADAS.....	56
FIGURA 5 - PROPAGANDA SOBRE O GINÁSIO DESEMBARGADOR ANTÔNIO COSTA.....	61
FIGURA 6 - CONVITE DO DIRETOR DO COLÉGIO SÃO FRANCISCO DE SALES.....	65
FIGURA 7 - PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO PEIXE FALA SOBRE A NECESSIDADE DE SE INSTALAR UM GINÁSIO NA CIDADE.....	69
FIGURA 8 - CONVOCAÇÃO DE PROFESSORES PARA CADASTRAMENTO.....	73
FIGURA 9 - PEDIDO DE COMPARECIMENTO DE ALUNOS OU SEUS FAMILIARES.....	75
FIGURA 10 - NOTÍCIA DE PREMIAÇÃO NO GINÁSIO LEÃO XIII.....	78
FIGURA 11 - DIVULGAÇÃO DE OFERTA DE BOLSAS DE ESTUDOS.....	80
FIGURA 12 - NOTA REFERENTE A EDITAL DO GINÁSIO DES. ANTÔNIO COSTA.....	88
FIGURA 13 - PORTARIAS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO REGULANDO O EXAME DE LICENÇA GINASIAL.....	90
FIGURA 14 - PREPARATIVOS PARA A COMEMORAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DO LICEU.....	93
FIGURA 15 - NOTA SOBRE SOLENIDADE DE ENTREGA DE CERTIFICADOS.....	96
FIGURA 16 - NOTÍCIA SOBRE O DIREITO À EDUCAÇÃO E ACESSO À CULTURA.....	99
FIGURA 17 - NOTÍCIA SOBRE ALUNA QUE CONCLUIU O CURSO NO GINÁSIO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS.....	100

FIGURA 18 - MORTE DE ALUNO DO GINÁSIO DA ESCOLA NORMAL ANTONINO FREIRE, VÍTIMA DE ACIDENTE DE CARRO NA AVENIDA BARÃO DE GURGUEIA.....	101
FIGURA 19 - NOTÍCIA SOBRE UMA CORRESPONDÊNCIA FALSA FALANDO ABSURDOS SOBRE OS DIRETORES DO GINÁSIO “DES. ANTÔNIO COSTA”	105
FIGURA 20 - PROPAGANDA DE PROFESSOR PARTICULAR.....	107
FIGURA 21 - REINVINDICAÇÃO DE AUMENTO SALARIAL PARA OS PROFESSORES.....	111
FIGURA 22 - PROPAGANDA DO COLÉGIO DEMÓSTENES AVELINO	114
FIGURA 23 - PROPAGANDA DO GINÁSIO DESEMBARGADOR ANTÔNIO COSTA.....	115

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – JORNAIS PESQUISADOS	25
QUADRO 2 – INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE ENSINO SECUNDÁRIO NO PIAUÍ NA DÉ	50
QUADRO 3 - INSTITUIÇÕES SECUNDARISTAS NO PIAUÍ, ENCONTRADAS NAS NOTAS DE JORNAIS (1942-1971)	55
QUADRO 4 - NOTAS ENCONTRADAS NA IMPRENSA PIAUIENSE SOBRE O ENSINO SECUNDÁRIO DE 1942 A 1971	72
QUADRO 5 - FUNÇÃO DOS EXAMES NO ENSINO SECUNDÁRIO A PARTIR DE LEI 4.244/42	86

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APEMOP	Associação dos Professores do Ensino Secundário do Estado do Piauí
APEP	Associação dos Professores do Estado do Piauí
CADES	Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário
J.K.	Juscelino Kubitschek
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
PSD	Partido Social Democrático
UDN	União Democrática Nacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 IMPRENSA E EDUCAÇÃO: APONTAMENTOS HISTÓRICOS PARA O ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL E NO PIAUÍ	29
2.1 Imprensa: o uso do jornal como fonte para a história da educação no Brasil	29
2.2 Apontamentos históricos sobre o ensino secundário no Brasil (1549 – 1971).....	36
2.3 Rememorando a história do ensino secundário no Piauí (1822 – 1971).....	40
3 O ENSINO SECUNDÁRIO NAS PÁGINAS DOS JORNAIS: INSTITUIÇÕES ESCOLARES	54
3.1 Colégio Estadual do Piauí (Liceu Piauiense)	57
3.2 Colégio Sagrado Coração de Jesus	58
3.3 Ginásio Desembargador Antônio da Costa	60
3.4 Ginásio Leão XIII	62
3.5 Colégio Diocesano São Francisco Sales.....	64
3.6 Ginásio Picoense	66
3.7 Outros estabelecimentos	68
4 CULTURA ESCOLAR E PROFISSÃO DOCENTE NO ENSINO SECUNDÁRIO PIAUIENSE NAS MATÉRIAS DE JORNAIS	71
4.1 Comunicados e avisos: convocam-se professores, alunos e seus familiares	72
4.2 Bolsas de estudos: Quem as consegue?	77
4.3 Prédios: desafios na construção	82
4.4 Exames: adentrem os selecionados.....	85
4.5 Comemorando o ensino secundário: eventos escolares.....	91
4.6 O público: alunos secundaristas	97
4.7 Cotidiano dos estabelecimentos: os diretores são o alvo das críticas.....	102
4.8 Professores: articulações pela imprensa	106
4.9 A propaganda publicitária do ensino secundário.....	113
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS	123
APÊNDICE A – Notícias examinadas	131

1 INTRODUÇÃO

Ler jornais antigos é mais do que ler notícias. É voltar os olhos para o passado, buscando entender o presente, revisitando o que de mais relevante marcou a sociedade. Esse é o primeiro convite apresentado neste trabalho: contemplar o passado a fim de compreender o presente.

Nessa perspectiva, Zaquera (2002, p. 65) aponta três concepções de história enquanto atividade, a saber: mediação, interpretação e prática discursiva sobre o passado. Com efeito, aqui será retratado um pouco dessas três noções, revisitando o passado com o auxílio da imprensa escrita para contar parte da história do ensino secundário.

A presente dissertação demonstra o resultado da pesquisa de mestrado que tem como objeto de estudo o ensino secundário no Piauí em páginas de jornais, no período de 1942 a 1971. Trata-se de um aprofundamento histórico visando ao desvelamento de notícias veiculadas pela imprensa piauiense acerca da educação ofertada por instituições públicas e privadas, com foco no ensino secundário, a partir do Decreto-Lei 4.244/42 que, à época, imprimiu uma série de mudanças ao referido ensino. Vale destacar a sua divisão em dois ciclos, onde o primeiro era denominado *curso ginasial* e o segundo, *colegial*, distribuídos em duas modalidades: o clássico e o científico.

Dessa forma, engendra-se um trabalho direcionado para a História da Educação, com fontes documentais hemerográficas e que tem o ensino secundário como objeto. Esses três elementos dão base ao estudo ora proposto e indicam o percurso a seguir.

Destarte, a pesquisa tem natureza qualitativa e caráter exploratório. A propósito, a utilização da pesquisa qualitativa não é algo novo. Na Europa, há registros que apontam resultados dessa natureza de pesquisa no início do século XIX, conforme aduzem Pfaff e Weller (2013), ao relatarem as origens da pesquisa qualitativa europeia e brasileira, e sua importância para a sociedade.

Nesse sentido, Gil (1991, p. 45) assim se refere a pesquisas exploratórias:

estas pesquisas têm como objetivos proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-la mais explícito ou a construir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de instituições.

Atrelado ao caráter exploratório desta pesquisa, tornam-se indissociáveis dois aspectos essenciais para a sua realização, quais sejam a relevância e o problema de pesquisa. Logo, a

importância dessa pesquisa diz respeito ao fato de não se poder dissociá-la das instituições escolares, de modo peculiar as que ofertavam o ensino secundário no Piauí.

Dessa forma, enveredando nas fontes de coletas de dados, designa-se uma pesquisa documental/hemerográfica, uma vez que foram analisados periódicos circulantes no Estado do Piauí, no período delimitado. Por isso, é oportuno rememorar o conceito de *publicações periódicas*, que de acordo com Gil (1991, p. 50),

são aquelas editadas em fascículos, em intervalos regulares ou irregulares, com a colaboração de vários autores, tratando de assuntos diversos, embora relacionados a um objetivo mais ou menos definido. As principais publicações periódicas são os jornais e as revistas. Estas últimas representam nos tempos atuais uma das mais importantes fontes bibliográficas. Enquanto a matéria dos jornais se caracteriza principalmente pela rapidez, a das revistas tende a ser muito mais profunda.

Isso posto, pesquisar a história da educação, como referido, é voltar os olhos para o passado, ação que suscita alguns questionamentos, como: o que é história da educação? Para responder a tal pergunta, transporta-se o pensamento de Silva (1969, p. 17), para quem “a história da educação, como todo conhecimento histórico, preocupa-se com a percepção absolutamente exata do fato singular, tal como deparamos em situações únicas”.

Essa singularidade das situações vivenciadas no passado, para o autor, leva a crer que história da educação se situa nos fatos educacionais por meio do tempo, em diversos espaços e sociedades do passado, as quais instigam análises no presente.

A história como ciência necessita de fontes que possibilitem a história ser contada de modo “que esta não se deixe confinar no passado e venha até o presente” (DARTON, 1990, p. 7). Algumas delas dão conta de desvelar pontos que de outra forma poderiam passar despercebidos aos olhares mais apurados.

Corroborando Bastos e Stephanou (2005, p. 417),

por história estamos considerando um campo de produção de conhecimento, que se nutre de teorias explicativas e de fontes, pistas, indícios, vestígios que auxiliam a compreender as ações humanas no tempo e no espaço. É um trabalho de pensamento que supõe o estranhamento da análise, da produção de argumentos que possam validar, no presente, determinadas leituras da realidade passada, uma vez que o conhecimento histórico é uma operação intelectual que se esforça por produzir determinadas inteligibilidades do passado e não sua cópia.

Então, a produção de conhecimento por meio da história é reputada como um desafio, pois requer um debruçar-se em fontes, a buscar indícios, pistas e vestígios para apreender a

ação humana. Tudo isso embasado em uma teoria que dê sustento à história que será contada. Dessa forma, a história toma lugar científico, o que permite uma reflexão sobre o passado no tempo presente e, ao mesmo tempo, “proporciona uma experiência semelhante àquela que obtemos quando viajamos para um lugar que ainda não conhecemos” (GALVÃO; LOPES, 2010, p. 11).

De modo específico, a história da educação serve-se de acontecimentos educacionais do passado, pesquisando objetos de relevância para o processo educacional, a partir de fontes que propiciem reencontrar os fatos históricos. Nessa base, Chartier (1988, p. 14) sugere novos objetos passíveis de pesquisa:

Daí a emergência de novos objectos no seio das questões históricas: as atitudes perante a vida e a morte, as crenças e o comportamento religioso, os sistemas de parentesco e as relações familiares, os rituais, as formas de sociabilidade, as modalidades de funcionamento escolar, etc. o que representava a constituição de novos territórios do historiador através de anexação dos territórios dos outros.

Esses novos objetos aventam o significado que elementos cotidianos podem ter em âmbito social, por corresponder a um acontecimento histórico. No caso desta pesquisa, trata-se das modalidades de funcionamento escolar, a partir da imprensa.

Por anos, as teorias de análises sobre os fatos históricos ofereceram fortes componentes para os historiadores fazerem releituras historiográficas de acontecimentos. Um deles, que é adotado nesse trabalho, é a História Cultural, um desdobramento do movimento dos *Annales*, que teve origem, consoante as concepções propostas por Marc Bloch, Lucien Febvre e Fernand Braudel, no movimento intelectual surgido na primeira metade do século XX, no ambiente específico dos historiadores profissionais, denominado *Movimento Escola dos Annales*, conforme Burke (2006).

Cardoso e Vainfas (2012, p. 11) sobrelevam a importância que o Movimento dos *Annales* teve para as pesquisas historiográficas:

dentre os movimentos intelectuais surgidos no século XX no ambiente específico dos historiadores profissionais, o dos *Annales* foi, de longe, o mais influente na construção de uma história científica por sua insistência na formulação de hipóteses verificáveis (a “história-problema”); por seu espírito crítico muito desenvolvido quanto às possibilidades e os limites efetivos da documentação; pela visão global que, recusando a singularidade do “fato histórico” isolado abriu possibilidades de sistematização, de visão holística e estrutural; e por sua abertura a novos métodos, técnicas e problemáticas, o que permitiu que a história se aproveitasse, criticamente, dos avanços de outras ciência.

Esse olhar crítico, descrito acima, possibilita uma apuração dos fatos de modo a organizá-los. Por intermédio de documentos (notas de jornais) encontrados, é possível traçar um percurso histórico e estruturar os acontecimentos, facultando que a história seja contada, tratando o fato de modo crítico e enriquecendo-o com outros elementos sociais.

Darnton (1939, p.8) assim problematiza o tratamento desses fatos pela imprensa: “Converter os fatos em matérias e publicar as matérias é uma questão do que pode caber em termos culturais – convenções narrativas e tradições jornalísticas que funcionam como uma maneira de dar uma forma ao amontoado confuso e ruidoso dos fatos do dia”. São esses fatos e essas matérias que se apresentaram que serão aqui analisados, segundo o sustento teórico em questão.

Zaquera (2002) assinala a necessidade de se construir uma análise histórico-crítica das concepções e teorias para se alcançar a sua historicidade. Logo, a Nova História é concebida como elemento de análise neste estudo por assegurar a possibilidade de sustentar a pesquisa.

Trazer para a discussão o ensino secundário a partir de notas de jornais sustentados pela Nova História pode parecer uma tarefa simples mas, ao contrário, consiste em um desafio tamanho, tendo em vista que leva a refletir sobre diversos assuntos, tanto da educação quanto da imprensa (mesmo esta última sendo fonte), os quais, por vezes, foram deixados à margem.

Em conformidade com Zaquera (2002), a história, sob uma perspectiva educacional, aproxima-se de outras histórias, como a do direito e a da medicina, mas se sobressai pela função que desempenha dentro da própria educação. Sendo assim, os recursos analíticos constituídos ao longo do tempo serão assimilados e colaboram para que seja feita uma opção epistemológica.

Das três modalidades básicas da epistemologia analítica da história, indicadas por Cardoso (2012), o presente estudo adotará o construcionismo, por ocasião da análise de conteúdo empírico, dentro da heterogeneidade que ele permite, isto é, um vasto campo de notícias de jornais. A partir dessa modalidade, reforçam-se os pressupostos da Nova História Cultural, cuja influência foi indubitável também para a construção de uma história científica, haja vista aspectos como: sua insistência na formação de hipóteses verificáveis (a “história problema”); seu espírito crítico, muito desenvolvido quanto às possibilidades e aos limites efetivos da documentação; sua visão global que, recusando a singularidade do “fato histórico” isolado, abriu possibilidade de sistematização, de visão holística e estrutural; sua abertura a novos métodos, novas técnicas e novas problemáticas, o que aqui permitiu que a história se aproveitasse, criticamente, dos recursos dispostos e, conseqüentemente, analisados (BURKE, 1992).

Aliás, Barros (2012) apresenta a terceira geração dos Annales, que surgiu no ano de 1968, quando historiadores franceses imprimem nova roupagem ao movimento já existente Escola dos Annales. Na ocasião dessa terceira geração, foi constituído um comitê formado por Jacques Le Goff, Marc Ferro, Le Roy Ladurie, o que caracteriza uma nova perspectiva no movimento, que também se incorporou a esta pesquisa.

Fundamentado na perspectiva teórico-metodológica retratada, a pesquisa em tela tem por objetivo geral analisar o ensino secundário no Piauí a partir das notas de jornais publicadas no período de 1942 a 1971. Diante dessa perspectiva, elencaram-se os seguintes objetivos específicos: apresentar elementos referentes ao processo de oferta do ensino secundário no Piauí; evidenciar algumas instituições que ofertavam ensino secundário no Piauí, a partir das informações divulgadas nos jornais; analisar a profissão docente e cultura escolar no ensino secundário, tendo como base a imprensa escrita.

A configuração desta pesquisa, cujo título é *O ensino secundário no Piauí em páginas de jornais (1942 – 1971)*, também obteve inspiração em obras acadêmicas realizadas, nomeadamente na UFPI, as quais dizem respeito à história da educação do próprio estado, principalmente por meio do ensino secundário, como descrito na sequência.

Em um recorte temporal bem aproximado do eleito neste estudo, Araújo (2012) tratou de pesquisar sobre os professores que lecionaram no ensino secundário do Piauí entre os anos de 1942 e 1982. Em sua dissertação de mestrado, intitulada *A constituição do corpo docente do ensino secundário no Piauí (1942 - 1982)*, o autor aborda objetivamente como se deu o estabelecimento do corpo docente dessa modalidade de ensino, com foco na organização e na expansão do ensino secundário no estado.

Entre as categorias de análise examinadas, destacam-se a formação profissional dos docentes, o salário que recebiam e a forma como ingressavam no magistério. Além da história oral, para a coleta dos dados, o autor lançou mão de pesquisa documental, a partir, dentre outras fontes, de jornais de circulação no período do recorte.

Sobre as conclusões às quais o autor chega, frisa-se a influência social da época na construção do corpo docente e a expansão do ensino secundário no Piauí – esta partindo, sobretudo, dos interesses da iniciativa privada e, de modo mais incisivo, das instituições educacionais confessionais.

As contribuições de Araújo (2012), tanto para o uso do jornal como fonte quanto para a pesquisa ora proposta, são de extrema relevância, uma vez que o autor se preocupa com um tema de grande repercussão para toda a classe de professores e para o espaço escolar. Suas

revelações, consubstanciadas em seu estudo, ajudarão a analisar algumas categorias da presente pesquisa, além de colaborar historicamente com os demais capítulos.

Na tese de Reis (2017), também produzida no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI, intitulada *O ensino secundário ginásial no Piauí Republicano: revelando a cultura escolar do Ginásio Municipal Oeirense (1952-1969)*, embora a pesquisa tenha como cerne o Ginásio Municipal Oeirense, a autora faz um aparato histórico de todo o ensino secundário no Brasil e no Piauí, revisitando o percurso dessa modalidade de ensino na história da educação.

Com a intenção de responder ao problema de pesquisa (*como historicamente o ensino secundário se configurou no Piauí, de forma particular os ginásios republicanos, tomando como modelo a cultura escolar manifestada no Ginásio Municipal Oeirense?*), a autora elegeu como objetivo geral analisar historicamente a configuração do ensino secundário no Piauí, destacando os ginásios republicanos por meio da revelação da cultura escolar manifestada no Ginásio Municipal Oeirense. A contribuição da pesquisa de Reis (2017) para o trabalho aqui desenvolvido se dá, singularmente, no que tange ao percurso histórico que a autora faz sobre o ensino secundário em diversos períodos.

Na dissertação de Ponte (2005), cujo título é: *As representações sociais da escola pública nos jornais de Teresina (1960-1989)*, a autora propõe-se a investigar as notícias de jornais no referido recorte temporal. Nesse ensejo, busca compreender as representações sociais apreendidas nos jornais da cidade de Teresina.

Os embates entre os defensores da escola pública e da escola privada são expostos pela referida autora por intermédio de uma análise tanto bibliográfica quanto hemerográfica. É nesse âmbito que a pesquisa se assenta, porquanto tem a imprensa como objeto de estudo e situa-a apoiada em uma análise conjuntural do período pesquisado. À vista disso, contribuirá com a presente dissertação graças à sua visão sobre imprensa periódica, especialmente a piauiense.

Observando os temas e recortes acima citados, vale reforçar que o objeto do presente estudo (ensino secundário nas matérias de jornais) e o recorte temporal (entre os anos de 1942 e 1971) foram escolhidos em função da Lei Orgânica do Ensino Secundário, nº 4.244, promulgada em 09 de abril de 1942, passando pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 4.024, de 20 de dezembro de 1961, posteriormente suprimida pela LDB número 5.692, datada de 11 de agosto de 1971, quando foi implantado o ensino de 1º e 2º graus. Entre essas duas, encontra-se a LDB 4.024/61.

No período que compete aos anos de 1942 a 1946, não apenas o ensino secundário passou por transformações, mas também outras modalidades de ensino, a exemplo do ensino primário e profissionalizante. Para fins deste trabalho, serão deslindadas, especificamente, ocorrências referentes ao ensino secundário.

Embora tenhamos os trabalhos acima citados, a pesquisa aqui relatada se tornou possível pelas experiências vivenciadas durante o percurso acadêmico e profissional do autor: o trabalho que o mesmo já realizou em diversas escolas públicas e privadas, as suas participações em eventos, seu envolvimento em estudos e discussões que trataram da História da Educação quando o mesmo cursava pedagogia e a influência de seus professores durante o curso de Licenciatura em Pedagogia. Além de sua satisfação pessoal em preservar a história dos estabelecimentos de ensino.

Como já citado, o período explorado nos jornais é o mesmo de vigência da Lei Orgânica do Ensino Secundário, o que justifica o recorte desta pesquisa (1942-1971). Contudo, fez-se necessário retomar a *Reforma Francisco Campos*, nome atribuído a uma série de decretos que deram caminho à educação no País no início dos anos 1930 (SOUZA, 2008).

Essa reforma reorganizou toda a estrutura do ensino no Brasil, dentre cujas mudanças, citam-se: o ensino secundário ganhou uma divisão em dois ciclos; o aumento de sua duração; a exigência de frequência mínima dos alunos na escola; a sistematização dos exames; a inspeção federal regular, entre outras.

Entre os anos 1942 e 1971, o Piauí deu alguns passos na estrutura do ensino secundário, acentuados a partir da década de 1950, particularmente no tocante à expansão deste ensino; passando pela LDB 4.024/61, o ensino secundário foi reorganizado por outra LDB, desta vez, a de número 5.692, datada de 11 de agosto de 1971, dando o ensino secundário lugar ao 1º e ao 2º grau (LOPES, 2012).

No que concerne aos aspectos metodológicos, far-se-á uma análise de notas de jornais selecionadas, referentes ao ensino secundário ofertado no Estado do Piauí, em consonância com a história contada em outras obras e pesquisas, mas que dizem respeito ao local em epígrafe, ao período analisado, ao objeto de pesquisa, às fontes utilizadas e mesmo às categorias de análise.

Então, por tratar-se de uma modalidade de ensino específico, este trabalho encaixa-se, como já referido, na história da educação, tendo a imprensa como fonte de pesquisa. Por isso, fundamenta-se em autores como Sousa (2016); Gil (1991), Galvão e Lopes (2010); Martins e Luca (2015); Fernandes (2008); Peter Burke (2006); Stephanou e Bastos (2005); Barros (2012); Nóvoa (1997). Acerca do ensino secundário, seguem-se as proposições de Silva

(1969); Romanelli (1999); Lopes (2012); Brito (1996); Mendes (2012); Souza (2008); Reis (2017). Igualmente, as leis: Brasil (1942) e Brasil (1961). Tanto os autores quanto as regulamentações legais auxiliam na tarefa de explicar o funcionamento do ensino no período perscrutado.

Em uma perspectiva do ensino secundário piauiense, ressaem-se os trabalhos de Lopes (2012), por meio do artigo *Expansão e interiorização dos ginásios no Piauí*, e de Reis (2017) que, para explicar a cultura escolar no Ginásio Oeirense, faz um levantamento histórico sobre o ensino secundário no Piauí.

No contexto de outros estudos pelo Brasil apontam-se: Dallabrida (2009), quando explica a reorganização das instituições de ensino após a Reforma Capanema; Romanelli (1997), diante de sua visão de organização do ensino secundário. Ademais, Zaquera (2002), Saviani (2008), Magalhães (2004) e Souza (2008), em seus posicionamentos sobre a história da educação e a história das instituições escolares. É importante ressaltar o trabalho de Antônio de Pádua Carvalho Lopes, professor da UFPI, que tem desenvolvido e orientado pesquisas relativas a essa temática.

Embora aqui se disserte sobre o ensino secundário no Estado do Piauí, é oportuno fazer alusão ao ensino secundário no País. Nesse sentido, em Romanelli (1997), nota-se que pôr em prática aquilo que a Lei Orgânica do Ensino Secundário propunha não era uma tarefa fácil, desde o currículo até exigência de frequência dos alunos, desde o currículo até exigência de frequência dos alunos, passando por todos os itens da Lei, o que não furtou o Piauí dessa tendência.

Nesse processo, conforme exigia a Lei, equiparar todas as instituições (públicas e privadas) que ofertassem o ensino secundário ao Colégio Pedro II, situado na cidade do Rio de Janeiro, à época capital federal, representava dar uma organicidade padrão para o ensino secundário. Dessa forma, erguê-lo em todo o território nacional transformou-se em um desafio.

Diante dessa realidade, almeja-se atingir os objetivos propostos a partir do seguinte problema de pesquisa: como as notícias sobre o ensino secundário foram apresentadas em jornais circulantes no Piauí entre os anos de 1942 e 1971? Assim, planeja-se retomar as impressões que a imprensa teve do ensino secundário no Estado do Piauí, conhecendo e entendendo tal contexto educacional– um desafio que se torna possível de ser revelado por intermédio dos noticiosos.

Nos jornais, visando a responder ao problema desta pesquisa, retoma-se Cardoso (2012), que se refere aos desafios enfrentados pelos historiadores culturalistas, asseverando

que os documentos não falam por si e precisam ser interpretados, sendo desvelados os fatos contidos em suas entrelinhas. Mesmo diante desses desafios, Nóvoa (1997) declara que a imprensa tem ajudado em estudos com grande valia no campo educacional.

Portanto, compreender a história tornou-se um estímulo, no sentido de percorrer os jornais cujas notas diziam respeito ao ensino secundário, interpretando-as como a imprensa o apresentava, vindo à tona com uma apreciação apurada, um “novo olhar”. É assim que a abordagem epistemológica pela qual se optou neste estudo coadjuvou para problematizar o ensino secundário.

A pesquisa documental/hemerográfica tem como escopo rerepresentar aquilo que a imprensa escrita trouxe como matéria e, especificamente nesse caso, matérias sobre o ensino secundário, após a promulgação da Lei Orgânica, em 1942, até a LDB de 1971. Isso posto, e com esses documentos em mãos, dialogar-se-á com informações relevantes para a história da educação, abordada por outros autores, nesse período de quase três décadas pesquisadas.

À vista disso, conceberam-se, novamente, as vantagens apresentadas por Gil (1991, p. 52) em relação à pesquisa documental, posto que ela

apresenta uma série de vantagens. Primeiramente, há que se considerar que os documentos constituem uma fonte rica e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, torna-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica.

Bardin (2016, p. 51) afirma que a “análise documental tem por objetivo dar forma conveniente, representar e apresentar de outro modo essa informação, por intermédio de procedimentos de transformação”. Pensando nisso, averigua-se o que de mais relevante às fontes jornalísticas revelam sobre o ensino secundário piauiense.

Embora a autora referida não descreva especificamente a análise de jornais em uma lista elaborada de conteúdos possíveis de serem analisados, ressalta não ter produzido uma lista fechada, pois “há uma infinidade de análises de conteúdos possíveis” (BARDIN, 2016, p. 38). Para isso, é indispensável enquadrar o conteúdo a ser analisado em um domínio. No caso deste trabalho, trata-se da análise de escritos, de comunicação de massa, referentes à imprensa jornalística.

Tal análise se destaca pela relação que os escritos estabeleceram com os leitores por ocasião de sua publicação, e contam histórias relevantes do ponto de vista social, pois

a revolução documental tende também a promover uma nova unidade de informação: um lugar de fato que conduz ao acontecimento e a uma história linear, a uma memória progressiva, ela privilegia o dado, que leva à série e a

uma história descontínua. Trona-se necessário novos arquivos, nos quais o primeiro lugar é ocupado pelo *corpus*, a fita magnética. A memória coletiva valoriza-se, institui-se em patrimônio cultural. O novo documento é armazenado e manejado nos bancos de dados. Ele exige uma nova erudição, que balbucia ainda e que deve responder simultaneamente às exigências do computador e à crítica de sua sempre crescente influência sobre a memória coletiva. (LE GOFF, 2003, p. 532-533)

Vê-se, então, que trazer documentos de forma sistematizada, em uma perspectiva da história, denota a necessidade de se colocar sobre estes, utilizando os meios atuais, um olhar apurado que aponte os acontecimentos e os traga para o cerne de uma discussão educacional não meramente de relato, mas que faça valer o significado desses documentos.

Pensando nisso, seguem-se as indicações da própria Bardin (2016), no tocante ao mapeamento da pesquisa nos jornais, com leituras prévias sobre o objeto da pesquisa, ou seja, ensino secundário nos fragmentos da história da educação, principalmente no Estado do Piauí. Além disso, sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa, passa-se ao processo de eleição do material e, posteriormente, uma tomada de decisão para seu uso direto no trabalho, para isso levou-se em consideração as datas de publicação destes, sempre respeitando o recorte temporal e os assuntos pertinentes a educação por eles trazidos. Nesse momento, elegem-se as categorias a serem exploradas.

Assim, a pesquisa circunscreve-se aos jornais, buscando uma preservação histórica sobre a educação piauiense para tratar alguns fenômenos categóricos, sendo eles: comunicados e avisos, bolsas de estudos, prédio, exames, eventos escolares, alunos, diretores, professores e propagandas.

Nessa lógica, tais documentos possibilitaram a pesquisa, principalmente por ter sido desenvolvida a partir de material já estruturado pela própria imprensa, quando de sua publicação. Para estas categorias, a estrutura optada foi a seguinte:

1. comunicados e avisos atuando na comunicação entre as instituições, os alunos e seus familiares, além de professores;
2. bolsas de estudo, onde se abordam os critérios de seleção destas para alunos de baixa renda ou que fossem estudar fora do País;
3. prédios escolares e suas estruturas, além dos impactos arquitetônicos nas cidades;
4. exames e seu significado para os que pretendiam adentrar as instituições secundárias e continuar os estudos;
5. eventos escolares, a sua importância para as instituições secundárias, para os próprios alunos e para a sociedade;

6. alunos, dentro dos processos de aprendizagem e no contexto social;
7. diretores e sua atuação no campo escolar e na sociedade piauiense, além das falas da própria sociedade sobre eles;
8. professores, as dificuldades que enfrentavam na profissão e a luta por melhores condições de trabalho e salário dignos;
9. propaganda, como forma de divulgar as instituições e matrículas, por força do regimento.

Na busca pela inferência, pretende-se abordar as notas dos jornais confrontando-os com outras fontes, tanto de pesquisas quanto de documentos, e mesmo os perfis das instituições noticiadas. Nessa perspectiva, segue-se o processo trazido por Bardin (2016), onde descreve o desenvolvimento da análise com alguns elementos decisivos para o andamento da pesquisa, quais sejam: pré-análise, com a escolha dos documentos, conforme sinalizado anteriormente (no caso desta pesquisa, os jornais); as regras de recorte e categorização, e a preparação do material; no tratamento dos resultados, as inferências e a interpretação daqueles.

Categorizar as notícias foi um passo indispensável para a realização da pesquisa, passo inspirado em Nosela e Buffà (2012, p. 67), “ao proceder à análise dos documentos, realizando sucessivas leituras, o pesquisador, aos poucos, identifica núcleos conceituais, palavras recorrentes, que lhe permitem elaborar categorias catalizadoras e organizadas das informações”. Diante das evidências no processo de pesquisa, foi possível elaborar as categorias no processo de pré-análise e refiná-las no processo de análise.

Passado esse momento, seguindo as orientações de Bardin (2016), partiu-se para a exploração do material coletado, com a análise do conteúdo nele contido, seguindo para o tratamento dos resultados. Diante dos achados sobre o ensino secundário, elaborou-se um catálogo com as notas encontradas e que constam no apêndice deste relatório. Mas, servidos dessas notícias e eleitas as que mais se enquadraram no escopo proposto, seguiu-se a interpretação dos dados coletados.

Em resumo, explorar o material coletado é assim descrito:

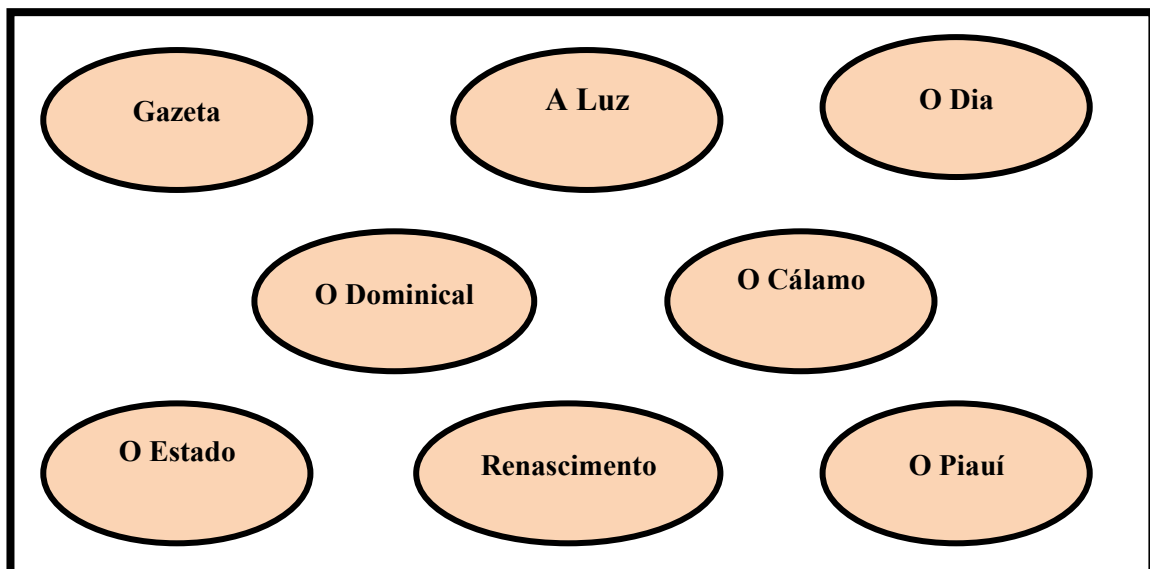
se as diferentes operações de pré-análise forem convenientemente concluídas, a fase de análise propriamente dita não é mais de que a aplicação sistemática das decisões tomadas. Quer se trate de procedimentos aplicados manualmente ou de operações efetuadas por computador, o decorrer do programa completa-se mecanicamente. Esta fase, longa e fastidiosa, consiste essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas. (BARDIN, 2016, p. 131)

Findando o momento da pré-análise, e com as regras de eleição das fontes definidas, a pesquisa caminhou de modo a absorver o que veio a público por intermédio dos jornais. Além da veiculação de notas enquadradas nas categorias citadas, há uma observação destacando as principais instituições que ofertavam o ensino secundário e que foram detectadas nesta pesquisa. Com isso, parte da cultura escolar de algumas instituições poderá ser observada nas próprias notas. Contudo, apesar de se reconhecer a relevância dessas instituições, não se promoverá aqui uma análise minuciosa de cada uma delas, por não ser esse o objetivo deste trabalho.

Caso fosse, conforme Buffa e Nosella (2012), precisar-se-ia descrever de cada instituição aspectos como criação e implantação, evolução, vida escolar, trajetória de ex-aluno, entre outros. Sendo assim, a brevidade da pesquisa não comportaria tal resultado, mas serão discutidos pontos importantes de algumas delas, conforme as notícias que forem apresentadas sobre elas.

Como já mencionado outrora, esta pesquisa tem como fonte jornais impressos, de circulação no Estado do Piauí, disponíveis e pesquisados no Arquivo Público do Estado do Piauí e no sítio eletrônico do Projeto Memória do Jornalismo Piauiense, sendo eles dispostos no Quadro 1:

Quadro 1 – Jornais pesquisados



Fonte: elaborado pelo autor (2018, 2019).

Nesse quesito, merece destaque, do ponto de vista positivo, a quantidade de jornais digitalizados disponíveis no sítio do Projeto Memória do Jornalismo Piauiense; negativamente, a quantidade de jornais físicos que, por não haverem recebido tratamento

adequado, já não estão mais disponíveis para a análise de pesquisadores devido à deterioração que sofreram ao longo do tempo. Assim, o critério de seleção dos jornais para a análise ocorreu, além do período de recorte selecionado, em função da disponibilidade de exemplares digitalizados e do estado de conservação dos exemplares físicos disponíveis.

Nesses jornais, é possível conhecer uma face da educação secundarista piauiense por vezes exposta à população, tentando apresentar a realidade, uma vez que neles autoridades, jornalistas e pessoas de destaque social manifestavam as suas opiniões. Também são notórios interesses políticos que, comumente, tinham nos jornais ambiência para apresentar as notas sob seu interesse. Nessa lógica, predomina aqui a análise da considerada “grande imprensa”, visto que a maioria das notas é oriunda de jornais de grande circulação no Piauí, à época do recorte.

Essa visão de grande imprensa ora adotada baseia-se em Martins e Luca (2015, p. 149), para quem

a expressão grande imprensa, apesar de consagrada, é bastante vaga e imprecisa, além de adquirir sentidos e significados peculiares em função do momento histórico em que é empregada. De forma genérica designa o conjunto de títulos que, num dado contexto, compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro.

Como usado, o termo *predominância* não limita os jornais pesquisados àqueles de grande circulação, mas os enfatiza, por terem sido as principais fontes. Entretanto, como já mencionado, parte significativa dos noticiosos ficou de fora desta pesquisa, dado o seu estado de conservação, o que compromete o seu manuseio.

Além das notas analisadas, complementando os dados hemerográficos, esquadriharam-se decretos, leis e mesmo obras que serviram à educação no período do recorte histórico.

Quanto aos espaços para a coleta dos dados, a pesquisa hemerográfica foi cumprida no Arquivo Público do Piauí Casa Anísio Brito e no sítio eletrônico já mencionado anteriormente. No que se refere à coleta dos dados, empregaram-se meios digitais, a saber: câmera fotográfica; *pendrive*; computador. O primeiro, para o registro das notícias; o segundo, para o armazenamento destas; e o terceiro, para a formatação das notas e redação de relatório final da pesquisa.

A completude dos dados também se deu pelo acesso ao projeto Memória do Jornalismo Piauiense, que tem realizado o trabalho de digitalização dos jornais armazenados

no Arquivo Público, disponibilizando-os no sítio <http://memoriadojornalismopi.com.br> e nos computadores do próprio Arquivo Público.

A busca por notas que originam esta pesquisa se deu entre os meses de agosto e outubro do ano de 2018. Posterior a esse período, seguiu-se a seleção das notas e análise. Previamente, foi possível perceber que algumas dessas notas se repetiam, por serem de interesse do próprio jornal ou, no caso das propagandas, das instituições que as patrocinavam.

Exibir aos olhares atuais o ensino secundário da forma como a imprensa piauiense o apresentou remete a uma tarefa desafiadora, minuciosa e, ao mesmo tempo, prazerosa. É regressar ao passado por meio de impressos jornalísticos que, conforme Pinheiro Filho (1997), chegavam à maior parte da população do Estado na época do recorte.

Dessa forma, aos leitores deste trabalho será oportunizado fazerem uma crítica diferente à da época em que as notas foram publicadas. Logo, a contribuição social desta pesquisa está em contar a história do ensino secundário no Piauí, a partir da imprensa, entre 1942 e 1971, sobrelevando o que de mais marcante foi noticiado sobre essa etapa do ensino.

Cientificamente, uma contribuição que este trabalho suscita é o de explorar um tema que ainda dispõe de muitas fontes desconhecidas em locais específicos, como o Estado do Piauí. Sem fugir do tema, acena-se para as especificidades constantes no ensino secundário ofertado no Estado, segundo as fontes hemerográficas valiosas e relevantes para a história da educação, contribuindo para a historiografia do ensino secundário.

A reação científica após a apresentação deste trabalho pode, sim, dar novo horizonte para a educação que se pratica, além de se somar a outros estudos, como as teses de Sousa (2012) e Reis (2017), e as dissertações de Sousa (2005) e Araújo (2012), as quais abordam a história da educação piauiense.

Com esse propósito, a presente pesquisa divide-se em três capítulos, além da introdução, sendo o primeiro referente à atuação da imprensa e ao ensino secundário no Brasil e no Piauí, desde o Período Imperial até a sua transição para o ensino de 1º e 2º graus, em 1971. Nesse contexto, sublinham-se alguns marcos históricos, tanto nacionais quanto estaduais: mudanças de governos, instalação de escolas, mudanças de ministros e, nomeadamente, a Lei Orgânica do Ensino Secundário, nº 4.244/42.

No segundo capítulo, discorre-se sobre como aparecem algumas instituições escolares piauienses que ofertavam o ensino secundário, cujas notas foram encontradas nos jornais pesquisados. Assim, recolheram-se informações sobre alguns desses estabelecimentos, referências para a sociedade no tocante ao ensino secundário à época do recorte.

Finalmente, no terceiro capítulo, reflete-se sobre a cultura escolar e a profissão docente mediante notas de jornais veiculados entre os anos de 1942 e 1971. As categorias de análise foram selecionadas de modo a contar a história do ensino secundário nesse recorte temporal, a partir dessas notas.

Espera-se contribuir com a memória e história da educação no Piauí e no Brasil, perquirindo, sistematizando e construindo acervo material que ajude a sistematizar a história do ensino secundário para um período que se fez presente na história e para a própria história da educação.

2 IMPRENSA E EDUCAÇÃO: APONTAMENTOS HISTÓRICOS PARA O ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL E NO PIAUÍ

Neste capítulo, promove-se uma revisita a alguns aspectos históricos que circundaram tanto a imprensa quanto o ensino secundário no Brasil. Para tanto, far-se-á um recuo no tempo frente ao recorte eleito nesta dissertação. Imprensa e ensino secundário são, pois, respectivamente, fonte e objeto.

Embora se respeite a brevidade deste trabalho, deve-se considerar que a imprensa precisa de espaço para que se posicione como meio de comunicação social (especificamente a imprensa escrita), e essa é a intenção deste estudo, que se encaixa nas reflexões de Martins e Luca (2015, p. 14) quando reforçam a relevância de trazer a história da imprensa para os trabalhos acadêmicos, a fim de permitir uma “reconstrução crítica do processo histórico, dos sucessivos suportes de comunicação” – para nós, os jornais. Por conseguinte, far-se-á alusão ao ensino secundário tanto no Brasil quanto no Piauí, trazendo elementos que foram significativas para a história.

2.1 Imprensa: o uso do jornal como fonte para a história da educação no Brasil

O *Correio Braziliense*, criado em 1808, é considerado, por muitos autores, o primeiro jornal brasileiro, datando a sua primeira edição do mês de junho daquele ano. Contudo, Martins e Luca (2015) apontam a influência política e a relação entre os colonos e a Colônia sob este noticioso. Em seguida, instalou-se o *Gazeta do Rio de Janeiro*, no mesmo ano, tendo a sua primeira edição no mês de setembro.

Ainda no ano de 1808, a chegada da Família Real no País, oriunda de Portugal, abriu caminhos para a consolidação da imprensa brasileira. A invasão promovida pelos franceses ao País lusitano foi o mote para que a corte viesse para o Brasil e aqui se instalasse, assim como acomodasse a infraestrutura necessária ao seu adequado funcionamento.

Em qualquer das categorizações, é evidente que, somente em 1808, mais de 300 anos após o descobrimento, o jornalismo chega oficialmente ao Brasil, quando da transição da sede do poder real para o Brasil-Colônia. D. João VI instala a Oficina da Impressão Régia (Imprensa Régia) via decreto, de 13 de maio do mesmo ano, como uma das medidas para prover infraestrutura às atividades da Corte, instalada às pressas, por conta da invasão das tropas francesas em Portugal. O texto régio antevê a preferência para a documentação oficial, embora com a previsão de que a Imprensa Régia possa imprimir outras obras. (TARGINO, 2009, p. 34-35)

A ênfase dada à chegada da Família Real denota as mudanças que por aqui surgiram a partir de então. A distância até Portugal pareceu acelerar a criação de condições para a difusão da imprensa por aqui, o que de fato aconteceu.

No período imperial, as ações políticas estampavam as páginas dos jornais e, assim, a imprensa ganhou força, principalmente entre os anos de 1841 e 1889, pois mudanças constitucionais marcaram essa época, conhecida como Segundo Reinado,¹ com o qual

iniciava-se o império da palavra impressa. Nele podem ser pontuados dois momentos: o primeiro, de 1841 a meados da década de 1860, no qual predominou o discurso conservador e áulico, a despeito das costumeiras vozes dissonantes; o segundo, sobretudo de 1868 em diante, quando da queda do Gabinete liberal de Zacarias de Góes e Vasconcelos, que figurou como porta-voz de credos diversos, reunindo polifonia de falas que pregavam a liberdade de religião, a emancipação e/ou libertação do escravo, o advento da república, não sem reverberações da permanência do regime monárquico. (MARTINS; LUCA, 2015, p. 47)

Nos dois momentos do Segundo Reinado, citados acima, nota-se uma imprensa que apresentava críticas ao regime monárquico vivido no Brasil. Ao mesmo tempo em que esses julgamentos eram direcionados pelos anseios mencionados pelas autoras, o humor aparecia nas páginas dos jornais em imagens caricaturadas que representavam as situações vividas pela população, além de embates promovidos pelos partidos, destacando-se no Império o Conservador e o Liberal. Esses dois “atrelados a grupos familiares, condicionados a interesses econômicos e afinidades intelectuais” (MARTINS; LUCA, 2015, p. 48).

O movimento republicano foi tomado pela imprensa a partir de 1870, com a fundação do Partido Republicano e do Jornal A República, e até “1872 surgiram no país mais de vinte jornais republicanos” (SODRÉ, 1999, p. 317). Mas isso não seria tudo, posto que segundo Martins e Luca (2015), o ideal de República aparecia nas páginas dos jornais e com ele, a imprensa partidária. Para além disso, nos anos seguintes do Império, a imprensa encabeçou a luta pela abolição da escravatura, assinada pela Princesa Isabel em 13 de maio de 1888, e noticiou o fim do período imperial, em 15 de novembro do ano seguinte.

Com o período da Primeira República (1889 – 1930), abriram-se caminhos para avanços tecnológicos, econômicos e sociais no Brasil. Dessa forma, a imprensa ganhou novos conteúdos, os quais estampavam as páginas dos jornais e apresentavam os avanços pelos quais o País passava.

¹ Período entre 23 de julho de 1889 e 15 de novembro de 1889.

O advento do transcorrer da chamada Primeira República (1889 – 1930) trouxe uma imprensa que se diversificava. A política mantinha o seu espaço, mais o crescimento urbano propiciava o ímpeto de reportar novos focos de notícia, fosse aquele do bordão republicano “o Brasil civiliza-se” ou as diferentes práticas culturais de uma sociedade em busca do progresso. (MARTINS; LUCA, 2015, p. 84)

O próprio maquinário utilizado para o processo de elaboração dos impressos permitiu que os jornais ganhassem mais ilustrações, facilitando a leitura e compreensão das informações neles contidas e aumentando o número de exemplares tirados, dando origem à “grande imprensa²” que, para Martins e Luca (2015), tinha por característica, diferentemente do período imperial, a liberdade de expressão, dando espaço para a imprensa voltar-se para o público feminino, operário, suburbano, entre outros. A propósito, Sodré (1999) declara que o surgimento da grande imprensa reacendeu, igualmente, a função dos jornalistas.

Já em 1924, o advogado Assis Chateaubriand adquiriu o periódico diário *O Jornal*, dando início ao maior conglomerado na área da comunicação no Brasil. Posteriormente, com o nome de Diários Associados, expandiu-se por praticamente todo o território nacional. Por conseguinte, com diversos periódicos pelo País, os jornais de Chateaubriand se aliaram a partidos políticos, empresas estrangeiras e grandes empresários.

Sobre essa realidade, Martins e Luca (2015) aduzem que essas alianças, além de outras, também com órgãos da grande imprensa, foram determinantes para a chegada do Presidente da República, Getúlio Dornelles Vargas,³ ao poder, dando início à Era Vargas, período que se sucedeu entre os anos de 1930 e 1945.

Porém, em virtude dos ataques sofridos pela imprensa por parte do governo, a relação com Vargas se dissolveu, a liberdade de expressão foi abalada, inclusive levando Assis Chateaubriand ao cárcere, em 1932, por oposição ao regime vigente. Sobre essa questão, Sodré (1999) aponta que ainda no ano de 1932, a sede do Diário Carioca teve a sua redação depredada por membros do exército.

Com a criação do Estado Novo, em 1937, pelo então governo, vigorando até 1945, a proposta era tornar a imprensa sua aliada, visto que “considerava a imprensa um serviço de utilidade pública, o que alterava a natureza de sua relação com o Estado e impunha aos periódicos a obrigação de inserir comunicados do governo” (MARTINS; LUCA, 2015, p. 171).

² Segundo Martins e Luca, (2015) este termo é vago e tem significados passíveis de interpretação. Aqui se trata de periódicos com grande popularidade entre os leitores, conforme trazido na introdução deste trabalho.

³ Presidente o Brasil por dois mandatos: de 3 de novembro de 1930 a 29 de outubro de 1945, e entre 31 de janeiro de 1951 e 24 de agosto de 1954.

Isso fez com que uma imagem positiva do Presidente Getúlio Vargas fosse criada. Não obstante, mesmo o governo tentando controlar a imprensa, ela teria sido uma das principais responsáveis pela queda de Getúlio, em 1945. Em momento posterior, precisamente em 1951, Getúlio Vargas foi novamente eleito Presidente do Brasil. Dessa vez, conforme Martins; Luca (2015), uma entrevista realizada com Getúlio e publicada no jornal dos Diários Associados foi o ponto de partida para que o candidato voltasse a governar o País, com a colaboração de Chateaubriand.

Os interesses do dono dos Diários Associados estavam na própria política, onde fora eleito Senador por duas vezes, entre 1952 e 1957, e na suposta concessão de um canal de televisão. Posterior ao segundo mandato de Vargas, já no Governo de Juscelino Kubitschek (J. K.), Chateaubriand, embora crítico a questões levantadas pelo novo governo, como a construção de Brasília, passou a fazer parte dos aliados de J.K. e tornou-se Embaixador do Brasil no Reino Unido.

O Regime Militar, a partir de 1964 contou, inicialmente, com o apoio Chateaubriand, que estava de volta ao Brasil, apesar de, em alguns momentos, criticasse a Ditadura. Nesse período, Chateaubriand recuperava-se de um acidente vascular cerebral, e logo veio a falecer, em 1968. Ainda que a grande imprensa não se restringisse no Brasil aos jornais dos Diários Associados, a maior parte apoiou o regime.

Sobre essa conjuntura, Martins e Luca (2015) ressaem que isso se deu ao menos em um primeiro momento, em muito pelo fato de a imprensa se encantar pelos discursos anticorrupção e pela abertura do País para investimentos estrangeiros. Contudo, durante os anos que se seguiram, a imprensa sofreu, sobretudo com a censura e a perseguição provocada pelos militares. Como consequência, aqueles jornais que não apoiaram o regime foram perseguidos, e “Última Hora foi invadida e depredada” (SODRÉ, 1999, p. 636).

Assim, pode-se verificar que ao longo da história da imprensa no Brasil, dentre as atribuições do jornal e, conseqüentemente, do jornalista, estava a de sistematizar, redigir e decodificar a informação para que ela chegasse até o grande público leitor, desempenhando, portanto, um papel fundamental para a sociedade, no sentido de trazer os fatos à tona, um desafio em todos os períodos aqui trazidos: Colônia, Império e República – esta última tanto na época da ditadura quanto na redemocratização.

Simultaneamente aos desafios enfrentados, a imprensa abriu novas possibilidades, a exemplo das propagandas publicitárias particulares, como aponta Vernieri (2005, p. 19):

a propaganda passou a existir por uma necessidade do mercado em anunciar seus produtos, para movimentar as vendas e assim ela foi contribuindo de

maneira positiva com a economia. Apesar de não haver um grande número de empresas, os anúncios informavam ao leitor sobre as novidades da loja ou esclareciam como deveriam utilizar determinado produto ou remédio.

De modo semelhante, o *marketing* publicitário ganhou notoriedade com o advento da imprensa, além da opinião pública e de jornalistas. Nesse caso, a opinião jornalística continuava realçada nos impressos, mas a imprensa passou a ser um meio de divulgação de marcas comerciais, trazendo em suas páginas aquilo que seria necessidade material dos leitores. É o que anuncia Sodré (1999, p. 17): “a luta entre a informação e a opinião não foi à única que marcou o desenvolvimento da imprensa; logo apareceu a luta entre a opinião e a publicidade, que era a forma organizada que a propaganda assumia”. Aliás, isso fortaleceu a imprensa nas cidades mais populosas.

Umas das grandes metrópoles brasileiras da época, a cidade do Rio de Janeiro, foi a primeira das cidades do País a dispor de um jornal periódico, o jornal *A Gazeta*. Já no Piauí, em consonância com Pinheiro Filho (1972, p. 8), por muitos anos, acreditava-se que o primeiro jornal do estado teria sido *O Telegráfico*, criado em 1839 (embora tenha sido impresso na cidade de Caxias, no Estado do Maranhão). Todavia, o próprio Pinheiro Filho (1972) refuta tal afirmação e apresenta o jornal *O Piauiense*, no ano de 1832, como o primeiro jornal, nascido para dar à população, principalmente, notícias sobre a revolta civil denominada *Balaçada*,⁴ ocorrida entre os anos de 1838 e 1841, que pôs em guerra os Estados do Ceará, Piauí e Maranhão.

No século XVIII, várias personalidades sobressaíram-se no meio jornalístico do Piauí, a exemplo de Lívio Lopes, Tibério César Burlamaqui, Pereira de Alencastre, Deolino Moura e Davi Moreira Caldas. Os dois últimos foram companheiros no jornal *A Imprensa*.

Davi Moreira Caldas, embora tenha tido uma carreira política brilhante como deputado provincial, entre 1864 e 1867, e como professor da Escola Normal, também deu grande contribuição à imprensa piauiense.

Com a Proclamação da República, em 1889, a circularidade dos jornais no Piauí ganhou fôlego, pois o novo regime que se instaurava no Brasil desestabilizou as diversas frentes sociais, sobretudo a política (PINHEIRO FILHO, 1972).

Já a primeira década do século XX, por ser considerada um período calmo, do ponto de vista político, mostra-se como uma época de consolidação, como alega Targino (2009):

⁴Revolta popular ocorrida no Estado do Maranhão, entre os anos de 1838 e 1841.

Como a própria denominação sugere, essa fase, que se estende do final do século XIX (ano de 1880) ao início do século XX, com o início do regime republicano, caminha rumo ao fortalecimento da imprensa. Caracteriza-se pela natureza industrial. O caráter artesanal da imprensa é substituído por linha de produção, que exige parque gráfico renovado e manipulação competente, visando a atender aos consumidores, mais e mais exigentes. (TARGINO 2009, p. 38)

Concebe-se, então, que foram aproveitadas as sugestivas mudanças ocorridas no âmbito político e social para que a imprensa se reafirmasse como instrumento essencial para o desenvolvimento do País, concorrendo para um relativo salto econômico. O Estado do Piauí aproveitou-se do que pareceu ser um bom momento e nesse período, diversos periódicos foram lançados na capital e no interior do Estado, configurando um instante de difusão da imprensa local. Igualmente nesse momento (fim do século XIX e início do século XX) que o jornalismo deu espaço aos escritores e poetas piauienses, para que publicações de cunho literário fossem produzidas (PINHEIRO FILHO, 1972).

A forma como a imprensa se impôs no Piauí a estabeleceu como forte propulsora para a sociedade, até mesmo na valorização da cidadania e no sentido de pertencimento das pessoas para com o estado. É o que diz Rocha (2009, p. 48):

ganha cada vez mais força a noção de que, na inserção política, a noção de cidadania é fundamental. Sem ela, a participação no processo de negociação por espaços públicos é inconsistente ou completamente inexistente. Uma etapa, no entanto, é antecessora ao reconhecimento da noção de cidadania: o auto reconhecimento, ou mais especificamente a autoestima, quando o cidadão passa a estabelecer uma valorização de si mesmo e, numa dimensão coletiva, da comunidade.

A partir das palavras de Rocha (1999), nota-se que a já constituída comunidade piauiense também ganhou em diversos âmbitos com a imprensa, essencialmente pela relação que passou a se estreitar com o lugar onde se vivia. Assim, na segunda década do século XX, a política voltou a agitar a imprensa, em âmbito nacional. Contudo, no Piauí, assimila-se um “apaziguamento” nesse aspecto.

Entre os anos de 1930 e 1950, a partir da eleição de Getúlio Vargas, o País deu passos largos em direção ao progresso. No Piauí, estradas foram construídas e o avião passou a fazer parte do cotidiano das pessoas. Com isso, “passamos a ler jornais do Rio e São Paulo, com dois dias somente de atraso, e não com um mês, como acontecia quando vinha por via marítima” (PINHEIRO FILHO, 1972 p. 198). Nos anos seguintes, até o início do período

militar, a imprensa jornalística piauiense tornou-se ainda mais sistemática, desde o que alude às notícias até à periodicidade dos jornais.

No levantamento envidado por Pinheiro Filho (1972), de 1832 até 1972, mais de 450 jornais foram impressos e circularam no Piauí, mais da metade na capital, tanto em Oeiras quanto em Teresina. Portanto, é possível observar os caminhos trilhados no Piauí, por meio da imprensa, nas mais diversas áreas, dentre as quais a educação. Nesse sentido, são perceptíveis as marcas históricas: registros foram deixados, alguns afetivos e outros físicos, como no caso dos periódicos. Por essa razão, os jornais revelam-se como grande fonte de informações e de muita serventia para a história, de modo geral, e de modo específico para a história da educação.

A partir do percurso historiado, observa-se que com o auxílio da imprensa, é possível acompanhar a evolução o ensino secundário. A propósito, concorda-se com Sousa (2016, p. 126), quando assente que “é possível compreender aspectos da história da educação por meio dos jornais e dos discursos e desta maneira preencher lacunas produzidas pela história oficial, além de trazer a cena agentes sociais antes desconhecidos”. Com efeito, vislumbra-se a possibilidade de descortinar a imprensa e alcançar a história do ensino secundário.

Isso posto, designando os jornais como documentos que, segundo Le Goff (1924), são um instrumento usado para provar algo, far-se-á a seguir uma análise das notas que tratam do ensino secundário. Nesse contexto, Galvão e Lopes (2010) lembram que os jornais passaram a ser utilizados com frequência como fonte de pesquisa pelos historiadores por oferecerem maior prestígio na pesquisa historiográfica.

Pactuando com esse ponto de vista, Sousa (2016, p. 122) abona que “as páginas dos jornais e revistas descortinam o cenário de um tempo e promovem um mergulho na memória”. Por isso, ler jornais antigos remete a bem mais do que ler notas: é voltar os olhos para o passado, buscando entender o presente, revisitando o que de mais relevante marcou a sociedade, como no convite feito no início da introdução desta pesquisa.

Aliás, Martins e Luca (2015) declaram que tratar história por intermédio da imprensa configura um desafio, à medida que é necessário relacionar a imprensa com a trajetória política local. Nesse mesmo sentido, Pinheiro Filho (1972) frisa que no Piauí, os entraves e as “batalhas” entre políticos (detentores dos jornais) e jornalistas para que estes conseguissem liberdade nas publicações e se desprendessem dos desmandos daqueles – que assolaram o estado por anos, por meio de jogos partidários que insistiam em estampar as páginas dos jornais, sempre fidelizando os interesses de seus proprietários ou aliados.

Para Galvão e Lopes (2010), os jornais, por muito tempo, não foram vistos como fontes confiáveis, pelo fato de várias notas terem sofrido influências que não condiziam com a realidade dos acontecimentos. Por isso, a análise estabelecida neste trabalho buscou mais de um jornal como fonte, a fim de, entre outros aspectos, manter a possibilidade de comparação entre as informações coletadas. Essa desconfiança também se dá porque, como visto anteriormente, a influência política criava dúvidas sobre a veracidade das fontes jornalísticas.

Na relação entre imprensa e história da educação, encontram-se possibilidades de inter-relação, as quais são destacadas por Fernandes (2008), quando investiga as publicações sobre educação na imprensa francesa no século XVIII, recordando os feitos realizados por Pierre Caspard, publicados em 1940.

Nóvoa (1997), por sua vez, apresenta uma obra elaborada sob a sua coordenação, publicada em 1993, com o título *A imprensa de Educação e Ensino – Repertório Analítico (Séculos XIX-XX)*, produzida em Portugal, onde ostenta um acervo de notícias que remetem ao campo educacional. Para ele,

a análise da imprensa permite apreender discursos que articulam práticas e teorias, que se situam no nível *macro* do sistema mas também no plano *micro* da experiência concreta, que exprimem desejos do futuro ao mesmo tempo que denunciam situações do presente. Trata-se, por isso de um *corpus* essencial para a história da educação, mas também para a criação de uma outra cultura pedagógica. (NÓVOA, 1997, p. 11)

Entrementes, enfatiza o mérito da imprensa como fonte de pesquisa, retratando a história da educação como elemento contido na história. Contudo, o referido autor salienta que se faz necessário aumentar a produção historiográfica na perspectiva educativa, uma vez que há pouco material disponível.

É embasado nesse desejo e no aumento de produção historiográfica que Nóvoa (1997) justifica as razões pelas quais elaborou o repositório que serve de fonte para se contar a história da educação portuguesa e que, igualmente, embasa a pesquisa que se apresenta, com a catalogação das notícias a serem analisadas.

2.2 Apontamentos históricos sobre o ensino secundário no Brasil (1549 – 1971)

O ensino secundário no Brasil, seguindo os passos iniciais da educação no País, advém da ordem religiosa católica Companhia de Jesus, também conhecida como Ordem dos Jesuítas, fundada no ano de 1534, na França, por Inácio de Loyola. É fato que outras

instituições religiosas participaram do processo educacional no tempo em que o Brasil era colônia, mas os jesuítas tiveram maior destaque. Começando pelo estado da Bahia, no ano de 1549, os padres espalharam-se pelo País com o respaldo da Coroa portuguesa.

Segundo Reis (2017, p. 63), para organizar a sistemática de ensino, os padres serviam-se da *Ratio Studiorum*, que era “o programa oficial dos colégios jesuíticos, contendo todos os direcionamentos da rotina a serem tomados pelos padres na sua lida como educadores”.

Com a expulsão dos jesuítas do Brasil, no ano de 1759, a educação na Colônia saiu das mãos da igreja e passou para as da Coroa portuguesa, que estabeleceu o regime de aulas régias, as quais, para funcionarem, precisavam ser autorizadas pela Coroa e era financiada pela arrecadação de impostos. Tais aulas, quando eram de nível secundário, tinham no currículo disciplinas como Latim, Retórica, Grego, Filosofia, Moral, entre outras.

Assim como foi para a imprensa, passos significativos para a educação no Brasil começaram a ser traçados com a chegada da Família Real, vinda de Portugal, em 1808. Posteriormente, em 1824, com a promulgação da Constituição do Brasil imperial, passou a ser garantido (pelo menos em lei) o ensino primário gratuito a todos, o que já leva a crer que no Império, o ensino secundário era um privilégio daqueles que podiam pagar por ele, a contar pela criação do Colégio Pedro II, em 1837, na cidade do Rio de Janeiro, que se destinava, precipuamente, a educar os mais abastados da sociedade.

De acordo com Reis (2017), além desse colégio, nos anos que se seguiram, outros foram sendo criados nas diversas províncias com a mesma finalidade, a maioria com o nome de *Liceu*, consoante Nunes (1999), acompanhando o nome atribuído às escolas secundárias francesas, que atendiam à burguesia daquele País.

Já na Primeira República (1889 – 1930), o Brasil passou por algumas reformas em seu sistema de ensino, como: Reforma Benjamim Constant – 1890; Reforma Epitácio Pessoa – 1901; Reforma Rivadávia Correa – 1911; Reforma Carlos Maximiliano – 1915; Reforma Rocha Vaz – 1925. Em consonância com Reis (2017), todas tinham o propósito de dar novos arranjos ao ensino, nomeadamente o ensino secundário.

A partir da Revolução de 1930, o ensino secundário no Brasil não constituía uma novidade, porquanto já vinha sendo ofertado em grande parte do País. Entretanto, a situação de crise econômica que se manifestava desde a década de 1920, com o aumento da industrialização, e a situação política pela qual a nação passava, dando origem à Era Vargas, serviu de base para que mudanças tanto no ensino secundário como nos ensinos primário, profissionalizante e superior acontecessem.

Consoante Souza (2008), essas mudanças na educação tinham o intuito de dar organicidade, racionalidade e padronização para o ensino, sendo efetivadas após o Decreto-Lei nº 19.890, de 18 de abril de 1931, que veio à tona pelas mãos do então Ministro da Educação e Saúde, Francisco Luís da Silva Campos, ou simplesmente Francisco Campos.

Além dos motivos já expostos para a reformulação do ensino, especificamente o secundário, assimila-se que ele precisava ampliar o seu alcance, sendo clamado pela população que, na maioria das vezes, a ele não tinha acesso, pois geralmente ficava restrito às classes mais abastadas, imprimindo um caráter elitista e conservando o que já acontecia no período colonial: embora houvesse instituições públicas de ensino secundário em quantidade, as instituições particulares sobressaíam-se.

O fato de a maioria dos colégios secundários estarem em mãos de particulares acentuou ainda mais o caráter classista e acadêmico do ensino, visto que apenas as famílias de altas posses podiam pagar a educação de seus filhos. (ROMANELLI, 1999, p. 40)

Diante disso, atina-se que “ser estudante secundarista” era um privilégio de poucos, pois o lado financeiro e o poder aquisitivo podia determinar quão longe se ia- nos estudos, mesmo porque a educação secundária, antes da Lei Orgânica 4.244/42, em conformidade com Reis (2017), era marcada pela pouca oferta de vagas e reduzida participação de alunos mais pobres.

Na Reforma Francisco Campos, Decreto-Lei 19.890/31, além da proposta de sua expansão, o ensino secundário ficou dividido em dois ciclos: um fundamental, de cinco anos, obrigatório para aqueles que adentrariam no ensino superior; e outro complementar, de dois anos. Ainda reafirmou como “modelo nacional” para as demais instituições de ensino secundário no País o Colégio Pedro II – algo que já acontecia desde o Período Imperial brasileiro, entre outras mudanças (ROMANELLI, 1999, p. 153).

Já a Lei Orgânica do Ensino Secundário, nº 4.244, de 09 de abril de 1942, conferiu a essa modalidade de ensino um caráter de continuidade do ensino primário, com vistas a fomentar a consciência patriótica, a formação espiritual e humanista, além de exigir exame admissional para os alunos oriundos do ensino primário, entre várias outras mudanças (BRASIL, 1942).

Ao mesmo tempo em que a Lei Orgânica expandia o ensino secundário, facilitando o seu acesso, Bastos (1969) elege outra marca provocada por ele, que é o fato de ter sido excludente, em virtude do grande número de reprovações, gerando, após o entusiasmo da “democratização”, um fenômeno de frustração e abandono escolar.

Na acepção de Romanelli (1999), analisando o currículo exigido e a Lei Orgânica 4.244/42, o caráter que esse ensino tinha de preparar o aluno para ingressar no ensino superior era o que o deixava atrativo para aqueles que continuariam os estudos, ou seja, as elites.

Com o fim da Era Vargas, em 1945, a implantação da Lei Orgânica atravessou percalços, e as duras críticas que sofria, principalmente sobre o caráter curricular, serviram para que a rigidez sentida no campo educacional, por parte do governo, fosse, aos poucos, sendo deixadas de lado. Corroborando Bastos (1969), esse afrouxamento foi fomentado, essencialmente, pelas instituições privadas, que passaram a expandir os estabelecimentos de todos os níveis de ensino e, de modo mais incisivo, o ensino secundário. Lopes (2012) lembra que essas instituições, em grande parte, eram mantidas pela Igreja Católica, por intermédio das ordens religiosas.

No ano de 1961, precisamente no dia 20 de dezembro, o então Presidente João Goulart sancionou a LDB 4.024/61, que imprimiu uma série de regras para os diversos níveis de ensino, tanto na esfera pública quanto privada. Especificamente para o ensino secundário, várias mudanças ocorreram, algumas das quais lembradas por Dallabrida, Trevizoli e Vieira (2013, p. 7):

Em relação ao ensino secundário, a LDB provocou transformações expressivas no sistema de ensino, possibilitando uma descentralização e flexibilização na educação e quebrando o predomínio de caráter humanista ao implantar uma cultura técnico-científica. Com a implementação desta nova Lei, o ensino secundário e o ensino técnico-profissional foram agrupados, compondo uma nova organização denominada Ensino Médio, com duração de sete anos e dividida conforme a estrutura organizacional vigente anteriormente, compreendendo dois ciclos: o ginásial, com duração de quatro anos, e o colegial, com duração de três anos.

Com a nova LDB, os ensinos secundário e técnico-profissional fundiram-se, tendo a nomenclatura de ensino médio, com duração de sete anos. Tendo isso em vista, “a nova lei buscou atenuar preconceitos sociais em relação ao ensino técnico” (SOUZA, 2008, p. 232). Mas o prestígio social do ensino secundário já era consolidado e usualmente o termo passou a servir a toda a educação de grau médio.

Com o Golpe Militar de 1964, a educação brasileira entra em uma grande crise. Para Romanelli (1999), tanto o aumento da oferta de trabalho quanto a procura por mão de obra marcaram os primeiros anos que se seguiram ao novo regime. Ao mesmo tempo em que o ensino primário testemunhou uma queda em seu ritmo, o superior ganhou força e, por conseguinte, fortaleceu o ensino secundário. Todavia, a expansão do ensino seguiu os ritmos econômicos de cada Unidade da Federação.

No âmbito das mudanças empreendidas pelo Regime Militar instaurado, notam-se as que passaram pelo campo educacional, culminando com a Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, que extinguiu o ensino secundário e inaugurou os ensinos de 1º e 2º graus.

2.3 Rememorando a história do ensino secundário no Piauí (1822 – 1971)

Corroborando Reis (2017), no período colonial, embora os jesuítas não tenham conseguido criar cursos secundários no Piauí, foram indispensáveis para o desenvolvimento educacional da então província. A autora ainda afirma que não há registro de aulas voltadas para o curso secundário no período colonial, mas em 1822, testemunha-se a nomeação do professor José Lobo Fróis para a cadeira de Latim, em Oeiras – à época, sede da Capitania. Contudo, não há confirmação de que essas aulas tenham sido, de fato, lecionadas.

A ineficiência de aulas voltadas para o ensino secundário é vista por Queiroz (1998) como um problema estatal da época, senão vejamos:

em vista da ineficiência do Estado em manter à demanda por educação, as aulas particulares da instrução primária e de matérias isoladas da instrução secundária foram uma constante no panorama educacional, do Piauí desde a primeira metade do século XIX. Elas existiam na Capital, nas cidades e vilas do interior e nas próprias fazendas. (QUEIROZ, 1998, p. 73)

Isso ficaria mais alusivo com o advento do período imperial (1822 – 1889), quando o ensino secundário começou a ganhar corpo no Piauí. Queiroz (1998) aponta o ano de 1827 como o ponto de partida para essa modalidade de ensino no estado, com o estabelecimento da cadeira de Latim em Oeiras e em Parnaíba. Posteriormente, em 1832, foram criadas as cadeiras de Filosofia Racional, Moral, Retórica, Geografia e Francês – todas na cidade de Oeiras.

Por falta de alunos, no ano de 1844, apenas a cadeira de Latim, em Oeiras, continuava funcionando, já que as demais haviam sido extintas. Obviamente, Oeiras, por ser a capital,⁵ começou o seu ensino secundário antes das demais cidades. Segundo Reis (2017), essas disciplinas não tinham funcionamento pleno em função das dificuldades de se encontrar professores habilitados e que se submetessem aos baixos salários oferecidos.

A ação da Igreja Católica e de iniciativas privadas alavancou o ensino secundário no estado, que “teve início de forma efetiva na alçada particular, com escolas fundadas em

⁵Entre 1759 e 1852.

Jaicós, Piripiri e Parnaíba. Todas na primeira metade do século XIX” (QUEIROZ, 2008, p. 14).

Das três cidades referidas acima, Jaicós (atualmente) sobressaiu-se nos primórdios da instrução secundária no estado, dando seus passos pelas mãos do Padre Marcos de Araújo Costa, quando criou uma sala para tal fim, em sua fazenda, chamada *Boa Esperança*, onde abrigava alunos advindos de cidades da então Província do Piauí.

A propósito, Reis (2017) destaca o trabalho educacional desenvolvido pelo Padre Marcos, que recebia essas crianças em sua escola, cujo funcionamento perdurou entre os anos de 1820 e 1850, sendo encerrado com a morte do clérigo.

De acordo com Queiroz (2008), as aulas ministradas na Fazenda Boa Esperança eram de Línguas, Retórica, Filosofia e Ciências Naturais. Mas o Padre Marcos não caminhou sozinho. O susodito autor recorda que outros padres, em várias regiões da província, davam aulas particulares em suas cercanias, todas depois da iniciativa do Padre Marcos, e em aulas de caráter privado, pois a primeira instituição de ensino secundário pública foi instalada, à época, em um grande centro, a capital do Piauí, Oeiras.

Assim, no âmbito da educação pública secundária, contou-se, primeiramente, com o Liceu piauiense, fundado em 1845, na cidade de Oeiras, capital piauiense naquele período, e transferido para Teresina em 1852, por ocasião da mudança de sede do Governo Provincial. Assim, suas atividades tiveram início em 6 de outubro de 1845, por força da Lei nº 198, de mesma data, agrupando assim as cadeiras que funcionavam de forma isolada em um curso secundário.

Nos primeiros anos que seguiram a sua fundação, segundo Queiroz (2008), o Liceu teve funcionamento irregular, entre outros motivos, pela transferência da capital de Oeiras para Teresina, pelos poucos recursos disponíveis, pela falta de mão de obra adequada para lecionar e pelas constantes mudanças na legislação.

Entre os anos de 1854 e 1861, as aulas do Liceu eram ministradas nas residências dos professores, por falta de estrutura adequada, o que levou à sua extinção, em 1861. Contudo, a sua dormência foi cessada em 1867, quando o Governo do Estado era regido por Adelino Antônio de Luna Ferreira. Sobre essa questão, Queiroz (2008) elenca as primeiras disciplinas lecionadas no colégio: Língua Nacional, Latim, Francês, Geografia, História, Matemáticas Elementares e Filosofia Racional.⁶

⁶ Segundo Queiroz (2008), essa disciplina fora criada em 1869, sendo desmembrada das cadeiras de Geografia e de História.

Até 1882, não havia concorrência para o ensino secundário no Estado, onde o Liceu era soberano. A exigência de exames preparatórios para adentrar em cursos superiores passou a vigorar em 1873, o que fez com que aumentasse a procura por vagas na instituição, embora Queiroz (2008) mencione que ainda havia muitos estudantes que procuravam instituições fora do Piauí para realizar esses exames, sobretudo no estado do Maranhão.

Não obstante, o ensino secundário público no Piauí não estava estagnado, ao contrário:

o Liceu ia aos poucos se organizando, as cadeiras sendo providas, medidas para o aumento da frequência foram tomadas, proposta de criação de um internato foi cogitada e até uma casa foi alugada com o propósito de agrupar as cadeiras que funcionavam inconvenientemente nas casas dos professores, dando à escola um ar mais verdadeiro de uma instituição pública. (REIS, 2017, p. 84)

Percebe-se, pois, que a busca por qualidade na educação ofertada no Piauí na segunda metade do século XIX era desafiadora. A falta de estrutura mostrava-se como um entrave para o desenvolvimento educacional, mas havia movimentos para sanar essa carência.

Além de estrutura física, o Liceu Piauiense, em seus primeiros anos, buscou reforçar o seu corpo docente. Em consonância com Queiroz (2008), a maioria era diplomada em cursos superiores, a exemplo de Farmácia, Direito, Medicina e Engenharia, ou militares de carreira, ou seja, não contavam com formação específica para exercer a função docente, até porque não havia essa preocupação.

Ainda assim, esses profissionais deram sua contribuição para a estruturação do ensino secundário no estado, conforme segue:

o incremento do ensino secundário nas décadas finais do Império, subsidiário da volta dos Bacharéis, também estava relacionado às crescentes possibilidades de acesso ao ensino superior, principalmente após a Reforma de Leôncio de Carvalho (1979), que ficou conhecida como a Lei do Ensino Livre. (QUEIROZ, 1998, p. 81)

Ademais, é com a colaboração desses bacharéis que a “partir de 1882, o Liceu começou a sofrer concorrência de colégios particulares e de aulas avulsas” (QUEIROZ, 2008, p. 18), o que terminou reforçando a educação secundária, sendo instalada tanto na capital quanto no interior. Instituições laicas e confessionais católicas proliferaram-se pelo estado, na tentativa de garantir a função para a qual ensino secundário se propunha, que era, segundo Queiroz (2008, p. 19), “fornecer conhecimentos necessários ao ingresso nas universidades”. Tanto as instituições privadas quanto o Liceu ofertavam o curso secundário seriado, mas cabia

ao tal estabelecimento público a aplicação de exames gerais para alunos oriundos de instituições particulares que dependiam do Liceu para que seus alunos obtivessem a certificação de conclusão do ginásio ou do colégio.

As exigências de funcionamento dos estabelecimentos secundaristas sempre faziam referência ao funcionamento do Colégio Pedro II (Ginásio Nacional). Dessa forma, o Liceu, por sua longínqua história, sofreu com as diversas mudanças estabelecidas pelas reformas no ensino, seus posteriores acréscimos e os complementos que se direcionavam ao colégio, reputado como de referência nacional.

Queiroz (2008) aduz tais reformas e mudanças como sendo prejudiciais ao funcionamento do Liceu, visto que a instituição encontrava dificuldade de se adequar às alterações propostas, o que colocava a referida instituição pública em desvantagem em relação às instituições privadas que ofertavam o ensino secundário.

Aliás, Queiroz (1998, p. 81-82) aponta o “Colégio Nossa Senhora das Dores, inaugurado em 1º de maio de 1882, como a primeira instituição particular laica no Piauí, de propriedade do casal Miguel Borges e Maria Emídia Castello Branco⁷. Essa instituição funcionava como internato, semi-internato e externato, onde alunos de ambos os sexos podiam adentrar, sendo voltado, principalmente, para alunos oriundos do interior da então província. As cadeiras oferecidas para o curso secundário eram: Português, Latim, Francês, Geografia, História, Filosofia, Retórica, Poética, Geometria, Álgebra e Aritmética”.

Do início do período republicano até 1933, o ensino secundário no Piauí contava, além do Liceu Piauiense, com aulas avulsas, ministradas por professores particulares, além de alguns estabelecimentos particulares, listadas por Reis (2017): Colégio Correntino Piauiense, Colégio Diocesano São Francisco de Salles, Colégio Sagrado Coração de Jesus, Colégio Nossa Senhora das Graças e o Ginásio Parnaibano. Além dessas instituições, Queiroz (2008) elenca O Colégio Nossa Senhora das Dores, o Colégio Karnak, o Colégio São Vicente de Paula, o Ateneu Piauiense e o Instituto 21 de abril.

Para retratar a educação no Piauí entre os anos de 1942 e 1971, faz-se indispensável reportar a reforma na educação estadual de 1933, posta em vigor com o Decreto 1.438/33, do então Governador do estado, Capitão Landri Sales Gonçalves. Em concordância com Brito (1996), dentre as mudanças que passaram a vigorar, ganhou destaque a regulamentação da carreira do magistério e a manutenção percentual no valor de 15% da arrecadação de cada município, repassado ao Estado que, por sua vez, deveria investir o dinheiro na educação do próprio município que repassava tal montante. Já a rede particular continuava com a liberdade

⁷ Casal de educadores fundadores da primeira escola laica particular do Piauí.

de ofertar o ensino, porém, a observância e inspeção sobre os estabelecimentos não oficiais passaram a ser mais rigorosas.

Outrossim, Brito (1996) percebe nessa lei uma tentativa de expandir o sistema educativo no estado, mesmo porque essa já era uma ação expressa na Constituição Federal de 1934, o que abarcaria mudanças nas três esferas executivas (municipal, estadual e federal). Nesse ponto, buscava esta Constituição fazer de uma educação, até então, elitista, popular. Com o decreto de Landri Sales, o estado tentava acompanhar a Constituição Federal.

Nessa mesma perspectiva, Mendes (2012) aponta o referido Decreto do então Governador do estado como uma das mais significativas reformas educacionais da Era Vargas, que em nível macro reformulava a educação no Piauí:

antecipando até mesmo o que estaria consagrado na Constituição Federal de 1934, o Decreto que reformulava o ensino no Piauí, definia uma estrutura organizacional do ensino em esferas de competências: Estadual, Municipal e Particular, atribuindo responsabilidades a cada uma delas. (MENDES, 2012, p. 178-179)

Assim, a reforma estadual de 1933, como reflexo da Reforma Francisco Campos, acompanhou todo o período da Era Vargas, mesmo depois da promulgação da Constituição Federal de 1937. Todavia, Brito (1996) aduz que esta propunha mudanças no ensino a partir das Leis Orgânicas que começaram a ser implantadas em 1942 e foram concluídas em 1947.

As vicissitudes ocorridas no ensino do Piauí até a Lei Orgânica do Ensino Secundário, 4.244, de 1942, aconteceram pelas mãos de Landri Sales e de Leônidas Melo, governadores por intervenção federal que, como afirma Mendes (2012), tiveram a missão de preparar o estado para a referida Lei, e enfrentar as dificuldades financeiras que assolavam o Piauí, refletindo-se no campo educacional.

Foi importante para a análise das notas de jornais envidar uma pesquisa sobre como era o Piauí economicamente no recorte temporal da pesquisa (1942-1971), o seu desenvolvimento social, como essas dimensões incidiam sobre as questões educacionais e, ainda, o reflexo desse cenário nas notas de jornais analisadas.

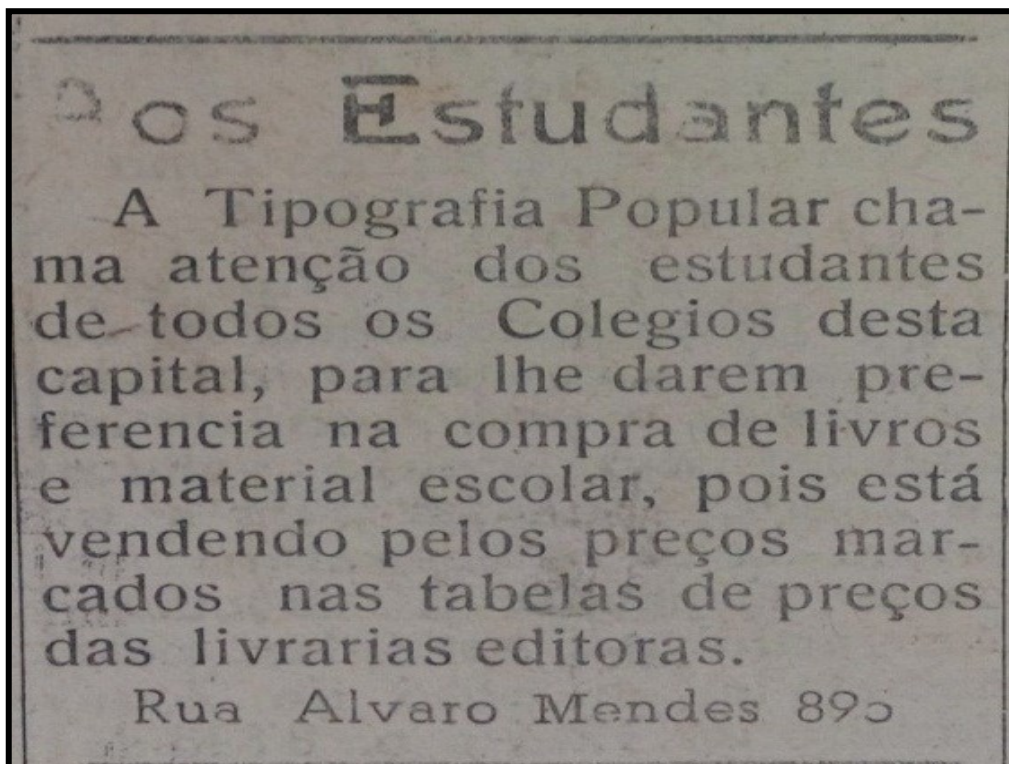
Nesse sentido, percebe-se que até a década de 1940, quase todo o Piauí mantinha como atividade principal de sua economia a pecuária e o extrativismo, configurando-se, ainda, como um estado agrário. Conforme Martins (2002), até 1911, a borracha destacava-se em atividades extrativistas, mas a queda no preço, a partir de então, fez com que essa atividade se retraísse, passando a produção da cera de carnaúba e de coco babaçu a ganhar espaço nas atividades do estado.

O período entre 1940 e 1950 foi marcado por mudanças no cenário econômico no Estado do Piauí. Nesse âmbito, as atividades que anteriormente denotavam um estado agrário e, posteriormente, industrial, passaram a apontar um Piauí de predominância comercial. O principal fator que contribuía para essa mudança de ramo econômico era o baixo poder aquisitivo da população, pois ainda segundo Martins (2002), a população da capital tinha uma renda *per capita* de apenas 19% da renda *per capita* nacional, o que desacelerou o fomento industrial local, tornando o Estado um celeiro comercial – tendência igualmente verificada na década de 1950.

No tocante ao comércio, a década de 50 reforçou a tendência verificada nos anos 40: ascensão do comércio varejista contrapondo-se à queda do comércio atacadista. Aquele passou a responsabilizar-se, em fins da década, por 49,7% do movimento de vendas, dividindo em fatias iguais à receita comercial. (MARTINS, 2002, p. 146)

Tal fato pode ser observado no comércio de livros, e no “apelo” feito pelo comerciante no anúncio abaixo. Martins (2002) recorda que mesmo com a nova perspectiva econômica do Piauí, os comerciantes locais enfrentavam concorrência. Na Figura 1, observa-se um pedido para que os estudantes deem preferência pela compra de material escolar no estabelecimento Tipografia Popular, o que demonstra certa preocupação comercial à época.

Figura 1 – Notícia sobre pedido de preferência na compra de material escolar



Fonte: Jornal O Piauí, Teresina, 12 abr. 1947, n. 211, p. 4. Arquivo Público do Estado do Piauí.

A partir da nota acima, concebe-se uma característica do cenário econômico que também afetou o campo educacional, na perspectiva do comércio. É certo que este se fazia presente em função, como se vê, de uma série de fatores que, em princípio, não passavam pela educação propriamente dita, mas pelo fato de ela estar inserida no arcabouço mercadológico local, alcançando reverberação em sua estrutura.

Ainda acerca da nota acima, verifica-se que o processo de mudança comercial foi forte na década de 1940, com continuidade nas seguintes. Em suas análises, Mendes (1995) destaca o início do êxodo interno piauiense na primeira metade do século XX, culminando na década de 1970 com a população urbana piauiense ultrapassando a população rural. Esse êxodo deu-se em função de uma economia rural que vinha sofrendo um processo de desestruturação que se refletiu, também, no cenário educacional do estado, pois alguns serviços governamentais ofertados não alcançavam a maioria da população ou chegavam de forma tardia, e isso também se repetia no setor da saúde. Isso gerava da parte da imprensa especulações, conforme a nota de Cunha Silva, que remete a mudanças que aconteceriam no ensino secundário.

Figura 2 – Notícia sobre o ensino secundário, com a nova reforma

ENSINO SECUNDARIO

CUNHA E SILVA

Com a nova reforma de ensino que, segundo dizem, vai ser adotada no proximo ano, no primeiro ciclo ficarão apenas seis materias. Doze ou mais disciplinas no curso ginasial para serem estudadas duma vez, de fato, é demais, visto como os jovens, de modo geral, não tem a capacidade intelectual para assimilar tantos conhecimentos diversamente dispostos em programas vastissimos.

Português e Matematica, em todas as series, devem ser ensinados de modo mais pratico, sem desprezar, entretanto, a teoria. O Vernaculo, para ser ministrado com eficiencia, preciso é que a redação entre como elemento primordial. Com a pena na mão é que se aprende as regras de gramatica.

Conheci, anos atrás, um aluno da quarta serie ginasial que não sabia redigir um telegrama. A analise lexica e logica, bem como a literatura e a semantica, são imprescindiveis ao estudo da lingua, mas os exercicios de composição são também indispensaveis para quem deseja escrever com desembaraço e correção gramatical.

A's vezes, alguém sabe a fundo todas as regras de gramatica e é capaz de corrigir com perfeição os escritos dos outros, mas como não tem pratica de escrever, tudo que sai da sua pena é forçado, o estilo é duro e não agrada. Geralmente, os gramaticos não são bons escritores. No Brasil, João Ribeiro, além de gramatico eminente, escrevia bem e com beleza de estilo. Carlos de Laet não era gramatico, mas foi um dos grandes puristas do nosso formoso idioma. Escrever corretamente é para quem maneja a lingua com os olhos na sintaxe e o faz amudamente. Escrever com fluencia e beleza de estilo não é para todo mundo. Além da inteligencia esclarecida, o talento é fator principal á aquisição de tais qualidades. Escritor sem talento nunca passará da mediocridade, embora seja culto e inteligente. Inteligencia e talento são dons naturais. A vontade e a memoria, com pertinacia e estudo, podem desenvolver-se, mas a inteligencia e o talento, como a aptidão para

as belas artes, nos acompanham desde o berço e não sofrem alteração alguma.

Quem for burro em criança, sê-lo-á por toda a vida. Os individuos pouco inteligentes, quanto mais estudam, mais obtusos ficam e, ás vezes, tornam-se lesados e patetas de tanto estudar.

O estudo da matematica em quatro anos do curso seriado só é suficiente para o jovem entrar na vida pratica e poder desempenhar qualquer emprego na burocracia, no comercio, etc., desde que conheça a Aritmetica Comercial, porque as nocões teoricas de algebra, geometria e trigonometria não lhe bastam ao desempenho de suas atividades profissionais. É comum encontrarmos jovens versados em calculos algebricos e manuseando os logaritmos, que não são capazes de resolver problemas praticos de juros e de cambio. Ao lado da lingua materna, a matematica é, pois, a materia mais necessaria para a vida pratica, e aquele que sabe bem Português e Matematica, sobretudo naquilo que é de absoluta necessidade para poder exercer qualquer cargo, está com a carreira feita e só não conquistará a independencia economica se não quiser. Todas as ciencias são uteis ao homem, mas a lingua vernacula, a matematica e a geografia constituem o ornamento primordial da cultura humana no seio da comunhão social. Sem a aprendizagem de tais disciplinas, ninguem pode considerar-se culto. Reflitam bem nisso os jovens.

ATENÇÃO

Aproxima-se o Dia de Natal. Seja previdente adquirindo um presente barato e significativo.

A Pequena Miscelanea, de Edson Pires, á rua São Pedro 2.214, está vendendo quase pelo custo, todo o saldo de perfumes das melhores marcas. Além de perfumes ha outros artigos por preços rasoaveis e que serão eliminados do seu ramo de negocios.

Aproveitar em tempo é saber ganhar...

SOMENTE A DINHEIRO!

O autor da nota promoveu todo um relato de expectativa que havia com a implantação de mudanças no ensino secundário, o que aconteceria no ano de 1948, uma vez que a nota é de 1947. Na matéria, nota-se uma preocupação com quantidades de disciplinas que seriam ofertadas no currículo. O autor debruça-se com a valorização dos ensinamentos de Português e Matemática que, juntamente com a Geografia, são o “ornamento da cultura humana”.

A partir do ponto de vista trazido na nota, encontra-se a representação de esperança que havia com o ensino secundário por ocasião da nova reforma, tendo em vista a recordação do autor quanto aos alunos que chegavam à quarta série do ensino ginasial com grande defasagem em língua portuguesa, e que os quatro anos ofertados de curso seriado eram insuficientes para dar os conhecimentos necessários aos discentes. Assim, a imprensa informou a população sobre as dificuldades pelas quais passava o ensino secundário já no ano de 1947, ou seja, cinco anos após vigorar a Lei 4.244/42.

Ainda assim, de certa forma, esforços foram empreendidos para que o ensino secundário melhorasse nesse período. A mando da Lei Orgânica do Ensino Secundário, em 1942, o governador do Piauí era Leônidas de Castro Melo⁸, que ocupou o cargo entre maio de 1935 e agosto de 1945 e é reconhecido também por ter dedicado especial atenção às áreas de educação e saúde, tendo concluído as obras o Liceu piauiense e de vários prédios destinados aos grupos escolares, além de construir a Casa Anísio Brito.

Também são consideráveis alguns feitos de José da Rocha Furtado, voltados para a educação. Este foi Governador do Piauí entre 1947 e 1950. Piauiense da cidade de União, nasceu a 24 de fevereiro de 1909. Formado em medicina pela Universidade do Brasil, foi eleito Governador do Piauí pelo voto direto, em 1947. Consoante Santos (2009), o seu governo transcorreu no período mais conturbado da história do estado, à custa da polarização política entre o seu partido, a União Democrática Nacional (UDN), e o Partido Social Democrático (PSD). Entre seus grandes feitos no campo educacional, sublinham-se: a criação dos cursos noturnos de extensão cultural; a mudança de nomenclatura da Escola Normal Oficial para Escola Normal “Antonino Freire”; e a criação dos cursos secundários noturnos (RODRIGUES, 2007).

Mesmo com o empenho de alguns governantes, a Lei Orgânica do Ensino Secundário, sofreu duros entraves à sua implantação no Piauí, sobretudo com a cena que se criou pelo fim da Era Vargas e início do período de redemocratização. Nesse contexto, Mendes (2012)

⁸ Santos (2009) lembra que Leônidas nasceu na cidade de Barras, a 15 de agosto de 1897, e faleceu em 25 de maio de 1981. Foi membro do Conselho de Intendência de Teresina, Deputado Federal e Senador da República e fundador do Partido Nacional Socialista.

contabiliza seis governadores diferentes no comando executivo estadual entre 9 de novembro de 1945 e 28 de abril de 1947, ou seja, em menos de dois anos, houve seis chefes executivos no Piauí, o que para o autor, prejudicou diretamente o setor da educação no Estado.

Ao mesmo tempo em que a educação era maleficiada pelas mudanças constantes de governadores, com a prevalência das Leis Orgânicas dos diversos níveis de ensino sobre o Decreto Lei 1.438/33, os municípios viram-se desobrigados a repassar os 15% de sua arrecadação ao estado, ficando nas mãos dos próprios municípios a gestão dos recursos financeiros e de suas redes de escolas.

Sobre esse contexto, Mendes (2012, p. 221) recorda a lacuna no ensino após a mudança nos recursos educacionais:

com o inegável aumento das matrículas e o foco dos poderes públicos estadual e municipais sempre voltados para o ensino primário, passou a existir nesse período que vai de 1945 a 1964, uma crescente demanda pelos cursos ginasiais nos mais diversos municípios piauienses, principalmente nos municípios de médio porte. Na supressão dessa lacuna juntaram esforços Igreja Católica, iniciativa privada e poderes públicos.

Com isso, a atenção do poder público voltou-se para o ensino primário, onde a iniciativa privada ganhou forças para a exploração da educação em outros níveis. O que se observa nesse período é o crescente número de instituições que passaram a ofertar o ensino secundário, em grande parte administrados por ordens religiosas católicas, instalando-se, principalmente, em cidades de médio porte.

Todavia, na própria capital piauiense, Teresina, no ano de 1947, foi criado o Patronato Nossa Senhora do Amparo. Esse período de expansão foi intenso, de 1945 a 1964, mas Lopes (2012) o estende até 1971, quando da promulgação da LDB nº 5.692/71, que dentre as mudanças mais significativas, estipulou o fim do exame de admissão para o ingresso de alunos no ensino secundário.

Na sequência, o Quadro de Reis (2017) indica algumas instituições escolares que, ainda na década de 1950, ofertavam o ensino secundário no Estado do Piauí:

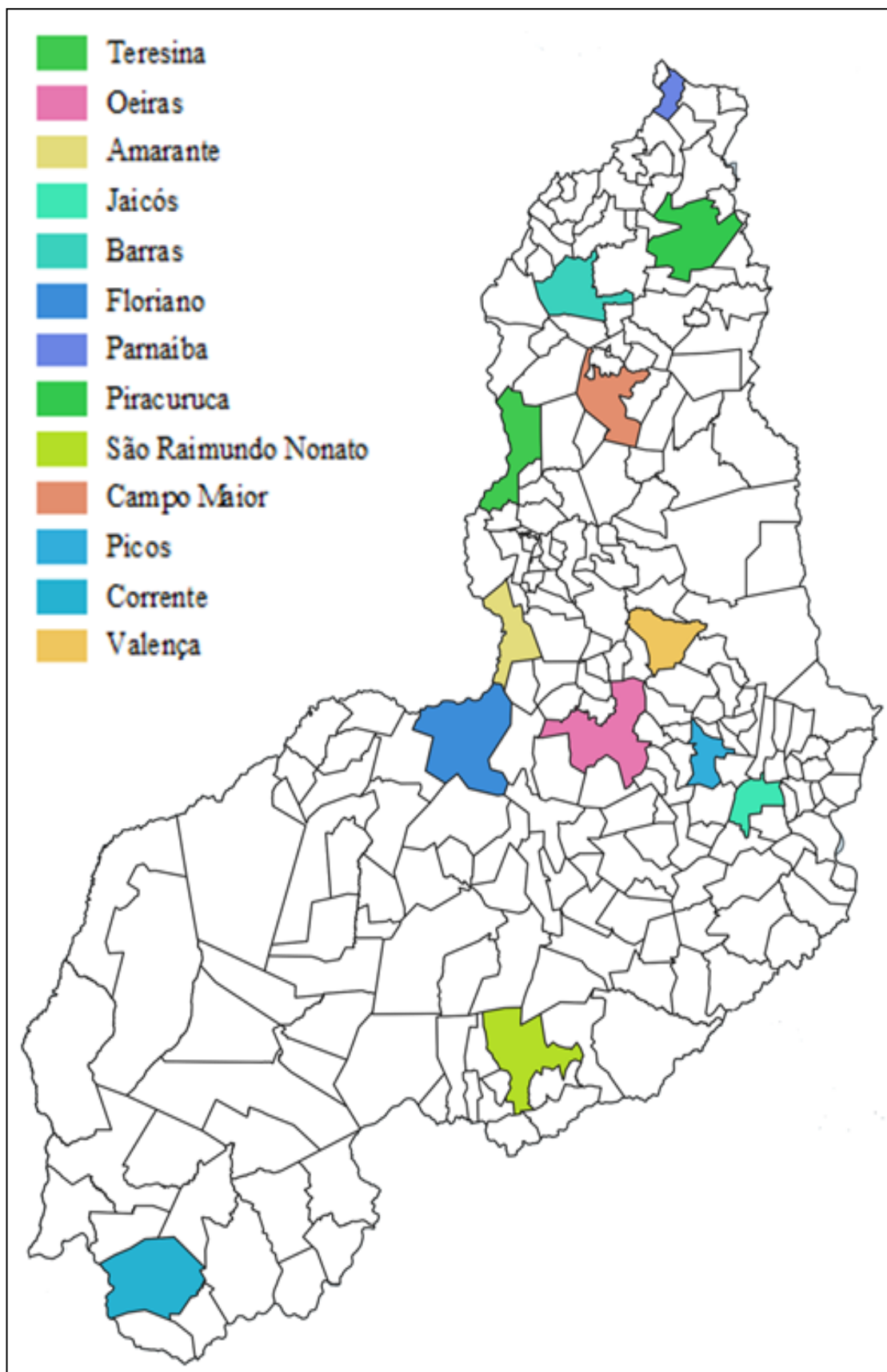
Quadro 2 – Instituições escolares de ensino secundário no Piauí na década de 1950

Cidade	Estabelecimento de Ensino
Teresina	Colégio Estadual do Piauí Ginásio Dr. Demóstenes Avelino Ginásio Sagrado Coração de Jesus Ginásio Municipal São Francisco de Sales Ginásio Leão XIII Ginásio Des. Antônio Costa
Oeiras	Ginásio Municipal Oeirense
Amarante	Amarante Ginásio da Costa e Silva
Jaicós	Ginásio Padre Marcos
Barras	Ginásio Nossa Senhora da Conceição
Floriano	Ginásio Santa Terezinha
Parnaíba	Ginásio Nossa Senhora das Graças Ginásio Parnaibano Ginásio São Luís Gonzaga Ginásio Nossa Senhora de Lourdes
Piracuruca	Ginásio Municipal de Piracuruca
São Raimundo Nonato	Ginásio Dom Inocêncio
Campo Maior	Ginásio Santo Antônio
Picos	Ginásio Estadual Picoense
Corrente	Colégio Correntino Piauiense
Valença	Ginásio Santo Antônio

Fonte: Reis (2017), p. 168.

A partir do Quadro 2, vislumbra-se o cenário das cidades munidas de instituições de ensino dispostas no mapa do Estado do Piauí, disposto na Figura 3, a seguir:

Figura 3 - Mapa 1: Distribuição dos municípios no Piauí que dispunham de instituições de ensino secundário na década de 1950



Fonte: adaptado conforme informações de Reis (2017).

Deveras, considerado um período de expansão ou não, o ano de 1964 foi marcado pelo início de um período ditatorial, onde os governadores eram eleitos por votação indireta, sendo Helvídio Nunes de Barros⁹ o primeiro Governador do Piauí nomeado nesses moldes, ficando no cargo entre os anos de 1966 e 1970, sendo sucedido pelo seu Vice-Governador, João Clímaco d’Almeida¹⁰, que “concluiu o mandato da chapa em 15 de março de 1971” (MENDES, 2012, p. 231).

Para mais, Brito (1996) expõe que na gestão federal do Presidente Costa e Silva,¹¹ que convocou os Governadores do Nordeste para uma reunião no mês de agosto de 1967, ocasião em que o então Governador do Piauí, Helvídio Nunes, apresentou um plano para o setor educacional no Estado, por meio do qual prometia uma nova roupagem para o ensino, focando no nível médio. Dentre as medidas sugeridas, a expansão no número de vagas e a modernização da aparelhagem. Entretanto, os recursos financeiros para tais fins eram escassos, inviabilizando a sua execução.

Helvídio Nunes empenhou-se na ideia de expansão da rede de escolas e aumentar o número de matrículas, entre outras metas voltadas para a educação. Por seu turno, João Clímaco d’Almeida continuou a estruturação da rede de escolas iniciada por Helvídio Nunes. A propósito dessa questão, Sousa (2012) relata como ocorreu essa expansão, sem a preocupação com a qualidade do ensino e, como consequência, com desordem pela gestão dos governadores, dada as dificuldades de infraestrutura e contratação de professores sem concurso público.

Na implantação da LDB de 1971, o Governador do Piauí era João Clímaco d’Almeida, que conforme Santos e Kruehl (2009), era conhecido como *Junqueira*. Nascido na cidade de Jerumenha, em 30 de março de 1910, faleceu em Teresina no dia 9 de setembro de 1995. Exímio aluno de Matemática, dedicou parte de sua vida ao Banco do Estado do Piauí, onde se aposentou, e então passou a se dedicar à carreira política, tendo sido Vice-Governador, Deputado Estadual e Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, além de Deputado Federal. Entre os seus principais mandos no campo educacional, esteve a construção do Ginásio Polivalente Modelo de Teresina, a criação da Assessoria de Educação de Excepcionais e a colaboração na instalação da UFPI.

⁹ Nascido na cidade de Picos em 28 de setembro de 1925, ocupou diversos cargos eletivos, tendo sido prefeito de Picos, deputado estadual e senador pelo Piauí e governador do mesmo estado.

¹⁰ Nascido em Teresina em 30 de março de 1910, foi vereador da mesma cidade, além de vice-governador, deputado estadual, deputado federal e governador do Piauí.

¹¹ Nascido em Taquari-RS, foi Presidente do Brasil entre 15 de março de 1967 e 31 de agosto de 1969.

Já quando Alberto Tavares Silva assumiu o comando do governo, em 1971, o país ainda se encontrava EM uma situação política marcada pelo regime que se instaurou em 1964, cujos reflexos se faziam sentir no Estado. Em seus relatos, Mendes (2012) sobressai o perfil empreendedor do governador, que nomeou para o cargo de Secretário de Educação e Cultura Raimundo Wall Ferraz, cujo maior desafio foi implantar a Lei 5.692/71, tornando-se responsável por reorganizar o ensino secundário no Estado.

No próximo capítulo, serão apresentados alguns estabelecimentos que ofertavam o ensino secundário no Piauí entre os anos de 1942 e 1971, período destacado neste trabalho. Tais instituições foram nomeadas nas fontes jornalísticas pesquisadas. Vale ressaltar (embora já se tenha dito) que o ensino secundário precedeu ao período pesquisado, assim como os ginásios e colégios, daí porque não se pode deixar de lado a história desses estabelecimentos, mesmo que anterior a 1942.

3 O ENSINO SECUNDÁRIO NAS PÁGINAS DOS JORNAIS: INSTITUIÇÕES ESCOLARES

Tendo em vista as fontes propostas, examinaram-se diversas notas nos jornais, as quais apresentaram instituições escolares que ofereciam o ensino secundário no Piauí entre os anos de 1942 e 1971. Por essa razão, neste capítulo, discutem-se alguns desses estabelecimentos, evidenciando as contribuições das notas tanto em relação ao poder público quanto à iniciativa privada, confessionais e laicas.

De fato, as instituições de ensino representavam, primeiramente, o compromisso de educar, o qual era oferecido à sociedade que o aceitava, conforme se observa nas notas perscrutadas. Com efeito, Magalhães (2004, p. 15) buscou compreender as instituições escolares ao longo da história, e fez a seguinte observação sobre o que elas traduzem:

Assim, educação/instituição traduz toda a panóplia dos meios, estruturas, agentes, recursos, mas também outras marcas socioculturais e civilizacionais que os estados e outras organizações mantêm em funcionamento para fins de permanência e mudança social (MAGALHÃES, 2004, p. 15).

Nota-se que o supracitado autor não separa as palavras “educação” e “instituição”, que, de fato, caminham juntas, uma jornada que pode ser encontrada, similarmente, nos jornais aqui tratados. Porém, a citação ainda aprofunda os elementos que as instituições abarcam, correspondendo a marcas socioculturais e civilizacionais. Diante disso, ginásios e colégios assumiram o seu compromisso na modalidade de ensino secundário.

Na perspectiva da Lei 4.244/42, elaborou-se o Quadro 3, semelhante ao já apresentado em páginas anteriores, mas diferente pelo fato de ser composto por instituições cujas notas foram encontradas nos jornais que serviram de fonte para este trabalho. Também pelo fato de o quadro precedente fazer referência à década de 1950, enquanto o posterior ocupa todo o recorte deste estudo, ou seja, entre 1942 e 1971.

Quadro 3 - Instituições secundaristas no Piauí, encontradas nas notas de jornais (1942-1971)

ADMINISTRAÇÃO	INSTITUIÇÃO	CIDADE
Particular	Ginásio “Des. Antônio Costa”	Teresina
Particular	Instituto Batista “Afonso Mafrense”	Teresina
Particular	Colégio Demóstenes Avelino Ltda	Teresina
Particular	Ginásio popular de Teresina	Teresina
Particular	Escola modelo Artur Pereira ¹²	Teresina
Pública	Colégio Estadual do Piauí (Liceu Piauiense)	Teresina
Particular	Ginásio Leão XIII	Teresina
Particular (confessional católico)	Colégio Sagrado Coração de Jesus	Teresina
Particular	Instituto Prof. Elias Torres	Teresina
Particular	Ginásio N.S. de Lurdes	Parnaíba
Particular (confessional católico)	Ginásio Municipal “São Francisco Sales”	Teresina
Pública	Ginásio Santa Terezinha (Floriano)	Floriano
Pública	Ginásio Picoense	Picos
Pública	Escola Normal Antonino Freire	Teresina

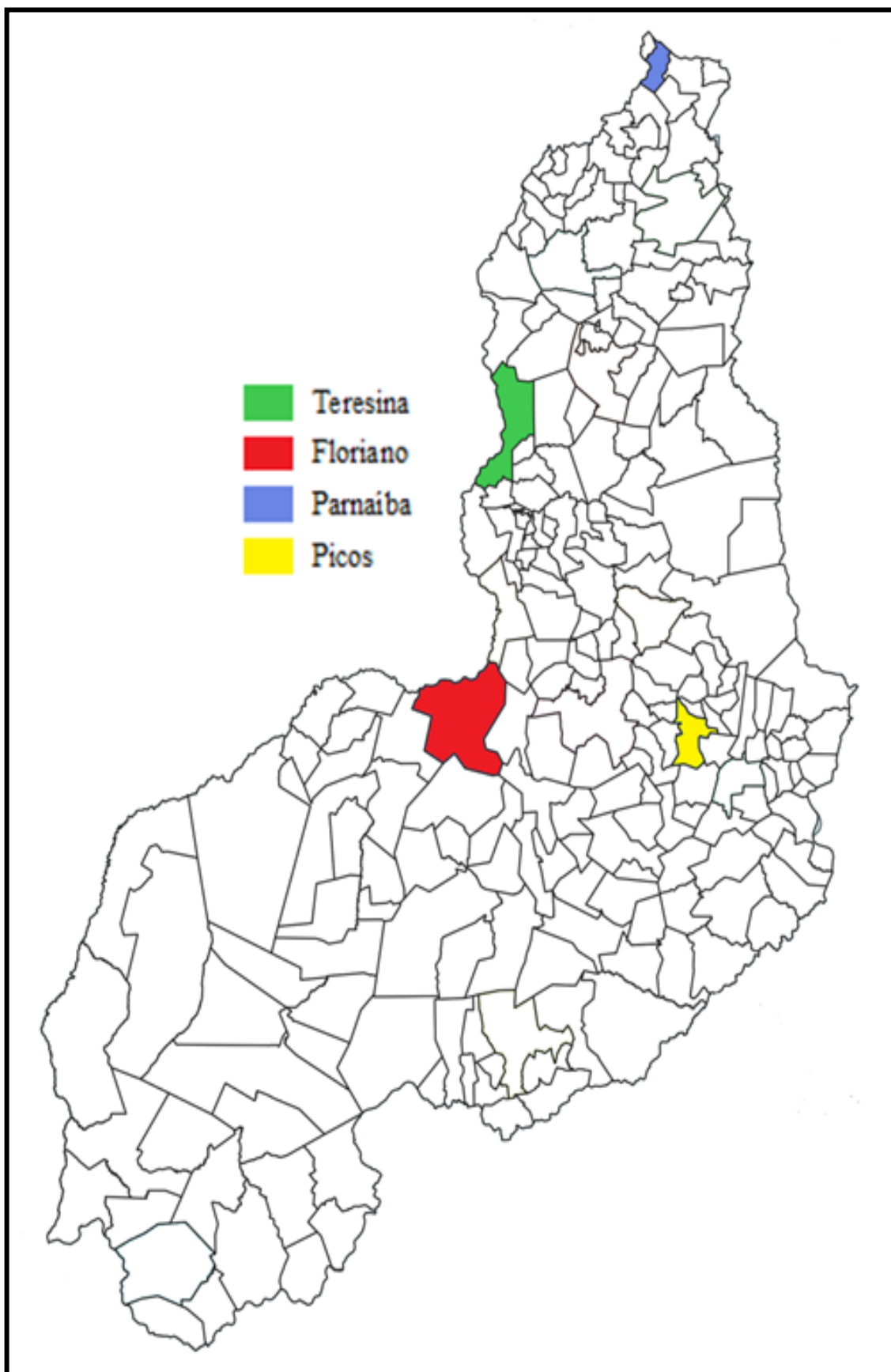
Fonte: elaborado pelo autor, com base nos jornais pesquisados entre 1942 e 1971 (2019).¹³

Os municípios onde estas instituições estavam instaladas se distribuíam pelo estado conforme ilustrado na Figura 4.

¹² Conforme o Jornal O Dia de 14 junho de 1943, por ocasião do aniversário da Escola Modelo Artur Pereira uma aluna do 5º ano do estabelecimento apresentou um número musical. Desta forma entende-se que o estabelecimento ofertava o curso ginásial e consequentemente o Ensino Secundário.

¹³ Alguns estabelecimentos, como os Ginásios Desembargador Demóstenes Avelino e o Desembargador apareceram nas notas de jornais com nomenclaturas diferentes, como “Colégio” e “Dr”. Aqui, em função dessas notas, mesclaremos igualmente as referências a esses estabelecimentos.

Figura 4 – Mapa 2: Cidades onde estavam alocadas as instituições de ensino secundário entre os anos de 1942 – 1971, cujas notas foram analisadas



Fonte: adaptado do quadro elaborado pelo autor (2019).

A importância das cidades destacadas no mapa acima as colocavam em evidência também nos noticiosos e assim foi possível encontrar informações no jornais sobre os seus estabelecimentos de ensino secundário.

Dentre essas instituições, seis foram eleitas para breves caracterizações de suas histórias. Em muito, por já haver alguma historiografia que delas trate e que colabora com esta pesquisa. À vista disso, serão descritos: o Colégio Estadual do Piauí (Liceu Piauiense), por ser considerado o mais importante estabelecimento de ensino secundário do Piauí; os colégios Sagrado Coração de Jesus e São Francisco Sales (Diocesano), por representarem a educação tradicional católica; os ginásios Desembargador Antônio da Costa e o Leão XIII, por reproduzirem a educação privada laica; e o Ginásio Picoense, por ser um estabelecimento instalado no interior do estado. Ao final, será promovida uma reflexão genérica sobre alguns dos demais estabelecimentos encontrados nas notas.

3.1 Colégio Estadual do Piauí (Liceu Piauiense)

Criado no ano de 1845, ainda na então capital da Província do Piauí, a Cidade de Oeiras, o Liceu Piauiense figurou como o estabelecimento de ensino secundário mais importante por essas terras. Segundo Vasconcelos e Ferro (2009), a sua criação deu-se pelas mãos do então presidente provincial, Zacarias de Góis e Vasconcelos que, ao assumir o seu mandato em 28 de julho do mesmo ano da fundação do estabelecimento, 1845, deparou-se com a educação em situação precária.

Nos primeiros anos de funcionamento, segundo Brito (1996), o Liceu enfrentou problemas referentes à contratação de professores, o que impossibilitou que todas as cadeiras fossem, de fato, ofertadas.

Com a sua transferência para a nova capital, Teresina em 1852, o estabelecimento passou a enfrentar adversidades de outras naturezas, principalmente localização, passando a funcionar nas residências de seus respectivos professores, o que é referido por Vasconcelos e Ferro (2009) como o segundo momento histórico do Liceu.

Já em Teresina, o Liceu permaneceu fechado de 1861 até 1867, ou seja, ainda no Período Imperial (que foi findado em 1889, com a Proclamação de República). Dessa forma, compreende-se que o funcionamento do Liceu sofreu embaraços no início de suas atividades. Como se não fosse o bastante, outros transtornos surgiram no período republicano, pois “o funcionamento do Liceu esteve à mercê de todas as experiências por que passou o ensino

secundário no Brasil” (QUEIROZ, 2008, p. 18). Isso teve reflexo diretamente nas matrículas do estabelecimento, mencionado também por Queiroz (1998), que mostra o ano de 1900 com um total de 60 alunos matriculados, e em 1922, 21 discentes.

Em consonância com Mendes (2012), já na Era Vargas, após superar as mudanças que levaram, inclusive, ao temporário fechamento do Liceu, teve início a construção do prédio para o seu funcionamento definitivo, cuja inauguração se deu pelas mãos do Governador, Dr. Leônidas de Castro Melo, ou seja, já na implantação de Lei 4.244/42, o Liceu encontrava-se em um prédio escolar.

Reafirmando a importância do Liceu, na forma como se designa neste subtópico, os jornais a ele se referiam até mesmo em notas que diziam respeito aos descendentes dos professores, como segue:

Pelas Escolas

Soubemos haver obtido aprovação no vestibular do curso jurídico da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil a nossa inteligente conterrânea Senhorita Yolanda Burgija Brito filha da competente Prof^a Ana Burgija Brito, do Colégio Estadual do Piauí. (JORNAL A GAZETA, 1944, p. 04)

No informe trazido pela nota acima, o Liceu aparece não por alguma das atividades realizadas de forma direta, mas pelo que representava ser professor daquele colégio. É nesse sentido que Vicentini e Lugli (2009), examinando a profissão docente no Brasil, lembram que havia uma preferência pelo professorado público, que era visto como sinônimo de competência, justamente o que é especificado pela nota.

Nas notas analisadas, o Liceu foi constantemente citado, o que justifica o fato de que esse estabelecimento ainda será trazido neste trabalho, no capítulo seguinte.

3.2 Colégio Sagrado Coração de Jesus

O Colégio Sagrado Coração de Jesus, conhecido popularmente como Colégio das Irmãs, antes de se estabelecer de forma fixa na região central da cidade de Teresina ofertou educação em outros edifícios. A propósito, Queiroz (2008, p. 68) destaca que “antes de construir a primeira sede, um prédio na avenida Frei Serafim, ainda na primeira década do século XX, o colégio funcionou, nos anos de 1906 e 1907, em casa da rua Teodoro Pacheco e a partir de 1907, no local denominado tabajara”.

As residências, de acordo com Mendes (2012), foram cedidas, respectivamente, por Elias Martins e pelo Monsenhor Joaquim Lopes. A partir de sua instalação definitiva, o

Sagrado Coração evidenciou-se na sociedade, inclusive sendo alvo de notas que o relevaram pela oferta de educação feminina, arquitetura e excelência acadêmica.

O estabelecimento de tradição católica desde a sua fundação até hoje é administrado pela Congregação das Irmãs dos Pobres de Santa Catarina de Sena, fixada no Piauí a pedido do bispo, Dom Joaquim Antônio de Almeida. O convite, diretamente lançado à Madre Geral e fundadora da Congregação Savina Petrilli, tinha o objetivo de abrir uma escola voltada à educação feminina, como referido.

Com esse desígnio, no dia 6 de outubro de 1906, o Colégio Sagrado Coração de Jesus iniciou as suas atividades, sendo reportado por Mendes (2012, p. 150) como “uma das mais significativas iniciativas educacionais do início do século XX”.

O período de chegada das Irmãs dos Pobres de Santa Catarina coincide com um momento de expansão da missão católica no território brasileiro, como explanam Reis e Ferro (2009, p. 98):

sabe-se que foi no Brasil a partir do século XX que a Igreja Católica em meio o seu processo de reordenamento institucional passou a concentrar as suas ações na educação católica feminina como forma de preservar seu espaço político-religioso e de tornar suas ideias de reforma mais aceitáveis, já que a sociedade incumbia à mulher o papel de educar filhos dentro das famílias. Desse modo, levando à Igreja a necessidade de colaboração de religiosos estrangeiros para a tarefa de educar as jovens brasileiras na fé cristã.

Com essa assertiva, é possível depreender que a educação confessional católica passou por um processo de busca por novos espaços de atuação, e assim chegou ao Piauí. Mesmo a vinda das Irmãs dos Pobres de Santa Catarina de Sena sendo um pedido expresso do bispo local à então Madre Superiora, ainda segundo Reis e Ferro (2009), a mesma congregação já havia se estabelecido no Brasil, na capital do Pará.

Em seus primeiros anos de funcionamento, o corpo docente do Colégio Sagrado Coração era formado apenas pelas irmãs religiosas da congregação, que enfrentavam o desafio do idioma local. Tratando do assunto, Mendes (2012, p. 152) traz o marco do ano de 1925 como referência para “a contratação do primeiro professor secular para atuar na escola, Dr. Daniel Paz na disciplina de Português”. Com isso, a instituição passa a contar com um docente que não fazia parte da congregação.

Com as instalações definidas na capital piauiense e a contratação de novos professores, o colégio consagrou-se como um importante estabelecimento de ensino que, em

seus primeiros anos, tinha por objetivo formar alunas cristãs para servirem à sociedade, em um papel que parecia, até então, reservado à mulher, qual seja o cuidado com o lar.

Esse aspecto está explícito na próxima nota, extraída do Jornal A Luz, veiculada ainda na década de 1930, onde vale ressaltar o oferecimento do Curso Ginásial, de acordo com o programa oficial que à época da nota ainda era regido pelo Decreto-Lei 19.890/31.

Nota sobre a finalidade do Colégio do Sagrado Coração de Jesus
COLÉGIO DO “SAGRADO C. DE JESUS”

Dirigido pelas Irmãs dos Pobres de Santa Catarina de Sena, tem por finalidade:

- 1.º) Dar às jovens uma sólida educação baseada no ensino religioso;
- 2.º) Instruir as alunas dos Cursos Primário, adaptação, Normal, e Curso Ginásial de acordo com o programa oficial. Funciona também com Jardim da Infância e aula gratuita;
- 3.º) Aprimorar as jovens educandas segundo a própria condição nos diversos trabalhos manuais e acostumar-las ao asseio da casa dos cômodos e da própria pessoa.

-: Internato – semi-internato e externato:-

-AVENIDA FREI SERAFIM – FONE 4-6-0 - TERESINA- PIAUÍ.
(JORNAL A LUZ, 1939, p. 03).

Embora a nota não anuncie a missão da instituição, voltada apenas para o ensino secundário, entende-se a demanda de ensino que o Sagrado Coração de Jesus tentava suprir na sociedade piauiense o fazia de maneira exitosa na educação feminina, porquanto Reis (2017) descreve que no ano de 1938, o colégio passou a ofertar o curso ginásio, haja vista que já contava com o curso normal, iniciado em 1931, e o jardim de infância, inaugurado em 1934.

O estabelecimento em questão ofertava o ensino secundário feminino com um currículo específico para esse gênero, bem observado na terceira finalidade elencada, quando estabelece que a educação feminina visava a “acostumar as jovens ao asseio da casa”, o que representava algo relevante, socialmente.

Mesmo com a Lei 4.244/42, continuou sendo previsto um ensino secundário específico para as alunas, deixando margem para que os estabelecimentos adaptassem os seus currículos para o público que servia.

3.3 Ginásio Desembargador Antônio da Costa

Outra instituição com visibilidade nos jornais foi o Ginásio “Des. Antônio Costa”, fundado em 1939,¹⁴ que funcionava na Rua Felix Pacheco, nº 1589. Para Araújo (2012), ele

¹⁴ Segundo Mendes (2012), embora fundado em 5 de julho de 1939, o governo federal só o reconheceu em 1949. Antes, o estabelecimento dedicava-se a cursos preparatórios.

teve os seus anos áureos nas décadas de 1940 e 1950, ofertando ensino primário e preparação para o ingresso de alunos ao curso ginásial e colegial. Tempos após a sua fundação, já no ano de 1949, o estabelecimento passou a ser reconhecido como ginásio e não mais como educandário pelo governo federal.

É possível observar, a partir dos jornais, que “frequentes notas na imprensa local destacavam o papel do educandário na disputa das vagas dos estabelecimentos públicos” (ARAÚJO, 2012, p. 47). Pelos noticiosos, fica evidente que o referido investia bastante em propaganda, provavelmente por ser uma instituição particular, conforme se observa na Figura 5.

Figura 5 - Propaganda sobre o Ginásio Desembargador Antônio Costa

Ginásio “Des. Antônio Costa”

(FUNDADOR PROF. MAGALHÃES FILHO)



A Educação é a mais valiosa herança que os pais podem deixar aos filhos.

Platão

Educandário que instrui e Educa

RUA FÉLIX PACHÉCO, 1589
FONE: 2645

PREDIO PRÓPRIO

TERESINA — PIAUÍ

DIRETORES: Drs. Profs. Melo Magalhães e Domício Magalhães
CURSOS: Primário, Admissão e Ginásial
TURNOS: Manhã e Tarde

I) — CURSO DE ADMISSÃO

Queres estudar o Curso de Admissão? procura o conceituado GINÁSIO “DES. ANTONIO COSTA”, que tem à frente desse Curso, ministrando suas aulas, os competentes e conhecidos educadores Drs. Prof. Melo Magalhães e Domício Magalhães. O único Estabelecimento de Ensino do Piauí, e talvez do Brasil, a serviço do aluno bolsista. O aluno bolsista estuda no GINÁSIO “DES. ANTONIO COSTA” e quem paga suas mensalidades é o Governo (da União, do Estado ou do Município).

II) — MATRÍCULAS

As matrículas para todos os Cursos — Primários, Admissão e Ginásial — estão abertas, devendo encerrar-se o prazo para as mesmas impreterivelmente a 28 de fevereiro.

III) — ACEITAM-SE TRANSFERÊNCIAS.

Fonte: Jornal O Dia, 09 fev. 1969, n. 1771, p. 02. Arquivo Público do Estado do Piauí.

Destacam-se as várias propagandas veiculadas para conseguir novos alunos. Em primeiro lugar, pelo nome do seu fundador, “Magalhães Filho”, embora na propaganda ilustrada já existam outros diretores. Com o lema *Educandário que instrui e educa*, a escola firmou-se no cenário piauiense na primeira metade do século XX, visando a atrair alunos de famílias que prezavam pela educação “clássica” dos filhos, por meio de propagandas. Isso fica

patente com a epígrafe atribuída ao filósofo grego Platão: “a educação é a mais valiosa herança que os pais podem deixar para aos filhos” (JORNAL O DIA, 1969, p.02).

Em segundo lugar, nota-se que um dos pontos fortes para o funcionamento da instituição eram os seus diretores, Domício Magalhães e Melo Magalhães, que demonstravam relação estreita com o campo educacional.

José Itamar Abreu Costa, antigo aluno do Ginásio Desembargador Antônio da Costa, assim descreve a sua experiência ao adentrar no curso ginásial da instituição em apreço, em relato publicado já no ano de 2013:

Em 1962, fui inscrito para fazer o exame de admissão, no Colégio Desembargador Antônio Costa, quando fui aprovado e comecei a fazer o Ginásio. Desde a portaria, onde o Rubens (Barreira) e Chico (recebia e carimbava as cadernetas com a Sra Trindade, eram todos muito simpáticos e amigos. Os diretores e criadores do colégio, professores Melo e Domício Magalhães, eram dotados de personalidades diametralmente opostas. Domício folclórico, brincalhão e devoto de Santa Joana Dárc. Melo, sério, educador e organizador do colégio (FORTES; FORTES, 2013).

E conclui a sua experiência com os irmãos Magalhães:

Moral da história: Os ilustres filhos de Piracuruca, Melo e Domício Magalhães, foram os grandes nomes da educação do Piauí e que sabiamente pensaram como estadistas, ou seja, criaram uma escola e contrataram os melhores talentos da época e com estas suas atitudes apostaram no sucesso e no futuro dos seus alunos (FORTES; FORTES, 2013).

A vivência relatada indica que o Ginásio Desembargador Antônio da Costa prezava pela boa educação, e os irmãos diretores ofereciam o que havia de melhor no âmbito profissional à época de seu funcionamento: o corpo docente. Isso porque no mesmo relato, José Itamar elenca os seus mestres, quando de seu período no ginásio: “João Antônio Leitão, Rosalina, Conceição, Arimateia Tito Filho, Nelson Sobreira, Maria do Socorro Alencar, Amariles, Maria Figueiredo, Valdemar Sandes” (FORTES; FORTES, 2013).

Na perspectiva de formação do professorado, Vicentini e Lugli (2009) recordam os esforços para formar os professores para atuarem no ensino secundário no período em análise. Cruzando com a nota, também alude ao Ginásio Desembargador Antônio Costa, que tinha mestres de destaque.

3.4 Ginásio Leão XIII

O Ginásio Leão XIII foi fundado em 15 de julho de 1938, com o nome de Fundação Ateneu Piauiense. Mendes (2012) condiciona a mudança de nome à vigência da Reforma

Capanema. Os fundadores foram os professores Moaci Madeira Campos e Felismino de Freitas Weser. Cabe sublinhar que Felismino Weser fundou várias instituições de ensino, como aludem Freitas, Sousa e Freitas (2009, p. 11-12):

Daí nasceram os colégios que fundou, em Pedro II (Colégio Pedro II, 1912), em Piripirí (Colégio Castelo, 1913), em Floriano (Liceu Municipal e a Escola Normal de Floriano, 1930) e em Teresina (Ateneu Piauiense – depois Ginásio Leão XIII, Academia de Comércio do Piauí – depois Escola técnica de Comércio do Piauí e Internato São Vicente de Paula, 1938; Ginásio Dr. Demóstenes Avelino – fundado em 1^o de dezembro de 1942 – e a Escola Técnica do Comércio Professor “Felismino Freitas Weser”.

Os feitos de Felismino foram além dessas instituições, pois os autores da nota frisam o pioneirismo do educador na oferta de ensino noturno: “só assim pode levar o ensino às camadas mais empobrecidas da população e aos que trabalhavam durante o dia” (FREITAS; SOUSA; FREITAS, 2009, p. 11-12).

Já Moaci Madeira Campos, em sua obra datada de 1996, descreve, entre outros fatos, a relação que havia entre os donos do Ginásio Leão XIII e a instância política executiva estadual, uma vez que por meio desta conseguiram material e mobiliário para o funcionamento do estabelecimento:

Providenciamos, com presteza devida, a aquisição de móveis e material escolares necessários, parte das quais nos foi doado, compreensiva e generosamente, pelo governo de Estado, cujo chefe, Dr. Leônidas de Castro Melo, de grande visão, estadista que realmente era, sentia que a nova casa de ensino e de educação traria para o Piauí valiosa contribuição para à solução do mais urgente e grave problema nacional, no que dizer de Miguel Couto, - a educação do povo brasileiro. E contribuiu, indiscutivelmente, durante trinta e oito anos, educando, formando e legando à terra berço excelentes cidadãos, profissionais do mais alto nível, que muitíssimo o têm engrandecido, servindo-o nos mais díspares setores de atividades. Homens e mulheres. (CAMPOS, 1996, p. 56)

Compreende-se, pelas citações, tanto a importância do Ginásio Leão XIII para o Estado do Piauí, mesmo este instalado na capital, Teresina, quanto à influência de seus proprietários no cenário governamental e político. Esse estabelecimento teve informações a seu respeito publicadas pela imprensa piauiense. Uma dessas notas será tratada a seguir, onde se mostra um caso reputado como inusitado para a época, referente a uma situação de namoro entre professor e aluna:

Professor “Don Juan” convidado a deixar o Ginásio Leão XIII
Há muitos anos que não se registrava em Teresina fato semelhante. Que o professor namore uma de suas alunas, com a qual venha a casar-se, não causa surpresa: é humano e muitos têm feito.

Mas, um professor casado andar querendo namorar as alunas de 14 e 13 anos, jovens em flor, e ainda abusando da autoridade, é incrível e merece a reprovação de todos nós.

Pois foi isso exatamente que ocorreu com um lente do Ginásio Leão XIII, do Colégio das Irmãs e da Faculdade de Filosofia.

Há muito que dizia em classe que o professor deveria ensinar também nas ruas, nos bares onde encontrasse as meninas...

A um grupo de estudantes do ginásio, com o qual simpatizou, vinha dando suas aulas de história passeando, às vezes, debaixo das árvores ensombreada da Praça Saraiva, à luz pálida de um poste distante. [...] (JORNAL O DIA, 1957, p.6).

Convidado a deixar o estabelecimento, o professor, conforme se vê, foi acuado em virtude de seu próprio feito. A riqueza de detalhes da nota evidencia até a ação da aluna ao encontrar com o mestre. O fato é marcado, também, pela atitude da mãe da aluna, ao denunciar o ocorrido.

O conceituado Ginásio Leão XIII parece ter sido posto à prova com esse fato, mas não se pode deixar de considerar a postura tomada de exclusão do professor, o que aponta para uma cobrança da sociedade da época para que houvesse uma atitude nesse sentido.

3.5 Colégio Diocesano São Francisco Sales

O Colégio Diocesano São Francisco Sales, ou simplesmente Colégio Diocesano, como é popularmente conhecido entre os piauienses, é uma instituição de ensino confessional de tradição católica que ainda hoje funciona no centro da capital. Sua fundação aconteceu no ano de 1906, pelo bispo do Piauí, Dom Joaquim Antônio de Oliveira de Almeida.

Em sua pesquisa, Queiroz (2008) ratifica que na imprensa piauiense, até o ano de 1930, foram poucas notícias veiculadas sobre essa instituição. No entanto, isso não se repetiu nos jornais entre 1942 e 1971, onde se veicularam informações significativas sobre o referido colégio, as quais serão tratadas ainda neste escrito.

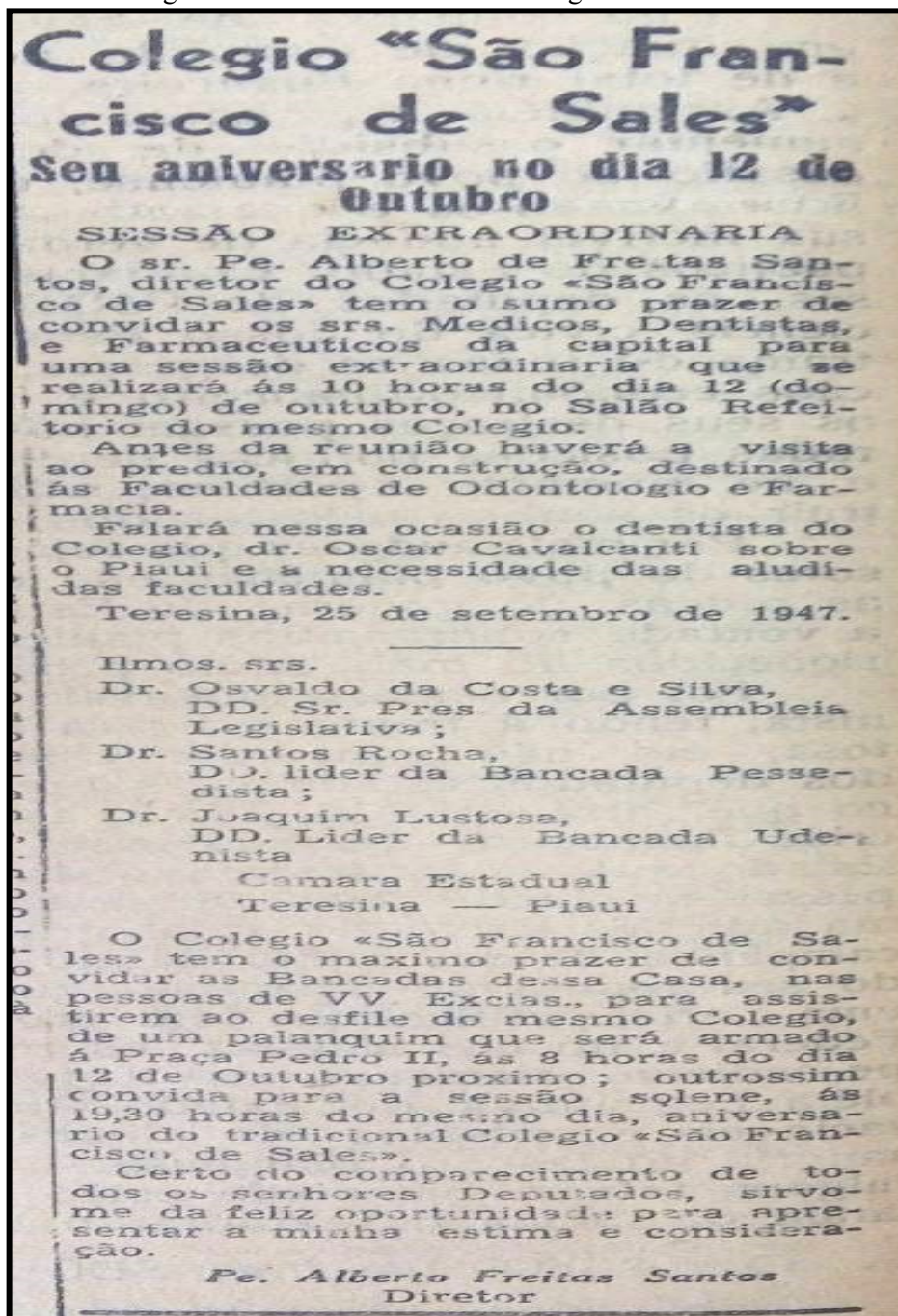
São poucas as informações da Imprensa sobre o Colégio São Francisco Sales. Foi criado em 1906, durante a gestão do primeiro bispo do Piauí, D. Joaquim Antônio de Almeida, em momento de acirrada luta político-religiosa em Teresina. Tinha, entre 1913 e 1914, a maior parte do seu corpo docente formada por religiosos, com exceção de dois bacharéis em Direito e um médico. Confiado em 1913 à direção do cônego Cícero Nunes, em 1914 era dirigido pelo padre Constatino Boson. (QUEIROZ, 2008, p. 69)

No início, o Colégio Diocesano era exclusivamente masculino e oferecia tanto o ensino primário quanto secundário. Corroborando Queiroz (2008), atendia alunos nas

modalidades internos, semi-internos e externos. Notadamente, a influência religiosa católica nos quatro cantos do Brasil e, por conseguinte, no cenário educacional, podia ser facilmente percebida no Colégio Diocesano, à época sob a responsabilidade da Diocese de Teresina.

Na Figura 6, mostram-se convites feitos pelo então Diretor, o Padre Alberto Freitas Santos que era responsável pelo estabelecimento, aos bacharéis residentes em Teresina e aos políticos da Câmara Estadual para participarem dos atos em comemoração do aniversário da instituição, no ano de 1947.

Figura 6 - Convite do Diretor do Colégio São Francisco de Sales



Atina-se para o interesse da escola no sentido de convocar alguns diplomados a prestigiarem os eventos que aconteceriam em função de seu aniversário, mas a intenção ia além das festividades: ao presentear os convidados com uma palestra e mesmo uma visita às futuras instalações da Faculdade de Odontologia, o tradicional colégio também representava a preocupação com a educação, até mesmo superior, embora não fosse esse o seu ramo educacional, mas preparava os alunos para estudarem nas faculdades e universidades.

Sobre o interesse dos grupos, Chartier (1998, p. 17) assim se manifesta:

As representações do mundo social não assim constituídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinados pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.

Oferecer palestra aos profissionais bacharéis da cidade, convidar os deputados para assistirem ao desfile da escola, ter uma seção solene na Câmara Estadual, tudo isso em comemoração ao seu aniversário denota que o Colégio Diocesano era socialmente um importante estabelecimento de ensino a época. Além disso, representava algumas das tradições educacionais com eventos oferecidos à sociedade.

Contudo, Brito (1996) assente que a postura observada na nota de 1947 não exime o colégio de uma crise que o levou, no ano de 1960, a passar a sua administração para a Companhia de Jesus (jesuítas). Mesmo assim, o Diocesano estampou os jornais no estado em muitas matérias, que serão alvo de análise no próximo capítulo.

3.6 Ginásio Picoense

Por sua vez, o Ginásio da cidade de Picos foi fundado em 9 de março de 1950. O município vinha passando por transformações em sua infraestrutura, e a partir de então, deu oportunidade para que os jovens tivessem a instrução secundária sem a necessidade de se deslocar de sua cidade, localizada na região sul do estado, conforme Sousa (2005, p. 89):

Foi nesse cenário que surgiu a necessidade da fundação de um Ginásio na cidade, o que representava um anseio dos jovens egressos do Grupo Escolar Coelho Rodrigues, os quais desejavam a continuidade dos estudos, ascensão social e maior prestígio. Era uma forma de se chegar ao ensino superior. A procura pelo ensino secundário na região se deu em função também das modificações que vinham ocorrendo no país desde 1930, como o crescimento da população, o deslocamento da população rural para as zonas urbanas e as exigências de maior escolarização devido ao crescente processo de urbanização.

Mas o processo para a fundação de Ginásio não foi fácil. A susodita autora destaca que a implantação da instituição se deu em meio a conflitos políticos entre dois grupos distintos da cidade, quais sejam a UDN¹⁵ e o PSD,¹⁶ “oposição herdada do cenário nacional” (SOUSA, 2019, p. 46).

Até então, precedente à implantação do ginásio, a situação obrigava aqueles que desejassem ampliar os estudos deixar Picos e seguir para a capital, Teresina, ou outros locais. Esse cenário modificou-se com a inauguração do Ginásio Picoense, embora tenha sido uma inauguração coincidente com tantas outras.

Para Sousa (2008), o Ginásio Picoense destacou-se, conforme a nota a seguir:

Prefeito Celso Eulálio
 Nesta capital o ilustre chefe do executivo picoense
 Desde ante-ontem encontra-se nesta capital o valoroso correligionário e amigo, Prefeito Celso Eulálio, digno Chefe do Executivo Municipal de Picos, que acaba de inaugurar várias obras de valor no seu importante município, destacando-se o Ginásio Picoense; a maior aspiração daquele grande povo e que já conta com uma frequência bem apreciável – 67 alunos de ambos os sexos, no primeiro ano. Ao ilustre Chefe udenista de Picos, o grande batalhador, os nossos votos de feliz estada, com um abraço dos que trabalham em “O Piauí”. (O PIAUÍ, 1950, p. 1)

Nesta nota, é evidente que a inauguração do estabelecimento secundarista se firmou como um marco educacional para a cidade de Picos. Nesse sentido, ainda em referência à retrospectiva histórica realizada por Sousa (2005), concebem-se as mudanças na cultura educacional dos picoenses pois, se por um lado, a cidade de Picos expandia a sua urbanização, por outro, a população buscava crescer, singularmente do ponto de vista escolar, fazendo da própria urbanização e melhoria da infraestrutura motes para a ampliação de seu estabelecimento de ensino secundário.

A criação do Ginásio Picoense colocou, definitivamente, a cidade no mapa do ensino secundário do Estado. Na acepção de Araújo (2012), resgatando o Censo demográfico de 1940, Picos continha apenas 12 cidadãos portadores de diploma de conclusão do ensino médio, sendo seis homens e seis mulheres, o que mostra que daqueles que desejavam buscar esse ensino em outras cidades, poucos o alcançavam. Somente após oito anos da promulgação da Lei Orgânica do Ensino Secundário, nº 4.244/42, em um período de interiorização e expansão dos ginásios, Picos ganhou o seu primeiro estabelecimento (LOPES, 2012).

¹⁵Partido político cuja sigla significa União Democrática Nacional.

¹⁶Partido político cuja sigla significa Partido Social Democrático.

3.7 Outros estabelecimentos

Além desses estabelecimentos, sobre os quais encontramos notícias sobre o seu funcionamento, apresentadas anteriormente, outras instituições figuravam o cenário educacional como o caso do Ginásio Demóstenes Avelino, tão presente nas notas de jornais quando de seu exercício. Nesse contexto, Mendes (2012, p. 196) fala de sua fundação: “1º de dezembro de 1942, oferecendo curso primário, ginásial e colegial. Foi seu fundador professor Felismino Freitas Weser”.

Para mais, outros estabelecimentos foram inaugurados, especialmente a partir de década de 1950 até o início da década de 1970. Sobre esse contexto, Lopes (2012) aponta o funcionamento de noventa e três estabelecimentos de ensino que ofertavam o curso ginásial no Estado do Piauí, dos quais oitenta e sete eram acadêmicos.

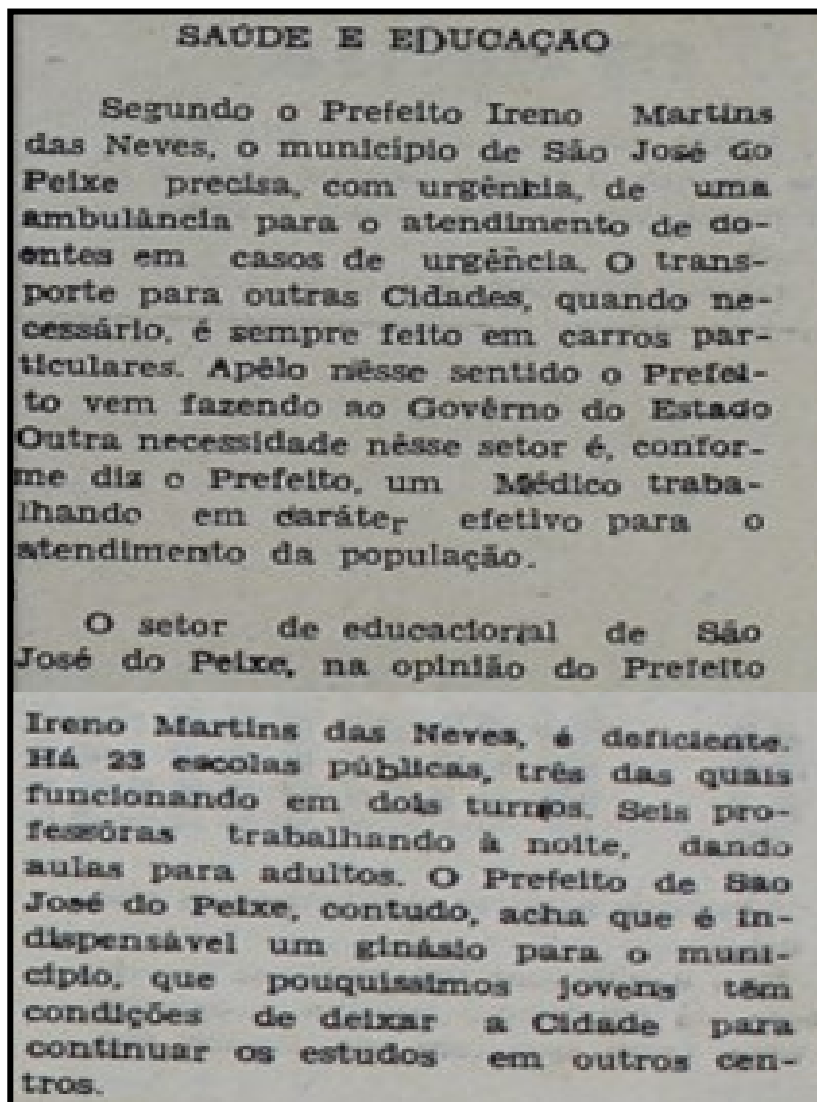
No livro *Gurgueia: espaço, tempo e sociedade*, Barros (2009) elenca algumas dessas instituições: Ginásio São José, criado em 1953, na cidade de Corrente, pelo padre José Anchieta de Alcântara Mello; Ginásio Curimataense, criado em 1968, na cidade de Curimatá; Ginásio Divina Pastora, criado na cidade de Gilbués, pelo padre Getúlio de Alencar; Ginásio Dom Inocêncio, na cidade de São Raimundo Nonato, fundado pelo Monsenhor Nestor Dias Lima; Ginásio Frei Henrique, na cidade de São João do Piauí, pelo Monsenhor Solon Correia de Aragão; Ginásio Isaías Coelho, fundado na cidade de Simplicio Mendes, pelo padre Augusto Alves da Rocha (1962); Ginásio Nossa Senhora de Fátima, fundado na cidade de Monte Alegre do Piauí, pelo padre Raimundo Dias Negreiros; Ginásio Odilon Parente, fundado na cidade de Bom Jesus, pelo bispo, Dom José Vásquez Díaz; Ginásio Padre Joaquim Damasceno, criado em 1959, por iniciativa do Deputado Estadual Caio Coelho Damasceno; Ginásio Paulistano, fundado na cidade de Paulistana, em 1959 por iniciativa do Deputado Federal Heitor de Albuquerque Cavalcante; Ginásio Paulo VI, fundado na cidade de Parnaguá, pelo padre Plácido Casanova Sánchez; Ginásio Primeiro de Maio, fundado em Floriano, no ano de 1957, e Ginásio São José, na mesma cidade, fundado pelo professor Manoel Sobral Neto. Contudo, não foram encontradas notas sobre várias dessas instituições nos jornais pesquisados.

Araújo (2012) complementa essa lista, ao indicar outras duas instituições oficializadas a partir da década de 1960: A Escola “Lima Rebelo” e a escola Normal “Francisco Corrêa”, ambas em Parnaíba, as quais tinham administrações públicas, tendo sido criadas na década de 1920.

Aliás, chama a atenção para a fundação dessas instituições que, em parte, eram estabelecidas pela ação da Igreja Católica, a partir de autoridades religiosas locais (padre, monsenhores e bispos) que empenhavam forças para que a educação chegasse aos diversos rincões de Piauí.

Se, por um lado, algumas instituições de ensino secundário foram fundadas em cidades do interior do estado nesse período de expansão, por outro, a necessidade desses estabelecimentos nos municípios parecia não findar, como é o caso de São João do Peixe, que em 1971, testemunhou o clamor de seu prefeito, Ireno Martins das Neves, divulgado pela imprensa, como se verifica na Figura 7, a seguir:

Figura 7 - Prefeito de São José do Peixe fala sobre a necessidade de se instalar um Ginásio na cidade



Fonte: Jornal O Estado, 15/16 ago. 1971, n, p. 17. Projeto Memória do Jornalismo Piauiense. Disponível em: <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/O%20Estado/32v3BRLkUsHR-zypAy8cyA==>. Acesso em 11 ago. 2018.

Isso posto, observa-se que embora tenha havido uma expansão do ensino secundário, dado entre os anos de “1950 e 1971” (LOPES, 2012, p. 263), ainda havia municípios que sofriam pela carência de estabelecimentos. A informação estampada na Figura 7 retrata bem a carência de ensino secundário que os municípios enfrentavam e por ele lutavam.

Como visto na nota, na cidade de São José do Peixe havia escolas, inclusive para o curso noturno, mas o funcionamento pleno esbarrava na falta de um ginásio para atender aos alunos da cidade, pois nem todos podiam deixar o município para continuar os estudos.

Lopes (2012) expõe alguns acontecimentos que levaram à transformação da rede escolar piauiense a partir da década de 1950, o que provocou o processo de renovação do ensino, com ênfase no ensino secundário. Todavia, até ano de 1971, essa expansão ainda não havia chegado a São José do Peixe.

Frente a isso, enquanto a capital do Estado e outras cidades de destaque populacional e econômico eram providas de estabelecimentos de ensino secundário, cidades menores, como a citada acima tinham de conviver com *déficit* educacional, onde a imprensa intervinha para publicar os apelos.

Por intermédio deste capítulo foi possível conhecer alguns dos estabelecimentos de ensino secundário que funcionavam no Piauí dentro período recortado. A história de cada um deles é, de fato, mais profunda do que as porções versadas aqui. Entretanto, o que foi relatado ajuda na missão de compreender a importância que tinham para a sociedade piauiense e o que representavam para os seus cidadãos.

Os ginásios e colégios privados católicos, privados laicos ou mesmo públicos prestavam seus serviços educacionais e eram retratados pelos jornais, aparecendo na imprensa pela relevância que a educação secundária tinha entre os anos de 1942 e 1971. De toda forma, cabem outras alusões a algumas dessas instituições no próximo capítulo, a partir das categorias analisadas, pois em conformidade com Magalhães (2004), em uma reflexão sobre as instituições escolares, estas são mais do que estruturas físicas no âmbito educacional, e suas histórias alcançam outras que envolvem todo o processo educativo, e isso poderá ser vislumbrado no capítulo a seguir.

4 CULTURA ESCOLAR E PROFISSÃO DOCENTE NO ENSINO SECUNDÁRIO PIAUIENSE NAS MATÉRIAS DE JORNAIS

Nesta última seção, o escopo é perscrutar o ensino secundário a partir das matérias encontradas nos jornais. Para tanto, serão apresentadas algumas delas, designadas por categorias de análise. A fim de que o leitor compreenda melhor, ilustram-se essas categorias, seguidas da quantidade de notas encontradas de cada uma, por meio de um quadro.

A partir dos dados colhidos nos jornais, desvela-se como o ensino secundário foi por eles apresentado. Tais fontes foram essenciais para descortinar tal ensino nos exemplares que passaram pela mão da população piauiense entre 1942 e 1971. No sentido de continuidade lógica deste trabalho, no capítulo anterior, discutiram-se as instituições escolares, que serão retomadas aqui, mas desta vez em relação à história dos estabelecimentos serão debatidas a partir das notas de jornais, prontificando os acontecimentos do ensino secundário.

Sobre isso, Gatti Júnior (2002, p. 20) assim de refere:

Desse modo, percebe-se que a história das instituições educacionais almeja dar conta dos vários atores envolvidos no processo educacional, investigando aquilo que se passa no interior das escolas, gerando um conhecimento mais profundo destes espaços sociais destinados aos processos de ensino e de aprendizagem, por meio da busca de apreensão daqueles elementos que conferem identidade à instituição educacional, ou seja, daquilo que lhe confere um sentido único no cenário social do qual fez ou ainda faz parte, mesmo que ela se tenha transformado no decorrer do tempo.

Nessa colaboração, no Quadro abaixo se categoriza as matérias e o número de notas encontradas nos jornais dos acervos físico e digital do Arquivo Público do Estado do Piauí. As datas em que esses achados foram publicados variam, e como não poderia ser diferente, enquadra-se no período do recorte que ajuda a dar título a esta dissertação.

Dessa forma, tendo como base o objeto desta pesquisa, perquirido nas fontes aqui descritas, temos:

Quadro 4 - Notas encontradas na imprensa piauiense sobre o ensino secundário de 1942 a 1971

CATEGORIAS	QUANTIDADE DE NOTÍCIAS
Comunicados e avisos	22
Bolsas de estudo	2
Prédio	6
Exames	6
Eventos escolares	10
Alunos	15
Diretores	7
Professores/salários/concursos	14
Propaganda	34

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

A partir das notas sobre o ensino secundário, vislumbram-se destaques em relação às seguintes categorias: exames de admissão; convocações nominais de alunos já matriculados e que por algum motivo não o fizeram no momento oportuno; as diversas propagandas de escolas; professores que se destacam nessas instituições; situação do ensino; datas comemorativas. Organizadas, cada uma delas será retratada na sequência.

4.1 Comunicados e avisos: convocam-se professores, alunos e seus familiares

“Deverão atender a esta convocação tanto os que já exercem o magistério quanto os que pretendem exercê-lo”. (JORNAL O PIAUÍ, 1969, p. 03)

Nesta categoria, serão descritos os comunicados e as convocações que influenciavam a organização do ensino secundário. Especificamente, duas notícias, sendo uma de âmbito nacional, da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES) e a outra em âmbito local, referente ao Colégio Diocesano São Francisco Sales.

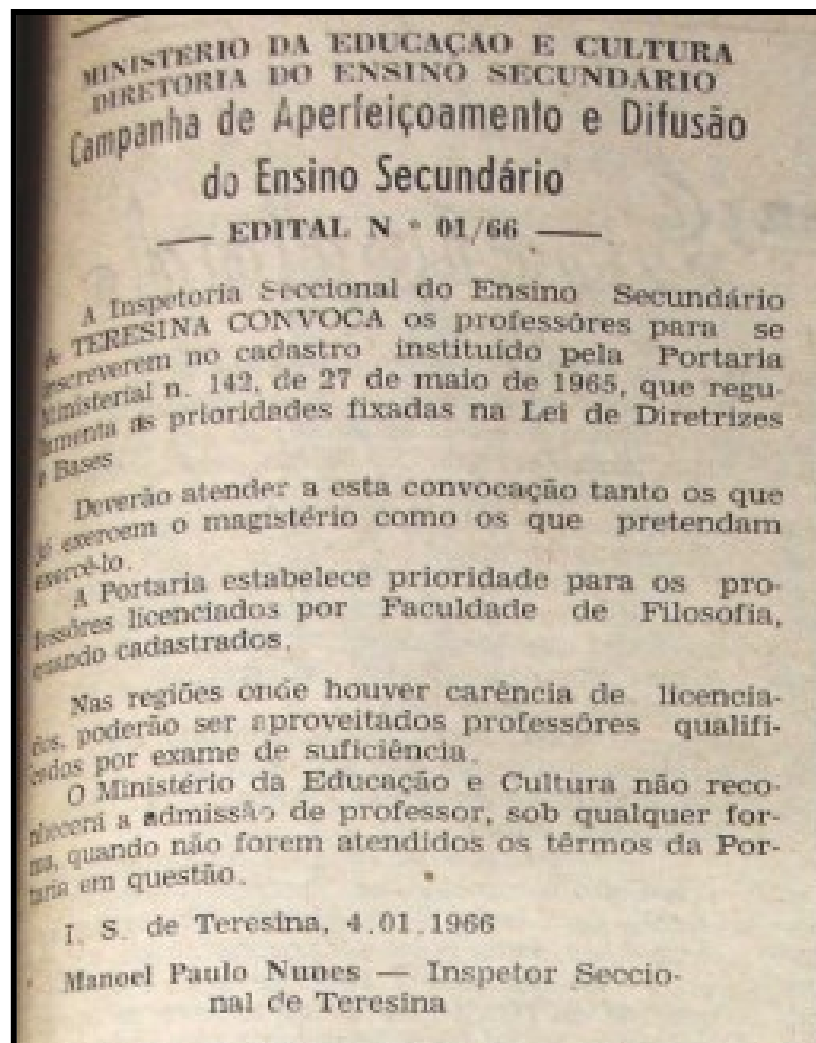
No capítulo anterior, designou-se um subtópico sobre o Colégio Diocesano. Já a CADES surgiu com a intenção de descentralizar a administração do ensino secundário, formar e aperfeiçoar os seus educadores, dada a carência formativa que eles demonstravam (PINTO, 2000).

Desse quadro de escassez de professores decorreu a necessidade imperiosa de prover o ensino secundário de um magistério de emergência, que passou a ser recrutado, a partir de 1946, através do exame de suficiência, instituído pelo Decreto-Lei nº 8.777, de 22 de janeiro de 1946. De acordo com esse Decreto-Lei, o candidato aprovado obtinha o direito de lecionar nas regiões onde não houvesse disponibilidade de professores habilitados por faculdade de filosofia (PINTO, 2000, p. 3).

A mesma autora recorda que a criação da campanha também se dava pela influência do aumento da procura por vagas nos ginásio e colégios, o que tinha como consequência a queda na qualidade do ensino, levando o governo federal à criação da CADES, por meio do Decreto nº 34.638, de 17 de novembro de 1953, pelas mãos do então Presidente Getúlio Vargas, que nesse período estava em seu segundo mandato.

Na nota que segue, observa-se a ação da CADES no Piauí, onde se revela que a imprensa noticiou a convocação dos professores ou pretensos. Vale ressaltar que NA ocasião da nota, vigorava a LDB 4.024/61 que, para Dallabrida, Trevizoli e Mezuram (2013, p. 7) “provocou transformações expressivas no sistema de ensino, possibilitando uma descentralização e flexibilização na educação e quebrando o predomínio de caráter humanista ao implantar uma cultura técnico-científica”. A convocação dos professores dava sentido à criação da campanha:

Figura 8 - Convocação de professores para cadastramento



A convocação foi direcionada aos professores que já atuavam no magistério ou que pretendiam exercê-lo. Refere-se aos docentes do ensino secundário, mas prioriza aqueles formados nas faculdades de filosofia.¹⁷ Como já referido neste trabalho, sabe-se da dificuldade de encontrar professores licenciados para ocupar as cadeiras nos estabelecimentos de ensino secundário.

Toda via, a LDB que vigorava, apontada pela nota, dizia em seu Artigo 61: “O magistério nos estabelecimentos de ensino médio só poderá ser exercido por professores registrados no órgão competente” (BRASIL, 1961). Daí a justificativa para a publicação da nota. E a imprensa, como dito, servia com meio de divulgação para as informações chegarem aos interessados.

Já na nota abaixo, mostra-se um aviso datado do dia 22 de dezembro de 1948, do Colégio São Francisco Sales, instituição particular e pertencente à Igreja Católica, cuja sede se localiza na capital do Estado do Piauí. Diferentemente na nota anterior, que tratava de convocação de professores, a Figura 9, seguir, ilustra uma convocação de alunos matriculados no estabelecimento:

¹⁷Pinto (2000) recorda que uma das pretensões a partir da Reforma Francisco Campos seria a de que as faculdades de filosofia formassem aqueles que quisessem lecionar no ensino secundário. Contudo, a autora ressalta que até 1946 essa não era uma realidade concretizada.

Figura 9 - Pedido de comparecimento de alunos ou seus familiares

Colegio São Francisco de Sales

AVISO N. 18

A Diretoria do Colegio Diocesano «São Francisco de Sales» avisa aos srs. alunos abaixo relacionados que compareçam á Secretaria de notas e informações deste Colegio até o dia 10 (dez) de Janeiro proximo para negocio de interesse dos mesmos convocados.

Caso não se encontrem na capital, os relacionados pede-se o comparecimento do Sr. pai ou responsável. O expediente para este assunto será diariamente de 8 ás 10 e de 15 ás 17 horas.

Secretaria do Colegio Diocesano «São Francisco de Sales», 20 de Dezembro de 1948.

Sebastião Pires Ferreira

Visto:—Pe. Alberto de Freitas Santos—Diretor

1 Francisco C. Fialho, 2 Geraldo F. Paixão, 3 José Ribamar M. Sobrinho, 4 Luiz G. Pessa, 5 Wilson C. Pereira, 6 Alfredo P. Viana, 7 Antonio B. Carvalho, 8 Antonio J. da Silva, 9 João M. Neto, 10 João D. Rocha, 11 Josimar P. Santana, 12 Tersando C. Coutinho, 13 Jurandyr F. Vieira, 14 Luiz G. Ribeiro, 15 Adaildo A. Costa, 16 Cristovam A. Moura, 17 Milton M. Bastos, 18 Waldemar A. Filho, 19 Eduardo F. Camargo, 20 Francisco C. Freitas, 21 José R. Galisa, 22 Wilson C. Carvalho, 23 Wolnario C. Saraiva, 24 Agenor Tourinho, 25 Amadeu G. Sousa, 26 Antonio S. Carvalho, 27 Francisco C. Paixão, 28 Geraldo C. Silva, 29 João E. Ferreira, 30 João M. Soares, 31 João Dr. Martins, 32 José A. S. Neto, 33 Joaquim J. Leite, 34 Leonílio J. Ceia, 35 Manuel B. Lima, 36 Marcelino M. Vieira, 37 Marcos C. Santos, 38 Raimundo B. Lima, 39 Erton S. Lopes, 40 Francisco P. da Silva, 41 Adauto Prado, 42 Custodio C. Marques, 43 Geraldo M. Silva, 44 Lourival A. Mendes, 45 Nivaldo A. Santos, 46 Antonio R. A. Carvalho, 47 Almir Prado, 48 Bartolomeu T. Costa, 49 Cicero C. Barbosa, 50 Domingos S. Costa, 51 Francisco F.

Silva, 52 Francisco Meneses S. Filho, 53 José R. Pereira, 54 Asdrubal B. Formiga, 55 José F. Assunção, 56 José F. Sousa, 57 Manuel C. Pereira, 58 João Araujo, 59 Antonio C. Medeiros, 60 José S. Medeiros, 61 Francisco C. Loureiro, 62 José A. Silva, 63 José D. Moraes, 64 Juarez C. Cunha, 65 Erhani C. Araujo, 66 Martinho R. Sá, 67 Manuel A. de Carvalho, 68 Sidnei da Ressurreição, 69 João A. Leitão, 70 Anibal P. da Silva, 71 Benvindo L. Nogueira, 72 Francisco A. Castro, 73 Fabio C. Ferreira, 74 Francisco A. Silva, 75 Helio F. Rego, 76 Raimundo L. Evangelista, 77 Otoniel G. Miranda, 78 Geraldino M. Bastos, 79 Humberto P. Landim, 80 José F. Neves, 81 Raimundo C. Figueiredo, 82 Sandoval C. Vasconcelos, 83 João N. Santiago, 84 Raimundo L. Oliveira, 85 Guilherme T. Costa, 86 Paulo C. da Cunha, 87 Alvaro B. Filho, 88 Joaquim L. Braga, 89 José P. Paula, 90 Alcir Santana, 91 José E. Araujo, 92 Antonio I. C. Furtado, 93 Vicente P. Carvalho, 94 Abimael Mendes Carvalho, 95 José M. C. Branco, 96 Nilo Cruz, 97 Heli C. Nunes, 98 Eduardo D. Castro, 99 José R. Santos, 100 Luiz G. Galisa, 101 Alcides S. Santos, 102 Francisco E. de Moraes, 103 Florencio S. Alves, 104 Graciano J. Feitosa, 105 Joaquim B. Carvalho, 106 João Alberto, 107 Romão A. Sousa, 108 José L. Silva, 109 Antero P. Carvalho, 110 Carlos P. Almeida, 111 José M. Soares, 112 Pedro F. Cunha 113 João E. C. Ribeiro, 104 Pedro R. Soares, 115 Luiz G. Machado, 116 Carino S. Ribeiro, 117 Renaro G. Andrade, 118 José A. Holanda, 119 Joaquim L. Silva, 120 Francisco C. Oliveira, 121 João L. Silva, 122 João V. Gomes, 123 José Area Leão, 124 José C. Serra, 125 Geraldo M. Veras, 126 Antonio R. Arrais, 127 Raimundo N. Pacheco, 128 Matias M. Filho, 129 José D. Medeiros, 130 José Valparaiso M. Carvalho.

Destaca-se na nota, em primeiro lugar, que ela não traz o assunto que seria tratado com os ditos alunos. Segundo, a convocação nominal destes em grande quantidade, 130 no total. Não obstante, esse tipo de aviso é recorrentemente encontrado nos jornais da época, principalmente sobre esse estabelecimento. Essa era uma forma, ao que parece, mais acessível para divulgar informações.

Conforme o aviso, a data limite para que os convocados ou seus responsáveis se apresentem no estabelecimento era o dia 15 de janeiro do ano seguinte, ou seja, no período de férias, pois segundo a Lei 4.244/42 “o período letivo terá início a 15 de março e o período de férias a 15 de dezembro” (BRASIL, 1942, p. 1).

Todavia, a mesma Lei também deu margem para que houvesse exames no período de férias, e como a nota não deixa claro do que se trata a convocação, esse pode ter sido um motivo. Outro aspecto relevante do qual trata Araújo (2012) está nas motivações pelas quais os responsáveis pelos alunos podiam comparecer, representando-os, que é o processo migratório em função dos estudos, visto que poucas cidades dispunham de estabelecimentos de ensino secundário no ano em que a nota foi veiculada (1948).

Embora não sendo o principal motivo, a educação foi um importante aspecto do processo migratório piauiense. Por outro lado, por ser também urbana, a educação cumpriu papel importante na atração, uma vez que era nesse quadro que se concentrava a rede escolar. Desse modo, pelo contingente da população jovem migrante, na idade escolar, ocorria a maior procura, sendo possível que esses residentes em áreas remotas e desprovidas de ensino secundário, tendo sido mandados a estudar nos núcleos populacionais mais expressivos, sobretudo se haviam facilidades de ingressa na escola, mas residir com os parentes. Isso se observa quando vemos que maioria dos migrantes são procedentes dos espaços internos, ou seja, uma migração interna de curta distância. (ARAÚJO, 2012, p. 41)

Já foi sinalizado que o ensino secundário mexia com as estruturas familiares, por meio das necessidades de mudanças, em muitos casos, de cidades. Nesse sentido, o período de férias era oportuno para que os educandos visitassem os seus, ou seja, fossem aos seus locais nativos, aos locais onde seus parentes morassem. Esse, possivelmente, é um dos motivos pelos quais a nota se manifestou convocando alunos ou seus responsáveis, pois embora o aluno não estivesse na cidade, alguém que fosse seu responsável poderia fazer esse papel.

O fato é que o ensino secundário estampava, igualmente, nos jornais convocações para os alunos com a compreensão de que o tempo letivo deveria ser respeitado e a família fazia parte do processo educativo, responsabilizando-se pelos seus.

Ainda sobre mudanças de cidades, Nunes (1999) recorda aspectos que influenciaram esse processo de migração de alunos para cursar o ensino secundário. A autora defende que o

crescimento econômico após 1930, atrelado à própria Lei 4.244/ 42, tornaram o ensino secundário mais atraente e, os poucos ou, na maioria dos casos, a total ausência de estabelecimentos para tal ensino, verificada nas cidades interioranas, forçava a mudança de cidade para aqueles que o pretendiam.

Pelas notas, assimila-se que a imprensa era um meio que contribuía para as convocações e os avisos dados pelo governo, ou mesmo pelos estabelecimentos de ensino secundário no Piauí, pois professores, alunos e seus familiares eram convocados por intermédio dos noticiosos.

4.2 Bolsas de estudos: Quem as consegue?

“Bolsas de estudos em universidades
e colégios dos Estados Unidos”
(JORNAL O DIA, 1954, p. 05)

Nessa categoria, discutem-se as bolsas de estudos ofertadas a alunos que quisessem adentrar no ensino secundário, ou mesmo estudar fora do País. Nesse ensejo, analisa-se como se dava esse processo e as propostas adotadas como critério para seleção, tanto algumas que estavam sendo cedidas no Estado do Piauí, quanto as que estavam sendo ofertadas nos Estados Unidos da América. O interesse por essas bolsas diziam respeito não somente aos que ainda buscavam matrículas no ensino secundário, como também aos que nele estavam, com a possibilidade de alcançar gratuidade.

As bolsas eram uma oportunidade educacional, o que para Souza (2008, p. 204) *revela a autonomia entre finalidades vigentes e características do público escolar*. Um dos aspectos, inclusive encontrado na próxima nota, era que as bolsas poderiam atender a alunos cujo poder aquisitivo não fosse suficiente para financiar os estudos.

Na nota trazida na Figura 10, o assunto tratado refere-se à cessão de bolsas por meio de premiação para os interessados em estudar no estabelecimento, desde que comprovassem ser pobres e igualmente inteligentes nos estudos. Também favorecia aos já matriculados, que seriam premiados com gratuidade para o ano seguinte. Porém, nesse item, limitava-se a oferta para um aluno de cada série que tivesse a maior média de conjunto. A instituição descrita, o Ginásio particular Leão XIII, pela nota, demonstrou interação com a situação pela qual alguns alunos desejosos de dar continuidade aos estudos no ensino secundário passavam.

Figura 10 - Notícia de premiação no Ginásio Leão XIII

Ginásio Leão XIII

Portaria n.º 1

CONCEDE PRÊMIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Os Diretores do Ginásio Leão XIII, considerando que é dever precípua dos estabelecimentos de ensino preocuparem-se com o desenvolvimento da cultura e da educação da juventude;

considerando que nem todos os jovens que aspiram à aquisição de um certificado de ensino secundário possuem recursos suficientes a fim de pagar as mensalidades cobradas nos estabelecimentos de ensino em que desejam matricular-se;

considerando que muitos dos que sofrem essa situação de pobreza são portadores de altas qualidades morais e de inteligência, que os recomendam ao amparo e à assistência de quem esteja em condições de lh'os proporcionar;

considerando que até agora nenhum critério seletivo foi adotado neste GINÁSIO no que diz respeito à concessão de matrículas gratuitas a alunos pobres, os quais, infelizmente, na sua quasi unanimidade, não têm sabido corresponder aos favores e facilidades que lhes são proporcionados: já porque são indisciplinados uns; já porque não revelam nenhum amor aos livros, outros;

considerando, ainda, que não é razoável, não é justo, mas ao contrário, e até criminoso proporcionarem-se obséquios, auxílios e amparo a quem a eles de nenhuma forma faz jus, com grande prejuízo moral, disciplinar e até mesmo material para o estabelecimento,

RESOLVEM, convictos de que o fazem acertadamente, observar o que se segue a partir do corrente ano letivo:

1.º) — O GINÁSIO LEÃO XIII concederá 12 matrículas gratuitas, no curso ginásial, a alunos reconhecidamente pobres, de comprovada inteligência e dedicação aos livros, as quais serão distribuídas pelas 4 séries;

2.º) — O aluno de qualquer série que conquistar a maior média de conjunto nos exames de suficiência e que não tenha cometido qualquer falta, mesmo que seja abastado, terá direito ao estudo, gratuitamente, no ano seguinte;

3.º) — se o aluno que ficar na situação referida no 2.º item for dos já beneficiados pelas disposições do item 1.º, — receberá como prêmio, oferecido pela Diretoria do Ginásio Leão XIII, os livros didáticos, os uniformes e todo o material escolar de que necessitar no ano seguinte;

4.º) — os alunos que estudaram gratuitamente no ano de 1943 e não obtiveram promoção à série imediata — não terão direito ao mesmo favor no ano em curso. Igual providência será tomada com relação ao aluno gratuito que teve mais de uma suspensão, ou aquele que tendo sido suspenso apenas uma vez, o foi, entretanto, por mais de cinco dias;

5.º) — como medida de caráter geral, a Diretoria resolveu não aceitar renovação de matrícula de todo o aluno contribuinte de má conduta, e reconhecidamente incorrigível, considerando-se como tal o que foi punido com suspensão e outras penalidades por mais de três vezes.

Publique-se e cumpra-se.

Moaci R. Madeira Campos
Antônio Ribeiro Soares
Diretores.

Relação dos alunos do Ginásio Leão XIII que em 1943 conquistaram os primeiros lugares nas diversas séries:

1.ª Série — Francisca Adir da Silva	gr. 8,4
2.ª Série — João Neri Santiago	gr. 8,8
3.ª Série — Cloris Pacheco	gr. 8,3
4.ª Série — Osvaldo Pires Castelo Branco	gr. 9,5

OBSERVAÇÃO: — Os dois últimos conquistaram, igualmente, nas respectivas séries, em 1942, os primeiros lugares.

Teresina, 20 de janeiro de 1944.

Moaci R. Madeira Campos

Valter Alencar

ADVOGADO

— FONE 320 —

Coelho Rodrigues, 1297

TERESINA —:o:— PIAUI

Fonte: Jornal A Gazeta, 17 de fev. 1944, n. 1472, p. 03. Projeto Memória do Jornalismo Piauiense. Disponível em: <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/Gazeta/yK8Io4VkJRiygA195JtxvBA==>. Acesso em 11 ago. 2018.

Por meio de seus diretores, que subscrevem a nota, denota-se a preocupação com a cultura e educação da juventude, e mesmo com os valores cobrados pelas instituições particulares, que não eram baratos. Uma polêmica trazida à tona diz respeito ao desagradável comportamento, do ponto de vista disciplinar, inclusive tido como não satisfatório, por parte de alguns estudantes gozadores de algum benefício cedido pelo Ginásio, e muitas vezes eram considerados descuidados com os estudos.

Não é de se estranhar que havia alunos fora da escola secundária por não disporem de recursos financeiros. Aqui vale mencionar uma reflexão apresentada por Lopes (2012) sobre a expansão dos ginásios no Piauí, a partir da década de 1950, ou seja, em 1947, ano em que a matéria foi publicada, havia carência de vagas, pois os estabelecimentos públicos não comportavam todos os interessados, e os privados eram demasiadamente caros, daí a justificativa para a seleção de bolsas.

Em outra perspectiva, exatamente uma década após a veiculação da nota anterior, já em 1954, a oferta de bolsas transcendia os limites do Estado e até mesmo do País. É o que se constata a partir da nota trazida na Figura 11, que trata da oferta de estudos nos Estados Unidos da América para alunos do ensino superior e alunos concludentes do ensino secundário.

Figura 11 - Divulgação de oferta de bolsas de estudos

Teresina, 10 de outubro de 1954

**BOLSAS DE ESTUDOS EM UNIVERSIDADES E
COLÉGIOS DOS ESTADOS UNIDOS**

**Oportunidades para candidatos de ambos os
sexos, que desejarem estudar nos Estados Unidos**

O Instituto Internacional de Educação (Institute of International Education) em New York, por intermédio do Comitê de Seleção de Bolsas de Estudos nos Estados Unidos, em Belém, está oferecendo, a estudantes de toda a Amazônia, Bolsas de Estudos em colégios e Universidades Americanas, para o próximo período escolar 1955-56, que terá início em Setembro de 1955 e terminará em Setembro de 1956.

O Comitê aqui em Belém, examinará as credenciais apresentadas pelos candidatos ou candidatas e recomendará, aqueles que forem julgados aptos, ao Instituto Internacional de Educação em New York.

Serão exigidos de todos os candidatos, os seguintes requisitos essenciais: A) ser cidadã ou cidadão brasileiro; B) TER BOM CONHECIMENTO DA LÍNGUA INGLESA; C) gozar de boa saúde; D) Ter completado 18 anos antes de Setembro de 1955 e ter menos de 35 anos embora em alguns casos excepcionais sejam aceitos candidatos de mais de 35 anos; E) Ter diploma de curso científico ou clássico ou equivalente em estudos comerciais e outros.

Também serão aceitos candidatos que tenham curso superior (Universitário) completo.

Chama-se especial atenção para o requisito referente ao conhecimento da língua inglesa (letra B) por ser ele dos mais importantes para a concessão das bolsas.

Preferência será dada a candidatos que se tornem capazes de aplicar os conhecimentos adquiridos em benefício do Brasil e para melhor compreensão entre o Brasil e os Estados Unidos.

Estas bolsas abrangem cursos de arte, música, línguas, literatura, sociologia, agricultura, jornalismo, comércio, engenharia, Direito, Medicina, etc.

Há também Bolsas para estudantes que ainda não completaram o curso das escolas superiores, mas que já tenham completado o curso secundário e que estejam entre as idades de 17 a 22 anos.

Há uma grande variedade de Bolsas. Algumas cobrem as despesas de ensino e manutenção; outras apenas cobrem as despesas de ensino. As passagens de ida e volta dos Estados Unidos correm por conta do Bolsista.

Também, há raríssimos casos para estudantes de capacidade excepcional, em que todas as despesas, inclusive passagem de ida e volta, são pagas.

Os candidatos interessados, deverão dirigir-se ao Comitê de Bolsas de Estudos no Consulado Americano, Belém, Pará, até 30 de Outubro do corrente ano, a fim de obterem informações mais detalhadas e os formulários preliminares a serem preenchidos.

O Comitê de seleção dos candidatos é constituído dos seguintes:

Dr. Edgar Chermont — Presidente
Dr. Miguel Pernambuco Filho
Dr. Cattete Pinheiro
Dr. Camilo Nasser
Srta. Luiza Rodrigues

Não foi possível identificar se algum piauiense atingiu os critérios descritos e conseguiu alguma das bolsas. De toda forma, não deveria ser fácil, conforme a nota apresenta, uma vez que o candidato necessitava: ser cidadão brasileiro; ter bom conhecimento de língua inglesa; gozar de boa saúde; ter entre 18 e 35 anos de idade ou (no caso dos que eram concludentes do ensino secundário); ter entre 17 e 22 anos; ser diplomado nos cursos científico, clássico ou equivalente.

Atingindo tais critérios, o candidato poderia concorrer à bolsa, mas ainda era necessário arcar com os custos das passagens e de manutenção, embora a nota indique que em alguns casos, essas despesas poderiam ser cobertas por algumas das bolsas.

As ofertas de bolsas deveriam atender tanto aos jovens que concluíram o curso secundário priorizando aqueles que já estavam no ensino superior concluído ou em andamento, o que reforça a importância do ensino secundário e as possibilidades que este abria para os seus concludentes.

Nunes (1999), referindo-se justamente à Lei Orgânica do Ensino Secundário, 4.244/42, ressalta que havia dificuldades para obter êxito por parte dos alunos secundaristas. Para ela, no Brasil, mesmo após esforços no sentido de organizar o ensino, ele distanciava-se no tocante ao desenvolvimento educacional de países industrializados, a exemplo dos Estados Unidos, mas também da Inglaterra e U.R.S.S.

Para a supracitada autora,

infelizmente, essa Reforma, longe de corresponder às exigências de instante em que vivíamos, foi, na evolução da educação brasileira, um retrocesso. O autor se deixou levar mais pelo aspecto psicológico do momento, que pela realidade socioeconômica do país em marcha para a industrialização. (NUNES, 1999, p. 101)

A ponderação da autora é pertinente, pois cruzando sua análise com a nota do jornal, assente-se que quem oferecia a bolsa não era nenhum organismo brasileiro, mas estadunidense, o primeiro interessado. Entretanto, Graça (2002) contempla algumas influências advindas dos Estados Unidos que se espalharam por diversos países, como o Brasil, uma vez que a oportunidade de estudar no País anfitrião era sonho para muitos estudantes.

Assim, apreende-se nessa categoria que as bolsas de estudos eram ofertadas pelas instituições e divulgadas na imprensa piauiense. Sonho para alguns, realidade para outros, pois os critérios eram muitos para que os estudantes as conseguissem. E mesmo logrando êxito, manter-se nos estudos como bolsistas exigia investimentos financeiros para outras

despesas, o que deixa dúvidas sobre a quantidade de alunos que de fato desfrutavam desse benefício.

4.3 Prédios: desafios na construção

“construção há muito iniciada e ainda não
ultimada”
(A GAZETA, 1943, p. 04)

Nessa categoria, serão descritos os prédios escolares, edificações que tinham por função acomodar todo o aparato necessário para que as aulas no ensino secundário fossem ministradas com esmero e cujas dependências oferecessem ambiência salutar para alunos e professores.

Souza (2008), citando Nadai (1991), ressaltou os depoimentos colhidos de professores do ensino secundário no Estado de São Paulo, onde

muitos desses professores apontam as condições dos prédios escolares como sinal da importância e qualidade da escola no meio social. Nas recordações, sobressaem às referências às construções majestosas e resistentes de alguns edifícios, escadarias de mármore, paredes longas, pé-direito alto, janelas amplas, mobiliário requintado, salas arejadas e ensolaradas e a existência de laboratórios, bibliotecas e anfiteatros. (SOUZA, 2008, p. 189)

A observação acima descrita provavelmente não se assemelha a todos os estabelecimentos de ensino secundário do Piauí, até mesmo porque as estruturas não mantinham um padrão determinado. Porém, alguns aspectos como esses também foram observados nos jornais pesquisados neste trabalho, a exemplo da primeira nota dessa categoria, onde o destaque é em função da arquitetura, que extrapola o comumente conhecido e observado por aqueles que todos os dias passavam na principal avenida da capital, Teresina. Filoceno Gomes, autor da nota, descreve a edificação imponente que se encontrava no coração da cidade.

Tratando-se de arquitetura escolar, Castro e Castellanos (2015) desprendem a temática do âmbito meramente educativo e dialogam com outras áreas do conhecimento. Dessa forma, os prédios escolares mostraram-se elementos significativos nos lugares onde foram construídos.

A arquitetura escolar vem sendo objeto de estudo e investigação dos historiadores da educação, há algum tempo, pelo poder de representação social, política, econômica, cultural que as construções prediais exerceram e exercem no espaço – urbano ou rural – e, também, pelo caráter

interdisciplinar que a temática envolve: engenharia, arquitetura,, urbanismo, medicina e educação. (CASTRO; CASTELLANOS, 2015, p. 427)

Na lógica deste trabalho, que tem a educação secundária como objeto de estudo, o que limita o diálogo, serão destacadas duas notas sobre esse assunto: a primeira referente ao Colégio Sagrado Coração de Jesus, ou simplesmente Colégio das Irmãs. Sem embargo, o jornal onde a nota estava contida está danificado, mas é possível observar o pequeno trecho em que o autor fala da novidade arquitetônica que o colégio representa:

O Primor de Teresina (Filoceno Gomes)

Alguns anos atrás: uma noite, as primeiras horas, tocamos a Avenida Frei Serafim onde estivéramos também quando ainda era dia.

Que comovedor o seu estado!

Nada digno de nota constatamos em nenhuma das visitas com que a distinguimos.

Divulgamos, apenas o Colégio das Irmãs, de construção há muito iniciada e ainda não ultimada, pela ausência de meios pecuniários e o edifício da família Ferraz, a esconderem-se através dos frondosos oitizeiros semelhantes aos que residem a Praça Deodoro.

Além, algumas modestas residências particulares, tristes, de aspecto fúnebre e a distância acentuada uma das outras. Quase nenhum era o seu movimento, por isso que os vários quarteirões de sua parte principal a sua largura de dezenas e dezenas de metros, o mato e o lamaçal que aí reinavam, tudo lhe emprestava aparência de uma estrada inacabável.

De iluminação como que a expirar, cuja única fila de exíguos postes, ao seu centro de longe em longe mostrava um ativo, cedinho a longa e melancólica avenida adormecida. Raramente a cidade descia um de seus parques habitantes. Os da cidade, por sua vez aí somente iriam se importantes cometimentos tal sacrificio lhes impusessem.

Façamos, agora, nova visita aquela avenida, que já tem a honra de se denominar Presidente Vargas. Que encantadora via pública!

Dividida em duas alas, uma já toda calçada e a outra em via de conclusão, dispõe de farta iluminação elétrica, rede telefônica, e arborização metódica no eixo e passeios laterais.

Nota-se-lhe ao centro o busto, em bronze, do Chefe da Nação. Ao longe ergue-se o suntuoso Hospital Getúlio Vargas, empreendimento de extraordinário alcance social e que, por si só muito bem traduz a operacidade e eficiência da atual administração estadual. O antigo Colégio das Irmãs muito outro se nos apresenta: de feição toda nova e empolgante [...] (JORNAL A GAZETA, 1943, p. 4).

A nota começa tratando da aparência do prédio do colégio que estava sendo construído na Avenida Frei Serafim, já por tempo anterior a 1943, ano de publicação da nota. No relato, é possível perceber que houve dificuldades para alocação definitiva do estabelecimento, por falta de recursos, pois como dito, a instituição foi fundada no ano de 1906, alojando-se em residências cedidas às freiras da ordem Saviniana que, segundo Reis e Ferro (2009) aqui chegaram oriundas de Belém-PA, com o intuito de criar um estabelecimento escolar.

Ademais, o prédio começou a ser erguido em meio a poucas residências e em local com infraestrutura precária, o que posteriormente se transformou, pois na comparação da própria nota, assimila-se que já havia construções de casas residenciais, o que o revelava uma opção interessante para as alunas que por ali moravam estudarem, além de instalações elétricas e telefônicas, e pavimentação na via onde estava endereçado.

Dessa forma, o local em que o colégio estava instalado podia ser visto como um fator para que ele fosse bem-sucedido e fazer jus ao título da nota *O primor de Teresina*, servindo a um público bem definido, pois “ao mesmo tempo, destacam em alguns ambientes representar o poder das elites locais e seus projetos de modernização, higienização e organização da cidade” (CASTRO; CASTELLANOS, 2015, p. 453) – o que, de fato, foi visto no relato da nota.

As dificuldades para a construção de prédios se repetiram em outras instituições. Mas mesmo diante dessa realidade, eles eram erguidos, de modo a satisfazer a sociedade, representando ambiência salutar para abrigar alunos do ensino secundário.

Na próxima nota, depara-se com a informação da construção do prédio onde estava funcionado o Ginásio Desembargador Antônio Costa:

Ginásio “Des. Antônio Costa”

A partir de 30 do mês em curso, o Ginásio “Des. Antônio Costa” passou a funcionar em sede própria, situada à rua Félix Pacheco, n. 1.589.

Nesta oportunidade, é interessante ressaltar a luta sem tréguas que foi levada a efeito pelos dois gigantes do ensino primário e secundário do Piauí, professores Melo e Domício Magalhães, no sentido de dotarem Teresina de um estabelecimento em que a classe pobre também pudesse estudar.

Neste sentido, e com tais objetivos, os dois jovens educadores tomaram a si a difícil e dignificante tarefa que teria de redundar em lamentável fracasso, não fora sua excepcional capacidade de trabalho, aliada ao firme propósito de não capitularem ante os empecilhos e as adversidades, que foram muitos.

Hoje, quatro anos decorridos, os resultados surgem, concretos, aos olhos de todos, no moderno edifício do Ginásio situado em local aprazível, bem construído e dotado de todos requisitos exigidos pelos processos educacionais da pedagogia moderna.

Então, pois, de parabéns os proventos professores, por mais essa grande e merecida vitória, obtida graças ao seu valor e dinamismo, que lhes asseguram o respeito e admiração do povo de nossa terra. (JORNAL O DIA, 1953, p. 02)

O retrato trazido pelo jornal acentua os esforços dos donos do ginásio para com a educação, a focar na oportunidade que davam aos alunos pobres de estudarem. Mesmo enfrentando empecilhos e adversidades, conseguiram ofertar à sociedade um prédio que dava conta das necessidades pedagógicas com vistas à aprendizagem de seu público.

Graça (2002) desenvolve uma reflexão que trata da estrutura dos prédios escolares. Descreve o pátio como espaço disciplinador que servia para a observação dos alunos frente às suas vestimentas e à estrutura dos cabelos, em seus cortes e suas amarrações. Esse espaço também servia para as recreações dos alunos. A mesma autora ainda tece considerações sobre a sala de aula, que precisava de espaços amplos para comportar as carteiras escolares. Pela nota, tais esforços o Ginásio Desembargador Antônio da Costa relatou alcançar.

Os dois estabelecimentos abordados pela nas duas matérias (Colégio Sagrado Coração de Jesus e Ginásio Desembargador Antônio Costa), defrontaram-se com adversidades para serem construídos, caso que provavelmente aconteceu em outros estabelecimentos, mas que aqui fugiriam do período temporal proposto para este trabalho, caso fossem descritos.

Para o Colégio Sagrado Coração Jesus, o prédio era aplaudido por sua beleza arquitetônica e pelo local onde se encontrava, fazendo parte da tradicional paisagem do centro da capital. O Ginásio Desembargador Antônio da Costa versou em nota o fato de ser uma edificação moderna, pedagogicamente voltada para atender às necessidades dos estudantes. Ambos os prédios representavam a estima que se tinha pelo ensino secundário que as instituições ofereciam.

4.4 Exames: adentrem os selecionados

“A avaliação dos resultados em exercícios e em exames será obtida por meio de notas, que se graduarão de zero a dez”
(JORNAL A GAZETA, 1943, p. 01)

O presente subtópico pretende discutir a categoria *exames*, que está no plural por serem nomeados três deles. Como já descrito, adentrar as portas do ensino secundário não era algo acessível a todos que desejassem. Além das vagas limitadas, em muito pelas poucas instituições que o ofertavam, em vários casos, havia a necessidade de mudança de cidade, pois poucos municípios no Estado dispunham de ginásios e mesmo colégios, e ainda havia os exames (admissão, suficiência e licença), afunilando o ingresso de estudantes no ensino secundário, ou impedindo a sua continuidade. Contudo, cada um dos exames possuía finalidades diferentes, como visto no Quadro 5, a seguir:

Quadro 5 - Função dos exames no ensino secundário a partir de Lei 4.244/42¹⁸

EXAME		
Admissão	Suficiência	Licença
Revelar a aptidão intelectual dos alunos para os estudos secundários.	Habilitar o aluno de qualquer série para promoção à série imediata; Habilitar o aluno da última série para prestação dos exames de licença.	Exames de licença ginásial, para conclusão dos estudos de primeiro ciclo; Exames de licença clássica e exames de licença científica, para conclusão dos estudos, respectivamente, do curso clássico e do curso científico.

Fonte: elaborado pelo autor, a partir da Lei 4.244/42.

Mesmo com as finalidades dos exames garantidas pela Lei Orgânica do Ensino Secundário, Lei 4.244/42, deduz-se pelas notas que cursar esse ensino representava um privilégio de poucos – principalmente os mais abastados conseguiam ser incorporados aos ginásios e colégios.

Para Souza (2008, p. 145), a própria estrutura organizacional iniciada na Reforma Francisco Campos, em 1931, e reafirmada na Reforma Capanema, em 1942, criou um “modelo de escola secundário concebida como educação das elites condutoras da nação, privilegiando a cultura geral desinteressada e de caráter altamente seletivo”. Isso ajuda a explicar, inclusive, a quantidade maior de estabelecimentos privados confessionais e laicos, frente à pequena quantidade de estabelecimentos públicos.

É o caso das publicações nos jornais que ofereciam cursos preparatórios para os exames de admissão, ou de professores que davam aulas exclusivas para alunos que se preparavam para esse exame. Na nota a seguir, observa-se uma dessas ofertas:

Nota sobre curso de admissão

Curso de Admissão

Sob a responsabilidade e com a assistência do Prof. Cláudio Ferreira Lecionará um Curso de Admissão, a partir de 1 de Fevereiro.

As aulas de algumas disciplinas do curso ginásial em colaboração com outros professores.

Rua Lizandro Nogueira 1301 (JORNAL O PIAUÍ, 1949, p. 2).

Entre as notas publicitárias, algumas são de escolas que ofertavam cursos preparatórios para o exame de admissão, enquanto outras tratam de professores residentes em outras cidades do Estado do Piauí, ou que aqui estavam para dar cursos preparatórios para o mesmo exame, muitas vezes de maneira exclusiva para cada aluno.

¹⁸A título de análise pelas notas de jornais, trata-se nesta pesquisa do exame de admissão e do exame de licença ginásial.

A recorrência dessas notas também aponta para a necessidade que a população em idade escolar tinha de se preparar por meio desses profissionais ou estabelecimentos, a fins de ingressar no ensino secundário.

Reis (2017, p. 251) descreve os exames como “a estreita porta de entrada dos alunos”, no que diz respeito à cultura escolar. A autora destaca, ainda, que o exame de admissão foi exigido como critério a partir da Lei 19.890/31, sendo relaxado na LDB de 1971. Essa era uma forma encontrada para que os alunos colocassem os seus conhecimentos à prova.

A nota demonstrada na Figura 12 ilustra o processo de exame de admissão, a começar pela necessidade de lançamento de edital para fins de ocorrência da referida prova que, nesse caso, é do Ginásio Desembargador Antônio da Costa, embora outros estabelecimentos também lançassem documentos semelhantes em tempo oportuno.

Aliás, outro ponto digno de ênfase são os requisitos para fins de inscrição, sendo o pedido para a realização do exame endereçado explicitamente aos diretores da instituição, solicitando os seguintes dados: certidão de idade; atestado médico de sanidade física e mental; certificado ou atestado do curso primário; e prova de estar quite com o serviço militar (para os maiores de 17 anos).

Figura 12 - Nota referente a edital do Ginásio Des. Antônio Costa

Ginásio "Des. Antônio Costa"

EDITAL

De ordem dos Srs. Diretores do GINÁSIO "DES ANTONIO COSTA", Professores Francisco Melo Magalhães e Domicio Magalhães de Melo, torno público, para conhecimento dos interessados, que, na conformidade da lei, estarão abertas, a partir de 16 a 30 do corrente mês de novembro, as inscrições para os exames de admissão ao curso ginasial, em dois turnos: de manhã e à tarde.

A inscrição será feita — a requerimento do candidato ou de seu representante legal, cuja petição, dirigida aos senhores Diretores deste Ginásio, deverá conter os seguintes requisitos: — data do nascimento, naturalidade e residência do requerente, — e será necessariamente instruída com os documentos adiante mencionados:

a) — certidão de idade, segundo a qual fique provado ter o candidato 11 anos completos, ou a completar até 30 de junho do ano próximo;

b) — prova, mediante atestado médico, de sanidade física e mental, assim como de imunização anti-variólica;

c) — certificado de conclusão do curso primário oficial ou atestado idôneo de ter o candidato recebido apreciável educação primária;

d) — além dessa documentação, o pretendente à inscrição em referência, quando for maior de 17 anos de idade, deverá juntar prova à sua respectiva petição — de se achar quite com o serviço militar.

Em todos os dias úteis, de 7 às 12 horas e de 13 às 18 horas, esta Secretaria dará quaisquer informações a quem tiver interesse sobre o aludido assunto.

Secretaria do Ginásio "Des. Antônio Costa", em Teresina, 20 de novembro de 1954.

J. R. Magalhães Filho
Secretário.

Fonte: Jornal O Dia, 05 dez. 1954, n. 231, p. 02. Projeto Memória do Jornalismo Piauiense. Disponível em: <http://memoriadojornalismopi.com.br/admin/search-params/>. Acesso em 18 ago. 2018.

Dentre os critérios de ingresso, o primeiro adotado no anúncio acima foi em relação à idade, onde o mínimo permitido eram 11 anos completos ou a completar até 30 de junho do ano seguinte, ou seja, em 1955, pouco menos de sete meses após a publicação do edital. Além disso, exigia-se atestado expedido por autoridade médica dando parecer sobre sanidade física, mental e comprovação de vacina contra varíola.

Tais requisitos revelam a preocupação com a saúde dos alunos e dos professores, porém exclui aqueles que dispunham de algum tipo de enfermidade física ou mental. A Lei 4.244/42 exigia gozo de plena saúde por parte dos alunos, quando diz que “o candidato à matrícula na primeira série de qualquer dos cursos do que trata esta lei, deverá apresentar prova de não ser portador de doença contagiosa e de estar vacinado” (BRASIL, 1942).

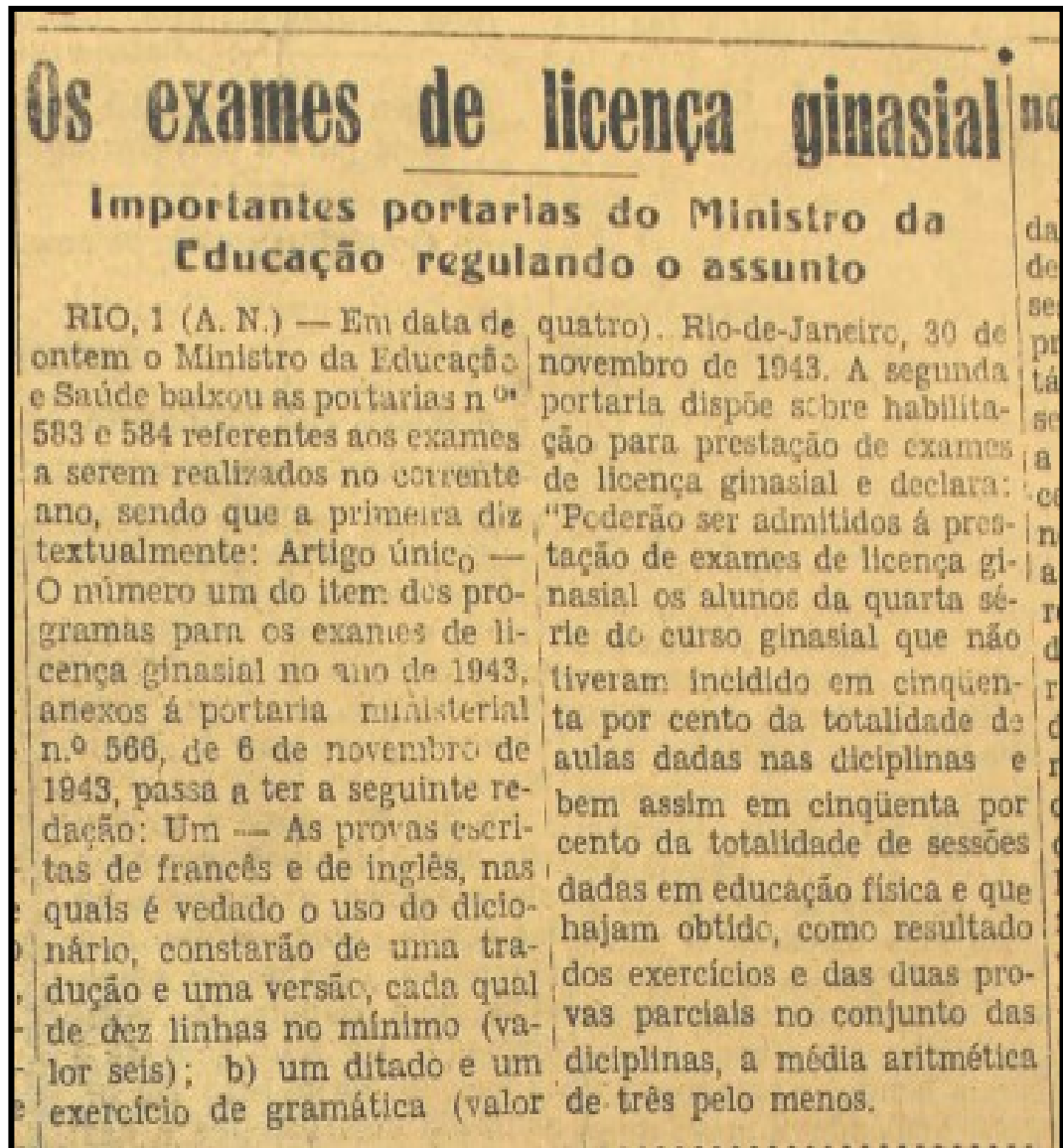
Outra preocupação do edital foi com a base escolar para a continuação dos estudos no ginásio. Para tanto, requeria-se atestado ou certificado de conclusão da educação primária, em um momento em que a oferta dessa educação, tanto pública quanto privada, também passava por mudanças. Outrossim, aos que já possuíam idade superior aos 17 anos de idade, era necessária a certificação de quitação junto à autoridade militar, igualmente em conformidade com a Lei Orgânica do Ensino Secundário.

Uma observação que se pode fazer a partir desse edital é que a educação secundária era ofertada de forma regular, seguindo as orientações estipuladas pela legislação da época. Contudo, a distorção de idade pode ser vista como uma marca nesse ensino, no período, levando em conta que a partir de 10 anos e meio de idade, o aluno poderia candidatar-se, e aqueles que já tivessem se apresentado para o serviço militar, ou seja, maiores de 17 anos de idade, também poderiam concorrer às mesmas vagas.

Então, o exame de admissão configurava-se como a porta de entrada ao ensino secundário, exigido pelas instituições a partir de uma série de critérios apontados pela legislação, excluindo enfermos e aqueles que tivessem alguma necessidade especial, além de ser ofertado em salas de aulas com alunos de idades diversas. Contudo, no registro específico do Ginásio Desembargador Antônio da Costa, testemunha-se preocupação em cumprir a lei que regia o ensino secundário – tanto que eram divulgados nas notas da imprensa.

Na nota disposta na Figura 13, demonstram-se duas portarias do Ministro de Educação que dizem respeito ao exame de licença ginásial, realizados apenas no ano de 1943, o que denota que esse tipo de regulação sobre o ensino secundário chegava à população piauiense por meio da imprensa, como na nota específica pelo jornal A Gazeta.

Figura 13 - Portarias do Ministério da Educação regulando o exame de licença ginásial



Fonte: Jornal A Gazeta, 03 dez. 1943, n. 1445, p. 01. Projeto Memória do Jornalismo Piauiense. Disponível em: <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/Gazeta/oENQyiJHTVQgxQeqfSIQq>. Acesso em 18 ago. 2018.

É importante saber que os exames de licença eram exigidos no ensino e a própria Lei 4.244/42 o estipulavam.

Art. 55. Os exames de licença serão de duas categorias:

1. Exames de licença ginásial, para conclusão dos estudos de primeiro ciclo.
2. Exames de licença clássica e exames de licença científica, para conclusão dos estudos, respectivamente, do curso clássico e do curso científico.

Art. 56. Os exames de licença ginásial versarão sobre as seguintes disciplinas: 1) Português; 2) Latim; 3) Francês; 4) Inglês; 5) Matemática; 6) Ciências naturais; 7) História geral e do Brasil; 8) Geografia geral e do Brasil; 9) Desenho. (BRASIL, 1942)

A nota traz a portaria que trata especificamente de licença ginásial, mas pela citação da lei, vê-se que essa licença valia para todo o ensino secundário, e que era carregada de critérios para a sua prestação, a destacar a quantidade de disciplinas exigidas.

Assim, é possível perceber que havia preocupação com os estudos realizados em relação aos idiomas não maternos dos candidatos, reputados como critérios para a obtenção da licença e alcance do ensino ginásial. Já na segunda portaria, chama atenção a apreensão que havia quanto ao nível de instrução com o qual os alunos chegavam ao ensino secundário. Isso é perceptível quando se trata da necessidade de os candidatos terem cumprido pelo menos metade do ensino primário, também levando em consideração os resultados numéricos dos rendimentos obtidos nas provas, o que, provavelmente, nivelaria aqueles que concorriam às vagas ao ginásio.

Nas duas primeiras notas dessa categoria, encontram-se elementos fundamentais para o funcionamento do ensino secundário. Elas retratam a aplicação de determinações federais para o exame de admissão nas instituições alocadas no Estado do Piauí. Além disso, como essas mudanças eram veiculadas na imprensa, o alcance, tanto de lançamentos de editais quanto das próprias mudanças regulatórias, dava oportunidade de acesso aos grupos interessados, no caso das notícias ora analisadas, candidatos ao exame de admissão e educadores das instituições que ofertavam o mesmo curso. Já a última nota, tratando a licença ginásial, assemelha-se às duas anteriores, embora trate de um exame diferente, mas descreve mudanças ocorridas na prestação deste.

A quantidade de anúncios sobre exames foi grande nos jornais no período recortado, o que acontecia em outros estados, como apresenta Graça (2002), que referencia a experiência do Estado de Sergipe e que se comprova com esta pesquisa, tamanha era a importância de ser aprovado, principalmente no exame de admissão.

4.5 Comemorando o ensino secundário: eventos escolares

“A cultura representada neste troféu glorioso”
(JORNAL O DIA, 1957, p. 04)

Anteriormente, viu-se que na maioria das cidades do Piauí, não havia escolas voltadas à educação secundária. Durante todo o período do recorte desta pesquisa, é possível detectar que muitos municípios desejavam instalar seus estabelecimentos, ou pelo menos, os ginásios. Contudo, nas cidades onde havia a oferta, os eventos das instituições ganhavam as páginas dos jornais e repercutiam na sociedade local.

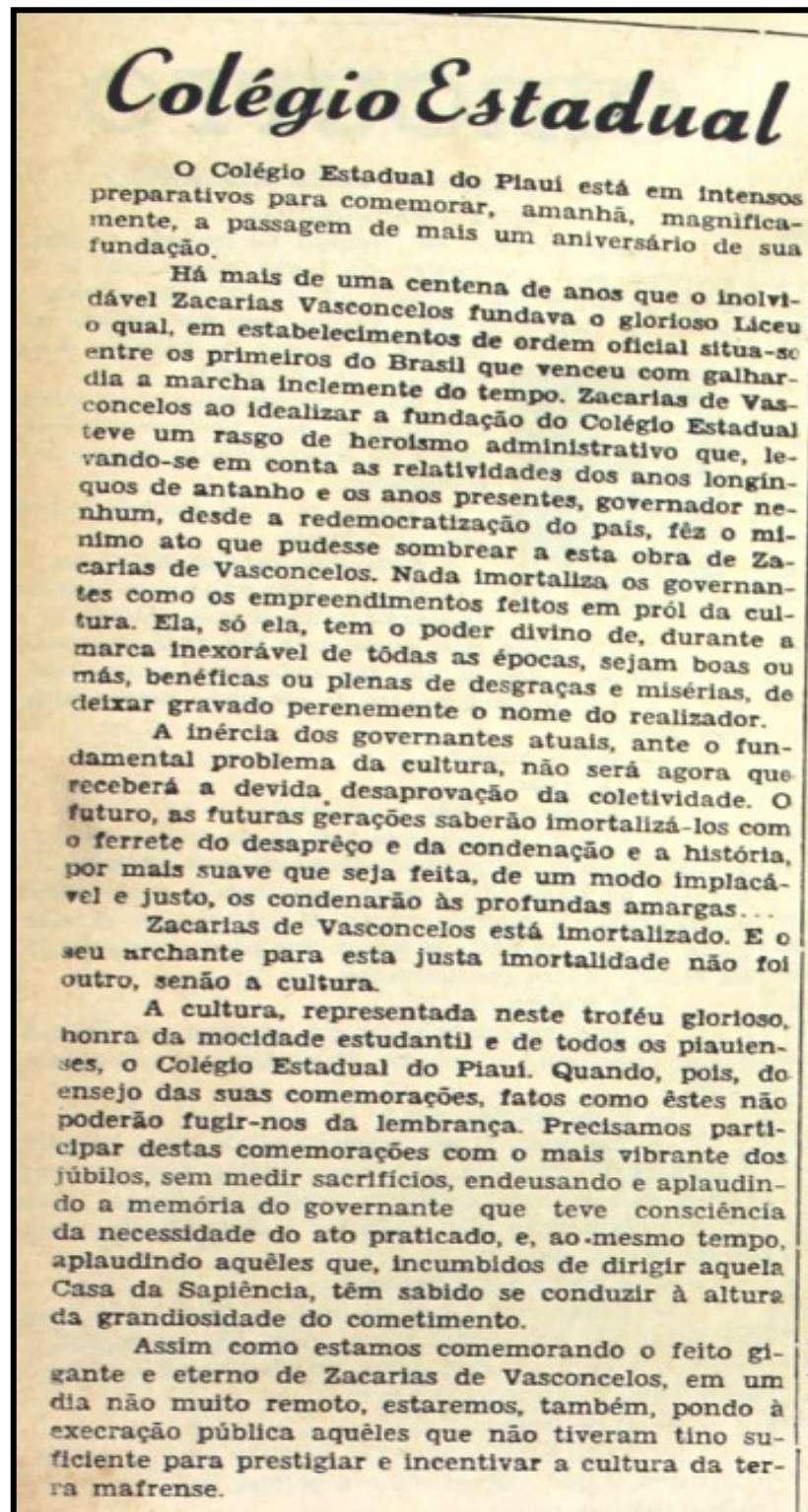
Notadamente a partir dos jornais, detecta-se que os eventos não se resumiam a festas restritas ao corpo discente das instituições de ensino, pois também eram eventos civis que, de alguma forma, sugeriam a participação de todos aqueles que faziam parte da vida escolar: professores, alunos, familiares, entre outros. Tais momentos tinham tamanha relevância que, por vezes, foram divulgados pela imprensa. Não obstante, vale salientar que as comemorações festivas sofriam influências daquilo que se vivia na cultura escolar e mesmo na sociedade.

Graça (2002) elenca alguns desses eventos vivenciados nos ginásios da cidade de Aracajú, onde havia festas particulares dos alunos, batizados, primeira comunhão, comemorações da páscoa, procissões, comemorações natalinas – na esfera católica. Além deles, outros eventos, como os desfiles de 7 de setembro, concursos de *miss*, festa junina, carnaval, entre outras. A autora ainda atrela essas comemorações da cultura escolar aos demais espaços que igualmente serviam aos estudantes, pois “a cidade, a casa e a escola arrumavam-se, enfeitavam-se para as comemorações mais significativas da população” (GRAÇA, 2002, p. 2009). As perspectivas descritas pela autora não se distanciam daquelas encontradas no Piauí.

Não é o objetivo deste estudo tratar das comemorações citadas pela supracitada autora, mas a sua colocação ajuda a compreender o quão valoroso os eventos escolares foram à época do recorte, sendo, com frequência, representados na imprensa. Diante das notas enquadradas na categoria *eventos escolares*, serão destacadas algumas para discussão.

Uma data sempre comemorada nos ginásios e colégios eram os aniversários de fundação, onde tanto instituições públicas quanto privadas faziam do dia motivo de grande festa, reafirmação de sua identidade e tradição perante a sociedade, conforme se verifica na Figura 14, em nota que divulga que o Liceu Piauiense se preparava para a sua data natalícia e aproveitou para fazer o resgate histórico de sua fundação, reafirmando, ainda, o seu exercício de educar, trazendo aos olhos dos leitores do jornal a imagem daqueles que fizeram com que a instituição, ao longo dos anos, ganhasse a admiração e o respeito da sociedade, assim como dos políticos piauienses, fazendo da instituição uma unanimidade.

Figura 14 - Preparativos para a comemoração do aniversário do Liceu



Fonte: Jornal O Dia, 03 out. 1957, n. 499, p. 04. Arquivo Público do Estado do Piauí.

Outrossim, tais eventos serviam para reafirmar a necessidade de se ter espaços escolares. Para tanto, as instituições valeram-se dos anseios da população por escolas, no caso, o Colégio Estadual do Piauí. Outro ponto notório é o tom político trazido na nota, pois

apresentou o Liceu como um estabelecimento “intocável”. Além disso, fez alusão ao público frequentador da instituição como sendo a mocidade honrada pelo Liceu. Este, segundo Araújo (2012), ofertava o ensino secundário de forma completa (nos dois ciclos), o que o tornava mais atrativo para a mocidade do que as instituições particulares, fazendo de seus eventos momentos significativos, do ponto de vista social.

Os eventos escolares não se destacavam apenas na capital piauiense, mas também nas cidades do interior do estado, onde os ginásios e colégios faziam de algumas de suas atividades motivo para anúncios na imprensa e fomento social. É o caso da notícia ilustrada a seguir, referente ao Ginásio Santa Teresinha, que estava situado na cidade de Floriano, sul do Estado.

Gazeta do Interior

Ginásio Santa Teresinha, de Floriano

ENTREGA DE CERTIFICADOS DE EXAME DE LICENÇA A SUA PRIMEIRA TURMA DE CONCLUDENTES – SOLENIDADES

O Ginásio “Santa Teresinha”, de Floriano, do qual é proprietário e diretor o Dr. Manuel Sobral Neto, expediu e a 18 deste fez entrega de certificados de exame de licença aos seus alunos José Frejat, Odín Gomes dos Reis, Francisco Gabriel Batista, Murilo Reis Martins, Horácio Ferreira Sobral, Antônio Dib Jorge Barguil, Luiz Gonzaga Lopes, Aristela de Castro, Maria Júlia Pereira, Joselita, Pereira, Joaquim Cipriano de Souza, Hélio de Martins de Araújo Costa e Eser Frejat, que constituem a primeira turma de concludentes do primeiro ciclo ginásial do referido e acreditado estabelecimento de ensino desta cidade.

Para entregar esses diplomas e festejar essa primeira vitória do Ginásio, o seu ilustre diretor organizou, com os concludentes, um excelente programa, que foi fielmente executado. Consta esse programa do seguinte:

Dia 18 do corrente – missa em ação de graças na Igreja Matriz; solenidade de entrega dos certificados de exame de licença, no salão nobre da Prefeitura Municipal, e baile de gala nos salões de Ginásio; dia 19, partida dançante nos salões do Ginásio, oferecida pelos concludentes. [...] (JORNAL A GAZETA, 1944, p. 04)

A nota fala sobre a primeira turma que concluiu o primeiro ciclo do curso ginásial do estabelecimento, sacramentada com a entrega dos certificados de conclusão pelas mãos do diretor. É destaque a nomeação dos próprios concludentes, algo comum nas matérias sobre educação no período, além da referência dada ao diretor do estabelecimento como organizador da programação que, segundo a notícia, foi seguida à risca.

Sobre o planejamento dos eventos, aconteciam em locais distintos, movimentando a dinâmica da cidade, envolvendo várias frentes, inclusive a religiosa. Magalhães (2004, p. 116) refere-se a essas fontes quando diz que “a influência da instituição educativa vai para além dos seus muros e difere-se no tempo, seja pelas transformações de caráter material, seja especificamente como representação, referência e memória dos indivíduos e grupos”.

Assim, os eventos do ensino secundário, ao mesmo tempo em que apresentavam as instituições escolares, serviam como rito de passagem dos alunos. Mesmo em eventos noticiados sobre o aniversário da escola, é evidente a intenção de fortalecer o nome da instituição e sobrelevar a importância que ela tem para a educação piauiense, envolvendo e movimentando a sociedade local.

Na notícia sobre o Ginásio Santa Terezinha, de Floriano, a intenção também passa pela divulgação das ações da instituição, expressando todo o percurso pelo qual os alunos deveriam passar, quando da mudança de ciclo no curso ginásial.

Ao passo que os alunos eram marcados pelos eventos escolares, toda a sociedade era convidada a participar das comemorações que aconteciam nessas escolas, como se a cultura vivida naquele ambiente extrapolasse as dependências prediais e chegasse até as demais pessoas, o que contribuía para consolidar, divulgar, ou mesmo manter as tradições das instituições. Além disso, os eventos escolares mostravam para a sociedade as particularidades das instituições e mantinham elevado grau de notoriedade e representatividade social, e assim “a educação realiza-se mediante uma interação “consciente” das questões humanas e sociais” (MAGALHÃES, 2004, p. 122).

Pela matéria ilustrada a seguir, observa-se uma informação que se destinou, primeiramente, a comunicar o aniversário do Colégio São Francisco de Sales (instituição particular pertencente à Igreja Católica). No entanto, é possível perceber que a nota se voltava não aos alunos, mas ao “povo piauiense”.

Nota sobre o Colégio São Francisco de Sales

Comemora do aniversário do Colégio “S. Francisco de Sales”

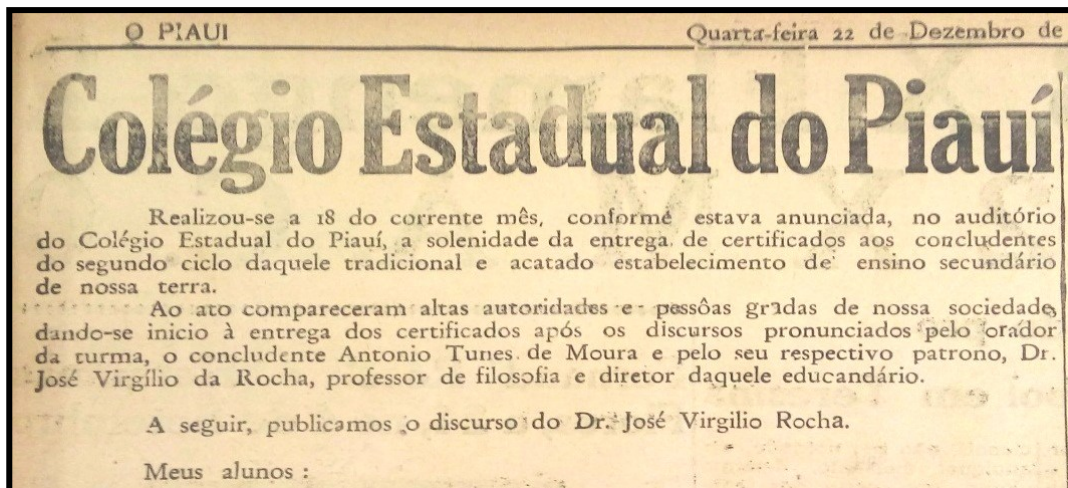
Conceituado e tradicional Estabelecimento Diocesano viveu horas inesquecíveis e memoráveis, quando a 12 de outubro, próximo passado, fez comemorar o seu 24º aniversário de existência no meio educacional da nossa terra.

Executando um vasto programa, a Diretoria do modelar Educandário proporcionou ao povo piauiense um vibrante espetáculo de comemorações, que bem representa o esforço e dedicação empregados na resolução do mais angustioso dos nossos problemas: a educação. Evidentemente somos forçados a reconhecer as amplas possibilidades instrutivas do Colégio São Francisco de Sales. Não podemos absolutamente, obscurecer o muito de útil e proveitoso que este estabelecimento tem realizado pela causa da instrução cívica, cultural e literária da nossa mocidade estudiosa. Parabenizamos ao Revdmo. Padre Alberto de Freitas Santos por tão auspicioso acontecimento, enviando-lhe neste registro as nossas melhores vozes de coragem. (JORNAL O PIAUÍ, 1948, p. 02)

Na nota, a alusão “parabéns” refere-se ao Padre Alberto de Freitas Santos. Trata-se de uma forma de cultuar a tradição do estabelecimento que, como dito, pertencia à Igreja

Católica. Ainda na nota, outros elementos engrandecem o Colégio Diocesano, a exemplo dos adjetivos *modelar* e *vibrante* – termos que também poderiam servir para outros estabelecimentos, não somente confessionais ou particulares, mas também públicos, pois tinham tradição no Piauí e promoviam seus eventos, conforme a nota ilustrada na Figura 15, que se refere ao Colégio Estadual do Piauí:

Figura 15 - Nota sobre solenidade de entrega de certificados



Fonte: Jornal O Piauí, 22 dez. 1948, n. 424, p. 04-05. Arquivo Público do Estado do Piauí.

A conclusão do segundo ciclo por parte de alguns alunos do Liceu é expressa na nota acima, através do rito de entrega dos certificados. Como já abordado, Reis (2017) traz os ritos de passagem como um divisor de águas na vida de alunos, tanto que a imprensa os noticiava. No caso da nota em apreço, a instituição pública fez desse evento matéria para o jornal e isso reafirma o destaque do estabelecimento para a sociedade, e avulta a sua representação em âmbito social.

Por essas notas, entende-se que o ensino secundário também aparecia nos jornais, em função daquilo que os estabelecimentos promoviam fora das salas de aula. Os eventos, que não somente faziam as instituições aparecerem nas páginas dos jornais, deixavam a juventude desejosa de participar deles. Mas não eram eventos que se restringiam aos aniversários dos estabelecimentos ou mesmo as entregas de certificados, sendo possível observar festas internas as instituições, ou mesmos desfiles cívicos constantes como eventos escolares.

Em conformidade com Souza (2008), aspectos da cultura escolar precisam ser aprofundados na historiografia da educação brasileira. Entretanto, aqui os jornais trouxeram elementos marcantes sobre os eventos escolares, conforme exposto e discutido, inclusive atinentes aos jovens estudantes, seus familiares e a sociedade como um todo.

Para Graça (2008), os eventos escolares traduziam um momento para a juventude manifestar seu comportamento de forma espontânea, o que os diferencia das demais atividades escolares, fazendo-se meritórios por representarem a cultura escolar presente no cotidiano dos estabelecimentos.

4.6 O público: alunos secundaristas

“Todo mundo tem o direito de se educar e de se instruir” (JORNAL O DIA, 1956, p.02)

Nesta categoria, apresenta-se o alunado do ensino secundário, perscrutando notas que se referem a esse público. Vale salientar que as demais categorias levantadas nesta pesquisa só fazem sentido pelos alunos, porquanto aqui se fala dos fatos da história da educação da juventude. Entretanto, os vieses pelos quais eles se faziam sujeitos das notas de jornais condiziam com fatos que nem sempre aludiam a assuntos de cunho do ensino ou da aprendizagem, conforme será visto.

É bom recordar que o ensino secundário, como destacado, era considerado por vários autores, tanto no curso ginásial quanto no colegial, espaços ocupados por alunos, em sua maioria, de poder aquisitivo alto, a conhecida elite, como referido por Dallabrida (2001), ao retratar a realidade de Florianópolis, e Graça (2002), que descreve a cidade de Aracajú.

No Piauí, o relato de Campos (1996), em seu livro, *Reminiscências de um mestre escola*, diz que vários de seus alunos do Liceu piauiense, além de estudarem regularmente no ensino secundário, preparavam-se para ingressar no ensino superior por meio de cursos pré (pré-médico, pré-judiciário, pré-engenharia etc.), intensificando os estudos para alcançar profissões que já ganhavam destaque na sociedade, ou mesmo seguindo as carreiras profissionais de seus pais, como aduzido por Dallabrida (2001).

No caso das alunas, o ensino secundário trazia elementos específicos que a ajudavam a exercer os afazeres domésticos, e separadas dos alunos homens.

Art. 25. Serão observadas, no ensino secundário feminino, as seguintes prescrições especiais:

1. É recomendável que a educação secundária das mulheres se faça em estabelecimentos de ensino de exclusiva frequência feminina.
2. Nos estabelecimentos de ensino secundário frequentados por homens e mulheres, será a educação destas ministrada em classes exclusivamente femininas. Este preceito só deixará de vigorar por motivo relevante, e dada especial autorização do Ministério de Educação.
3. Incluir-se-á, na terceira e na quarta série do curso ginásial e em todas as séries dos cursos clássico e científico, a disciplina de economia doméstica.

4. A orientação metodológica dos programas terá em mira a natureza da personalidade feminina e bem assim a missão da mulher dentro do lar (BRASIL, 1942).

Nas páginas dos jornais, a preocupação com alunos e alunas não parecia ser o gênero, mas a classe social. Em grande parte, foi isso captado nos jornais examinados. Mesmo sendo um ensino ofertado também em caráter público, sabe-se que nem todos tinham acesso a ele, uma vez que a lei exigia o exame de admissão.

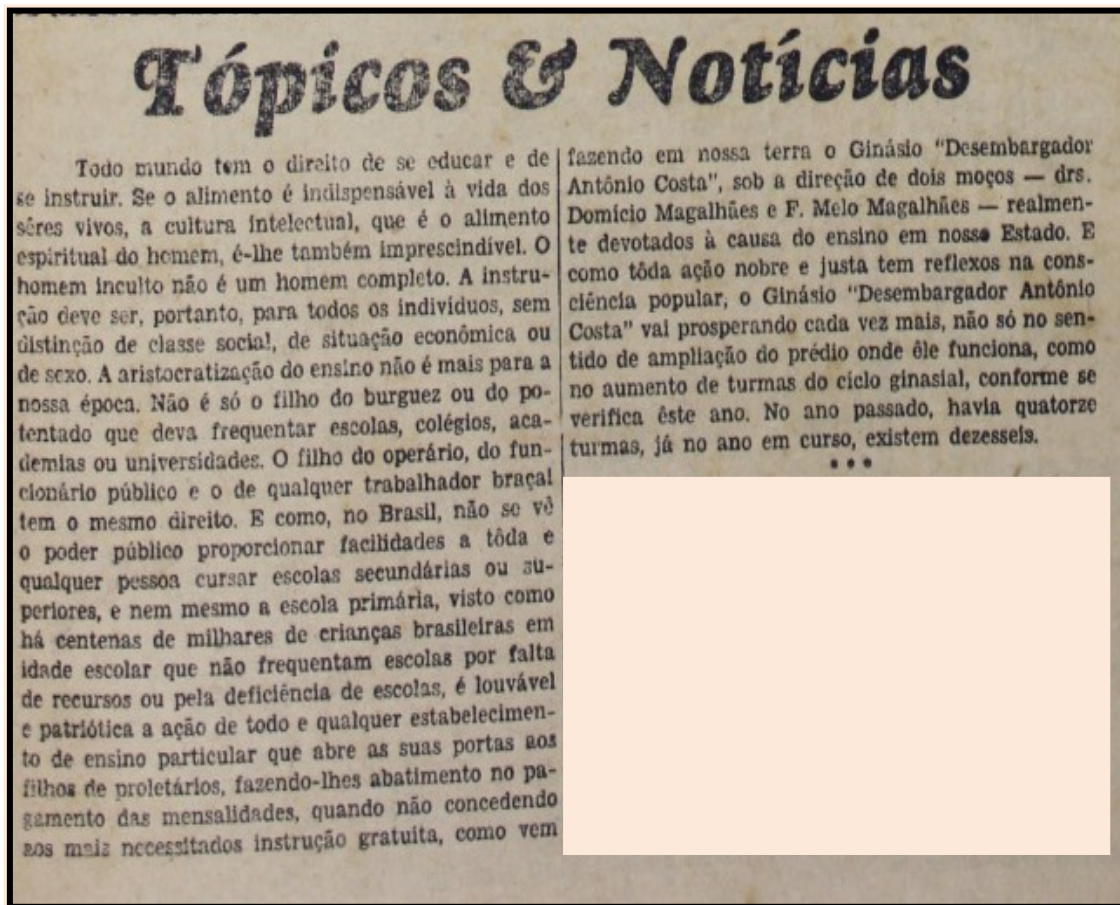
Porém, as notas sobre o ensino secundário que destacavam os estudantes foram além das letras e números estudados, sobrelevando outros acontecimentos que diziam respeito a eles. Essas notas têm relevância principalmente por associarem diretamente os ginásios e colégios à sua clientela.

Na nota trazida a seguir, na figura 16, vê-se que seu início faz alusão ao direito à educação que, segundo o autor, é indispensável ao homem. De acordo com ela, a completude do homem é determinada pelo grau de cultura ao qual é exposto. Sendo assim, trata-se de uma necessidade indiscriminada do ser humano. Nesse sentido, Magalhães (2004) aduz que é local propício para que a educação aconteça.

É possível perceber a preocupação de mostrar que a educação era ofertada a todas as pessoas, mesmo de classes sociais, gêneros e raças distintas. A notícia foca nas relações de trabalho estabelecidas pela sociedade, o que denuncia que, na época, esta parecia viver uma forte desigualdade social entre ricos e pobres. Atrelado a isso, o informe aponta a falta de investimento do poder público em todo o ensino, e salienta a educação secundária como um entrave maior nesse quesito.

Diante das dificuldades da educação pública, a nota dá a entender que também faz parte da conduta de algumas escolas a oferta de descontos ou de gratuidade completa para alunos cujas famílias não podiam pagar pelo ensino, ou seja, pobres.

Figura 16 - Notícia sobre o direito à educação e acesso à cultura



Fonte: Jornal O Dia, 02 fev. 1956, n. 326, p. 02. Arquivo Público do Estado do Piauí.

É possível depreender que a nota enfatiza a responsabilidade educacional assumida pelos diretores do Ginásio Desembargador Antônio da Costa com a educação, denotando que eles se empenharam para oferecer uma educação de qualidade no Estado. Nota-se um perfil comercial da educação, especificamente quando se fala da expansão do prédio onde o ginásio estava alocado, o que, conseqüentemente, aumentaria o número de turmas, fato que já vinha acontecendo.

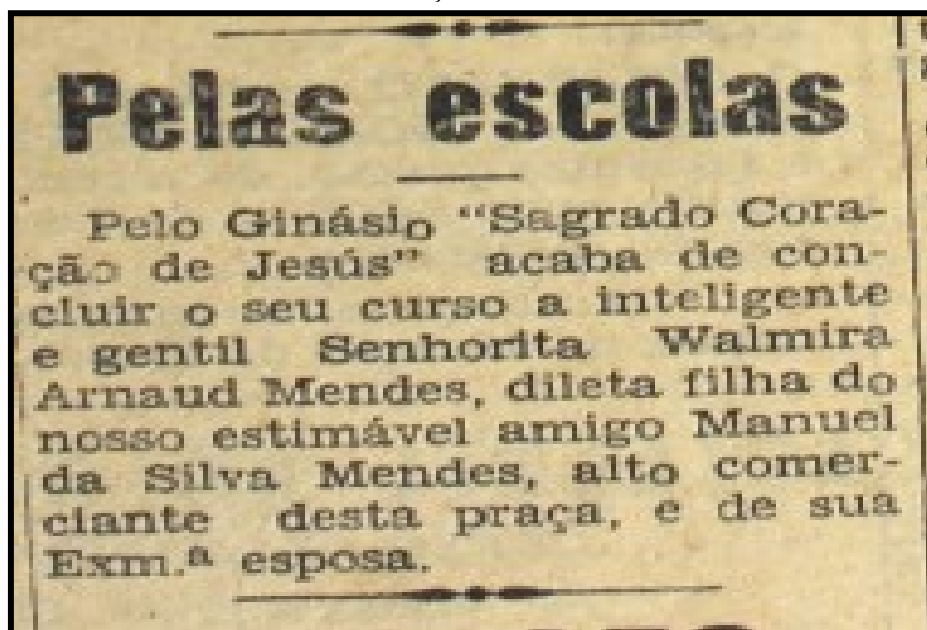
Parece evidente, inclusive, o sucesso esperado em relação aos alunos que cursavam ou haviam passado pelo ensino secundário, o que não precisava ser, necessariamente, um sucesso financeiro, mas cultural e intelectual. Talvez por isso, nota-se o esforço dos diretores da escola no sentido de garantir uma quantidade satisfatória de alunos e oportunizar que mais pessoas tivessem a chance de estudar no ginásio.

Nessa perspectiva, Freitas, Sousa e Freitas (2009, p. 140) contam, por exemplo, que no "Ginásio Dr. Demóstenes Avelino constava de atividades literárias e disciplinares que objetivavam formar o caráter dos alunos para o exercício patriótico". Logo, deduz-se, por este

estabelecimento, a existência de um ensino secundário preocupado com a formação do caráter do aluno.

A nota trazida na Figura 17 refere-se ao sucesso de uma aluna, que é mencionada por haver estudado no Ginásio do Colégio Sagrado Coração de Jesus (Colégio das Irmãs) e ter concluído o curso. É clara a carga de valor dada à aluna retratada, que é adjetivada como *intelligentíssima*.

Figura 17 - Notícia sobre aluna que concluiu o curso no Ginásio Sagrado Coração de Jesus



Fonte: Jornal A Gazeta, 18 dez. 1943, n. 1451, p. 04.

Projeto Memória do Jornalismo Piauiense. Disponível em: <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/Gazeta/MZRxJUR-gqSeV7Ti45NMGg==>. Acesso em 18 ago. 2018.

Mas era necessário esse tipo de informação nos jornais? Provavelmente não, mas fazia parte da cultura das famílias e mesmo da sociedade. Souza (2008) salienta que para as elites, a formação secundária preparava os alunos culturalmente, e a conclusão do ginásio era importante e vista com bons olhos. Por isso, a nota foi publicada.

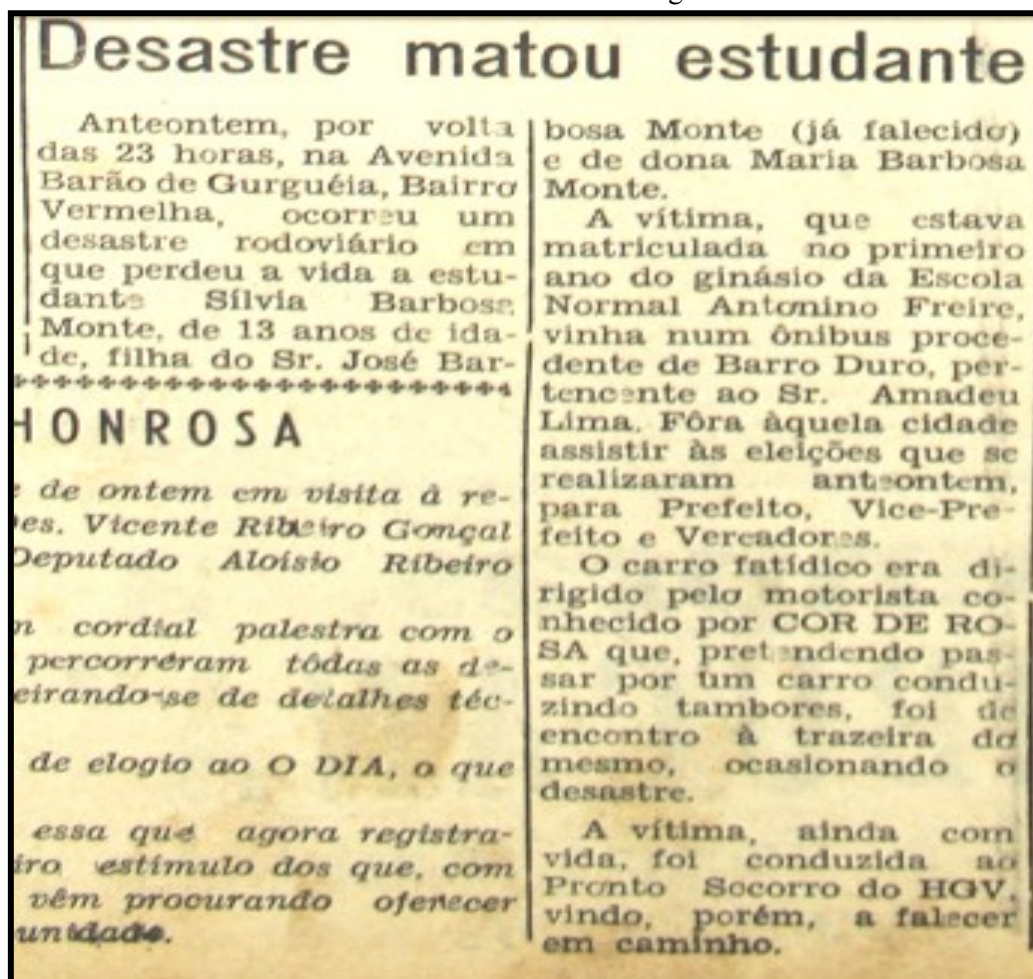
As duas notas anteriores mostram realidades distintas, enfrentadas pelos alunos do ensino secundário. Na primeira (Figura 16), foi reconhecida a defasagem da oferta de vagas para a educação, em especial a secundária, reafirmando a preferência que havia pelas escolas públicas. À vista disso, ainda se observa uma tentativa de expandir o número de vagas que, no caso, é alusivo à instituição Ginásio Desembargador Antônio da Costa.

Na segunda nota (Figura 17), já se verifica uma visão diferente de aluno, onde se retratam aqueles de famílias abastadas e que ostentam o seu sucesso em forma de notícias,

reafirmando que em sua maioria, os alunos do ensino secundário pertenciam às elites da sociedade.

Capta-se, portanto, certa preocupação em retratar o ensino secundário como fonte de sucesso, seja profissional ou social, pois preparava tanto para o ensino superior quanto para o mercado de trabalho. Para mais, observa-se que a *vitrine* do ensino secundário identificava os alunos pelo local onde estudavam (mesmo que o motivo da notícia não fosse estritamente educacional) como virá à tona na nota na Figura 18, onde foi comunicado um acidente de automóvel na capital, Teresina, vitimando, fatalmente, um aluno do curso ginásial da Escola Normal Antonino Freire.

Figura 18 - Morte de aluno do Ginásio da Escola Normal Antonino Freire, vítima de acidente de carro na Avenida Barão de Gurgueia



Fonte: Jornal O Dia, 17 mar. 1964, n. 1195, p. 02.

Projeto Memória do Jornalismo Piauiense. Disponível em: <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/O%20Dia/ZkbaeT-5dlHw0PJSptqvew==>. Acesso em 14 ago. 2018.

Observa-se que os alunos eram reconhecidos pelas instituições secundárias das quais faziam parte, como se fosse necessária à sua identificação social, anunciando o

estabelecimento de ensino no qual estavam matriculados. Era uma representação social até na hora da morte senão um manifesto das “especificidades do espaço próprio das práticas culturais” (CHARTIER, 2001, p. 28), pois era importante, socialmente, ser aluno do ensino secundário, já que os estabelecimentos representavam a educação e cultura nesse âmbito social.

4.7 Cotidiano dos estabelecimentos: os diretores são o alvo das críticas

“Pedem explicação os diretores dos colégios e ginásios particulares de Teresina.”
(JORNAL O DIA, 1953, p. 06)

Nesta categoria, as análises versam sobre aqueles que tinham por missão conduzir o funcionamento dos estabelecimentos de ensino secundário, isto é, os diretores que, assim como os alunos, retratados no subtópico anterior eram constantemente motivo de assunto para a imprensa piauiense. Como visto, os próprios nomes dos diretores figuravam em algumas notas nos jornais da época, ratificando o papel que eles tinham na cultura educacional.

Por isso, esse tópico será dedicado aos diretores das instituições de ensino secundário. A dificuldade de encontrar autores que se refiram a eles prejudica, em parte, o diálogo aqui estabelecido. Mesmo assim, é possível vislumbrar o enquadramento deles em algumas obras quando se trata de educadores, caso, por exemplo, da obra de Souza (2008), ao se referir à remodelação que a escola secundária sofrera nos imediatos anos que precederam a Lei Orgânica do Ensino Secundário, e mesmo nos primeiros anos que a sucederam.

Porém, o que as notas de jornais representaram sobre essas personas, reputadas como fundamentais para o funcionamento dos estabelecimentos de ensino secundário foi, em grande parte, encontrado em comunicados e propagandas. Contudo, figurou-se também por meio de discursos e nas polêmicas que os envolviam.

Independentemente de ser estabelecimento privado ou público, laico ou confessional, os jornais foram caminhos encontrados para diretores acusarem ou se defenderem, como se verifica a seguir, em uma nota que trata, especificamente, de um caso ocorrido no Liceu, no ano de 1954.

Nota sobre demissão do Diretor do Colégio Estadual Piauiense

Ainda o caso do Colégio Estadual

Escrevem-nos:

Foi há pouco demitido o dr. Falcão Costa do cargo de Diretor de Colégio Estadual.

Houve alegria por parte dos desafetos do demissionário. O ato interventorial foi considerado benemérito, mais na realidade nada tinha de benemerência, pois Karnak ágil somente por interesse de família, que tem sido o móvel de todas as suas ações.

A exoneração do Diretor do Colégio Estadual somente se realizou porque pela mesma estava interessado o genro interventorial... para satisfazê-lo foi que o sogro demitiu o Diretor do Colégio Estadual. Não foi para atender aos professores descontentes coma direção do dr. Falcão Costa, mais, para realizar a política de família. O genro fez ver o sogro que não convinha mais conservar o dr. Falcão Costa, que já não merecia, confiança, por ter um irmão nos Diários Associados, tendo este até iniciado aqui os comícios contra o governo.

O Diretor da Instrução, instrumento dos interesses domésticos do interventor, certificando-se da ingerência do genro interventorial no caso, coloca-se ao lado deste e resolve tirar partido da situação. (JORNAL A GAZETA, 1945, p.3).

Observa-se que a questão descrita diz respeito à demissão de Falcão Costa, Diretor do Colégio Estadual, onde o ato de demiti-lo teria sido executado pelo governador, a partir de pressão sofrida dentro de seu próprio nicho familiar, o que segundo Magalhães (2004), termina por simbolizar uma zona de influência dentro da instituição escolar. Dessa forma fica evidente que a administração de alguns estabelecimentos vivia sob influência externa à escola e (no caso da nota apreciada) à administração estadual.

Ainda é possível depreender que, ao contrário do que foi relatado anteriormente sobre o fato de o Liceu Piauiense ser uma unanimidade no que tange à educação no estado, não era o mesmo caso de seu diretor que, segundo a nota, foi demitido. Isso não coloca em questionamento o papel que o estabelecimento tinha para a sociedade, mas denuncia que ele passava por uma crise envolvendo o diretor, o governador e sua família, o que torna a nota curiosa, pois ao mesmo tempo em que comunica a demissão, faz a denúncia de como ela ocorreu: uma pressão sofrida pelo então governador, por parte do seu genro, que seria o principal interessado na demissão.

A nota denota, inclusive, o conflito que gerou o pedido do genro e o ato demissionário por parte do governador: o irmão do diretor trabalharia nos Diários Associados. Entende-se, pois, que a causa da demissão não estava em questões relativas à administração do estabelecimento, mas em interesses políticos.

Na nota demonstrada na Figura 19, assimilam-se informações sobre uma correspondência anônima com injúrias sobre os diretores do Ginásio Desembargador Antônio da Costa. Há no título uma proposição que compromete os diretores das instituições privadas de ensino secundário da capital, por pedirem uma explicação. Pela nota, descortinam-se

elementos que chamam a atenção, sendo um deles o anonimato de quem a escreveu, algo que não está descrito, mesmo as injúrias tendo sido veiculadas por dois jornais distintos.

Na resposta dada pelos diretores que, segundo a própria nota, subscrevem-na, desmerecem a carta anônima e saem em defesa dos diretores do Ginásio Desembargador Antônio da Costa Domicio Magalhães e Francisco Magalhães:

Figura 19 - Notícia sobre uma correspondência falsa falando absurdos sobre os diretores do Ginásio

"Des. Antônio Costa"

Pedem explicação os Diretores de Colégios e Ginásios particulares de Teresina
Teresina, 14 de abril de 1953

Os jornais «O Dia» e «A Cidade», em suas edições de 5 e 9 deste mês respectivamente, dão publicidade a uma «Nota», que traz a vossa assinatura e de outros professores, a respeito de uma correspondência anônima, dirigida a diversas autoridades deste Estado, na qual são feitas referências desairosas às pessoas dos Diretores do Ginásio «Des. Antonio Costa», profs. Francisco e Domicio Magalhães.

Louvável, sem dúvida, o gesto de solidariedade dos Professores aos Diretores da casa de ensino a que emprestam a sua colaboração no trabalho ingente, dignificante e utilíssimo de formação de homens capazes para o Brasil de amanhã, — no momento em que estes se viram atingidos em sua honorabilidade pessoal, por uma covarde campanha de descrédito, tanto mais covarde porque levada a efeito sob a capa negra do anonimato.

Acontece, porém, Sr. Professor, que afirmais, na aludida «nota», partir de competidores a campanha de descrédito iniciada anonimamente, contra os profs. Melo Magalhães e Domicio Magalhães.

Ora, Sr. Professor, tal afirmação é tragicamente grave, sobretudo porque é feita por homens em quem nós reconhecemos a maior responsabilidade, já como professores, já como chefes de famílias (quase todos o são), já como homens de sociedade.

Se não, vejamos:

Começa a nota: «Sabendo que baixos competidores dos dinâmicos e beneméritos Diretores do Ginásio «Des. Antônio Costa» e mais adiante: «Só a competição desleal, desvairadamente criminosa, pode negar as altas virtudes morais e culturais dos ilustres e dignos educadores em apreço»

— Quem é competidor dos Diretores do Ginásio «Des. Antônio Costa» no terreno de ensino? Quem faz competição ao Ginásio «Des. Antônio Costa»?

— A resposta se impõe: São os Diretores dos demais ginásios e colégios particulares de Teresina.

E estes são apenas quatro:

Tratando-se de competidores (plural), conforme afirmais, conclui-se, logicamente, que dos quatro, pelo menos dois são os baixos competidores, são os autores dos pasquins indecentes, são capazes de tanta infâmia.

São pelo menos dois, os que tratando a dignidade e o pudor indispensáveis àqueles que dirigem estabelecimento de ensino—desceram da altitude em que a função os coloca, para chafurdarem na lama pútrida que serve de caldo de cultura aos indivíduos que se comprazem em atassalhar a honra alheia, e da forma mais degradante — o anonimato.

Significa isto, Sr. Professor, que vós e os vossos companheiros erigistes um monumento de glória e honradez (direito que não vos negamos), aos Diretores do Ginásio «Des. Antonio Costa», — mas achastes por bem, naturalmente para dar-lhe maior relevo e magnificência, fazê-lo brotar do meio da lama a que fomos por vós reduzidos, os Diretores dos quatro Ginásios e Colégios particulares de Teresina quando afirmais, implicitamente, que nós é que, somos os competidores dos profs. Domicio e Melo Magalhães.

Para limpar de graves culpas imputadas anonimamente, aos Diretores do mais jovem estabelecimento de Teresina, — achastes por bem, numa atitude desconcertante, investir contra os Diretores dos outros estabelecimentos, em que também prestais os vossos serviços, lançando-lhes apecha indigna e aviltante (sobretudo para quem se preza de ser condutor de grande parcela da mocidade piauiense) de caluniadores de um colega e caluniadores anônimos . . .

Na vossa pressa, Sr. Professor, esquecesteis que os competidores do Ginásio «Des. Antônio Costa» são o Colégio Arquidiocesano «São Francisco de Sales» o Ginásio Leão XIII, o Ginásio «Sagrado Coração de Jesus», e o Colégio «Demóstenes Avelino Ltda», todos com mais de dez anos de bons serviços prestados à causa do ensino nacional.

Sr. Professor, sois homem digno, de caráter firme, cioso de vossa grande responsabilidade de educador (nós o temos neste elevado conceito), incapaz, portanto, de fazer, levemente, afirmação tão grave como a que emitistes, sem que estivesseis capacitado a apontar os autores da «calúnia» que vos encheu de tão justa indignação, como a nós outros, — e incapaz, ainda, de fugir à responsabilidade de indicá-los nominalmente, à opinião pública.

Sob pena de assumirdes o lugar de caluniador, já agora dos Diretores do Colégio Arquidiocesano «São Francisco de Sales», do Ginásio «Sagrado Coração de Jesus», do Colégio «Demóstenes Avelino Ltda», e do Ginásio «Leão XIII», que subscrevem esta, estais na obrigação moral, — e nós vo lo solicitamos com absoluto empenho, estais na obrigação moral, repetimos, de dizer, dentre nós, quais os autores do pasquins caluniosos distribuídos contra os Profs. Francisco e Domicio Magalhães.

Exigimos que o façais no prazo de cinco (5) dias, para que os indignos sofram as consequências da sua indignidade e para que os inocentes não fiquem degradados na sua dignidade, pela qual têm o direito e a obrigação de zelar, bem assim de exigir que os outros a respeitem.

Atenciosamente

a) Pe. José de Arca Almeida
Diretor do Colégio «São Francisco de Sales»

a) Irmã Maria de Jesus Sampaio
Diretora do Ginásio «Sagrado Coração de Jesus»

a) Paulo de Tarso Mello e Freitas
Diretor do Colégio «Demóstenes Avelino»

a) Moaci R. Madeira Campos
Diretor do Ginásio «Leão XIII»

Fonte: Jornal O Dia, 26 abr. 1953, n. 117, p. 06.

Projeto Memória do Jornalismo Piauiense. Disponível em: <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/O%20Dia/bpQEmYsLe36MUXYYcXFYQA==>. Acesso em 02 set. 2018.

Dos quatro estabelecimentos destacados, além do Ginásio Desembargador Antônio da Costa, o Colégio Demóstenes Avelino havia sido fundado em um período relativamente recente, sendo apresentados por Mendes (2012) como novos estabelecimentos da capital, mas que não os tornava rivais e nem inferiores aos mais antigos, ou seja, o Colégio Diocesano e o Colégio Sagrado Coração. Conforme se constata na nota, a presteza de educar é defendida como uma marca comum aos estabelecimentos, o que faz os diretores se unirem em prol de uma causa comum: o cuidado com a educação.

Ampliando o horizonte da matéria para outro diretor, remete-se aos ensinamentos de Freitas, Sousa e Freitas (2009), que trazem à cena Felismino Freitas Weser, fundador de algumas instituições de ensino no Estado, dentre os quais o Colégio Demóstenes Avelino, do qual também havia sido diretor. Este, em nome da educação, tinha apreço em empreender, mantendo uma boa relação com as diversas instituições secundaristas do Estado, o que reafirma a boa relação entre os diretores, o respeito e o reconhecimento, a ponto de se solidarizarem uns com os outros, como se viu na nota anterior, veiculada na imprensa, onde o pedido final era que o autor da calúnia se retratasse publicamente, sendo assinado pelos quatro diretores dos estabelecimentos citados.

As duas notas explanadas nesta categoria apontam a pressão que os diretores das instituições de ensino secundário sofriam. Ambas são enfáticas em divulgar acontecimentos questionáveis no quesito *justiça*. No primeiro caso, a política apresentou-se como mote para a demissão do diretor de estabelecimento público, no caso o Liceu. Já no segundo, tratando de escolas particulares, cita-se uma suposta calúnia sofrida pelos diretores do Ginásio Desembargador Antônio da Costa Domicio Magalhães e Francisco Magalhães. Entretanto, o foco era um pedido de retratação por parte dos demais diretores de estabelecimentos de ensino secundário situados na capital, Teresina.

Os desfechos das informações contidas nas notas não podem ser afirmadas. Mas é possível apontar que os diretores foram trazidos pelos jornais como educadores, por vezes questionados por seu trabalho, muitas vezes perseguidos politicamente e socialmente.

4.8 Professores: articulações pela imprensa

O ser humano tem o direito de viver com decência e dignidade. Se todo mundo que exerce atividades no comércio, na burocracia, ou como médico, engenheiro etc., quer ganhar bem e melhorar cada vez mais o seu padrão de vida, por que é o professor, então, deva ser o único sacrificado, ficando satisfeito com salários de

fome ou com ordenados mesquinhos, como os que percebe o professorado primário e secundário do Piauí? (JORNAL O DIA, 1956, p. 1)

A epígrafe acima imprime um questionamento de referência para a ação dos professores no ensino secundário, que é a remuneração que recebiam ou que deveriam receber. Por trás dos salários, identificam-se os entraves que este provocava, pois na época, eram retratados pela imprensa como insatisfatórios.

Entretanto, Souza (2008) caracteriza os professores como pessoas cuidadosas com a aparência e a higiene pessoal. Logo, cultuavam uma “autoimagem de profissional intelectual valorizado, cuja autoridade era socialmente reconhecida e os salários eram razoáveis” (SOUZA, 2008, p. 190). Com isso, previamente, entende-se que a questão salarial foi motivo de discussão por ser, sim, razoável, mas não ideal, sendo a sua melhoria representava uma reivindicação a ser divulgada nos jornais.

Nesta categoria, analisam-se notícias sobre a ação dos professores no ensino secundário, que segundo Vicentini; Lugli (2009), nem sempre eram preparados para satisfazer as necessidades dos estudantes. Mesmo assim, a quantidade de notas sobre os docentes, de antemão, aduzem que a atividade docente era constantemente veiculada nos jornais, de forma direta ou indireta, pois anteriormente já se atestou outras categorias que faziam alusão aos professores.

A oferta de serviços no campo educacional, onde havia ginásios e colégios, parecia aquecer-se com a venda e troca de livros e, no caso da capital do estado, Teresina, pelo número de professores particulares que ofereciam os seus serviços para preparar candidatos que pleiteavam o exame de admissão, era vista de forma nítida pela grande quantidade de propagandas encontradas nos jornais, onde o professorado oferecia os seus serviços de modo avulso, a exemplo da nota trazida na Figura 20.

Figura 20 - Propaganda de professor particular



Fonte: Jornal O Piauí, 12 abr. 1947, n. 211, p. 04. Arquivo Público do Estado do Piauí.

Já na nota a seguir, há dois pontos que interessam à presente categoria: o primeiro trata de defender os professores que, na ocasião, aparentam serem acusados por outros docentes pelas deficiências acadêmicas dos alunos secundaristas; o segundo refere-se aos salários dos professores.

No primeiro tópico, ao mesmo tempo em que defende os professores, a matéria chama à responsabilidade os pais de alunos que pouco acompanhavam a vida escolar de seus filhos. A propósito das relações que culminam na aprendizagem dos alunos, Magalhães (2004, p. 36) assim se posiciona:

Na relação educativa não há ações unidirecionais. A interação que a caracteriza afeta todas as partes envolvidas e a educação é o constructo por parte dos sujeitos, com recursos e meios e por referência aos contextos, atualizados sob a forma de instituído.

Na nota que segue, a ação do magistério é defendida em detrimento da ação familiar:

Tópicos e Notícias

Nenhum professor da nossa terra tem o direito de falar em público acusando o magistério secundário pelas deficiências de conhecimentos dos alunos que concluem os cursos ginásial e colegial, visto como são várias as causas da decadência do ensino em nosso País, entre as quais ressaltamos a falta de fiscalização dos pais para com os filhos que frequentam os nossos ginásios e colégios. Sem a cooperação do lar, a obra do professor fica incompleta. Os pais têm a obrigação de acompanhar o adiantamento dos filhos nas aulas, evitando que eles falem a elas e estimulando neles o amor ao estudo e a dedicação ao cumprimento do dever em tudo.

Em qualquer profissão que trabalhemos, é natural que desejemos receber o pagamento das nossas canseiras de acordo com as nossas necessidades. O ser humano tem o direito de viver com decência e dignidade. Se todo mundo que exerce atividades no comércio, na burocracia, ou como médico, engenheiro etc, quer ganhar bem e melhorar cada vez mais o seu padrão de vida, por que é o professor, então, deva ser o único sacrificado, ficando satisfeito com salários de fome ou com ordenados mesquinhos, como os que percebe o professorado primário e secundário do Piauí? E os que dizem que as nossas abnegadas professoras primárias devem colocar o idealismo muito acima das suas necessidades econômicas, naturalmente dizem assim porque estão de barriga cheia percebendo, mensalmente, vencimentos elevados. Será que as nossas professoras primárias e professores secundários não tenham o direito de viver bem, ou, pelo menor, a resguardo aperturas dum padrão de vida baixo, só porque cuidam da educação e instrução da mocidade? Que concepções temos, então, da nossa cultura e da nossa civilização? (JORNAL O DIA, 1956, p. 1).

O fato exposto descreve o que acontecia para que os alunos concluíssem o ensino secundário, com aprendizagem insatisfatória. Pela matéria, havia quem atribuísse essa

defasagem aos professores. É nesse ponto que a nota defende os professores, ao afirmar que os pais têm a obrigação de acompanhar o andamento dos filhos nas aulas.

Souza (2008) recorda que a Reforma do Ensino Secundário (Lei 4.244/42) Ministro Gustavo Capanema, previa uma série de aprimoramentos que os alunos secundaristas deveriam atingir. Dentre as metas, figurava-se o aumento no tempo dos trabalhos escolares, tanto no curso ginásial quanto no colegial. Cruzando a informação de Souza (2008) com a nota, pelo menos o rendimento dos alunos precisava ser revisto, pois não parecia acontecer. Data a nota em questão de 1956, ou seja, 14 anos após a promulgação da lei, e em um cenário que carecia de melhoria, questiona-se: de quem realmente seria a culpa?

Entre as críticas aos professores, confirma-se certa preocupação com o rendimento dos alunos, ao mesmo tempo sugerindo que os docentes seriam os responsáveis por aquilo que os alunos aprendessem e, caso isso não acontecesse, a responsabilidade seria da família, que não acompanhava a vida escolar dos seus.

A nota indique a responsabilidade que as famílias têm para com a aprendizagem dos alunos. Entretanto, Araújo (2012, p. 88) lembra que “no ensino secundário, a institucionalização da formação ganha contornos diferentes. Quando examinamos a história dos professores, percebemos que nem sempre os poderes constituídos cuidaram adequadamente da formação desses profissionais”.

Isso remete à responsabilidade partilhada entre família, professores e o próprio Estado, por intermédio dos órgãos de organização das instituições escolares e das próprias escolas, como transparece a nota. Sobre a partilha de responsabilidade, assim trouxe o Artigo 81 da Lei Orgânica no Ensino Secundário:

Art. 81. É função da orientação educacional, mediante as necessárias observações, cooperar no sentido de que cada aluno se encaminhe convenientemente nos estudos e na escolha da sua profissão, ministrando-lhe esclarecimentos e conselhos, sempre em entendimento com a sua família.
(BRASIL, 1942)

Isso posto, nota-se que a própria lei garantia a responsabilidade dividida com a família. Nesse sentido, a nota analisada aponta para a partilha de responsabilidade, dando consistência à argumentação veiculada na imprensa.

Na segunda parte da seção, que também se refere aos professores, encontra-se um apelo por melhoria salarial da categoria. A comparação que a nota faz com os salários de outros profissionais imprime um tom sarcástico e elege o professor como um inconformado com seus ganhos pela função que exerce. Esse apelo não estava sem aparo legal, pois a Lei

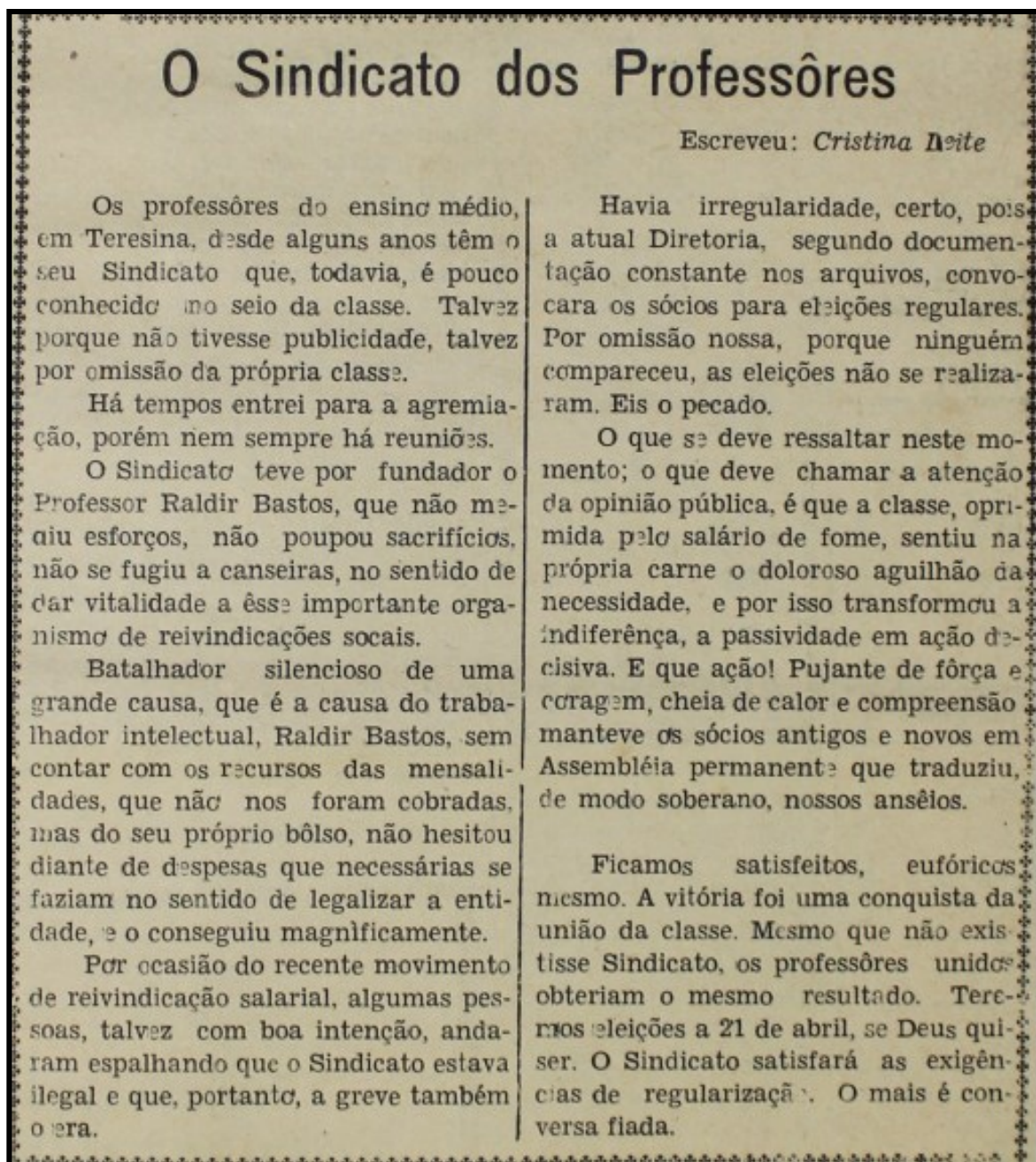
Orgânica do Ensino Secundário também previa isso: “Aos professores do ensino secundário será assegurada remuneração condigna, que se pagará pontualmente” (BRASIL, 1942). Mesmo assim, parece ter sido a imprensa uma forma de busca por direitos garantidos por lei.

O comparativo que a nota faz com outras classes trabalhadoras remete à desvalorização dos professores. Dessa forma, é possível indicar que o padrão de vida que estes mantinham era menor do que o de outros profissionais. Araújo (2012) ratifica isso quando diz que a partir da década de 1940, a profissão docente foi caindo em desapreço e configurando uma nova política salarial. Assim, “apesar de equiparados com profissionais de mesmo nível de formação, os vencimentos dos professores vão ser bastante diferenciados” (ARAÚJO, 2012, p. 116). Então, elucida-se a razão da nota por melhorias salariais: os professores, mesmo amparados por lei, continuavam sendo poucos valorizados, sob o ponto de vista salarial.

Na próxima nota, Cristina Leite descreve a sua relação com o sindicato e aproveita para fazer algumas críticas, tanto ao órgão quanto aos próprios professores. O sindicato ao qual a nota se refere era exclusivo para os professores do ensino secundário, mas a autora revela que a instituição era pouco conhecida entre os docentes.

O termo que resume o sindicato na notícia é “organismo de reivindicações sociais”. Da nota anterior para a seguinte, passaram-se oito anos. Na primeira, os professores estavam em busca de uma organização, e na segunda, organizados do ponto de vista sindical, mas ainda em busca de popularidade.

Figura 21 - Reinvidicação de aumento salarial para os professores



Fonte: Jornal O Dia, 17 mar. 1964, n. 1195, p. 07.

Projeto Memória do Jornalismo Piauiense. Disponível em: <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/O%20Dia/ZkbaeT-5dlHw0PJSptqvw==>. Acesso em 14 de ago. 2018.

A nota em tela enaltece os esforços do fundador do sindicato dos professores do Estado do Piauí e, conjuntamente, descreve o desafio de empreender a organização que defenderia os interesses da classe, que a nota designa como “trabalhador intelectual” – talvez para diferenciar os professores dos trabalhadores braçais.

Para Santos (1995), a entidade foi criada nas dependências do Colégio Estadual Zacarias de Góis (Liceu Piauiense), para fins de mobilização e conscientização da categoria

docente. A princípio, como Associação dos Professores do Ensino Médio Oficial do Estado do Piauí (APEMOP); posteriormente, passou a chamar-se Associação dos Professores do Estado do Piauí (APEP). O mesmo autor sublinha, ainda, o período em que a nota foi publicada como delicado, em função da situação governamental do País.

Capta-se nas notas sobre professores as dificuldades enfrentadas por eles para sobreviver na profissão, de modo peculiar, pelo salário que recebiam. Na segunda nota apreciada nesta categoria, concebe-se um quadro de professores do ensino secundário que se defendia de acusações veiculadas na imprensa. Já na terceira, os professores buscaram organizar-se, mesmo que diante de adversidades.

O esforço dos professores é evidenciado ao longo desta categoria: em um primeiro momento, eram responsabilizados pelo baixo rendimento de alguns alunos; em um segundo momento, organizavam-se para se defender e reivindicar melhores salários; finalmente, no terceiro momento, conseguiram dar passos em sua organização.

Em momento posterior, o que também passava pelas páginas dos jornais era o questionamento sobre a educação, que havia passado por reformas no currículo e mudanças nos exames de admissão aos cursos ginásial e colegial. Isso patenteia a forma como o regime militar se apresentava frente ao ensino secundário, pelas normas que estabelecia.

Notícia sobre a situação da educação

1968, EDUCAÇÃO POSTA A PROVA (Ana Maria Pimentel)

Fim de ano. Época de balanço. Só assim por cima, só lembrado do que os jornais disseram a respeito de tudo que foi realizado no campo da Educação, tanto aqui em São Paulo, vamos a um balanço no ensino primário, tivemos a reforma dos programas e do currículo, a unificação dos exames de admissão ao ginásio; no Secundário, a remodelação do curso colegial e dos cursos de formação de professores do ensino elementar; no Superior, o reexame dos problemas do Sistema de Institutos Isolados mantidos pelo Estado, a criação de cursos de formação de técnicos de Nível Superior. Entretanto, o mais importante mesmo acho que foi a enorme onda que fez em torno do problema da Educação. Nunca se falou tanto nunca se publicou tanta estatística, tantos índices. E, dessa maneira, ficamos sabendo de coisas aterradoras a respeito de nosso sistema educacional, das condições de nosso povo.

Por exemplo, leio aqui há, no Brasil cerca de 17 mil economistas formados, mais apenas quatro mil estão empregados nesta função. E anualmente mais de 2 mil novos economistas saem das faculdades. E vão para onde? Não é um desperdício? Isso sem contar na frustração deles próprios. Mais há um outro lado da questão mercado de trabalho para professores primários é considerado saturado. E os professores acham, que essa afirmação é falsa, desde que se cogite da verdadeira causa dessa aparente situação. Na realidade, o que existe é falta de escolas primárias, o desdobramento de períodos e classe superpovoadas. O número de crianças em idade escolar e

de adultos analfabetos é suficiente para demonstrar que não há excesso de professores primários. O que há é falta de escolas, falta de condições adequadas de trabalho, não aproveitamento da mão de obra existente. (JORNAL O DOMINICAL, 1969, p. 3)

Os reflexos desse processo de mudanças trazido no fim da década de 1960, conforme a nota acima, dá conta de um posicionamento tomado para fazer frente ao aumento da demanda de novos alunos. Aliás, Santos (1995, p. 70) chama esse processo de “massificação escolar” e destaca a ascensão social desses novos alunos que adentraram nos estabelecimentos de ensino, o que teve reflexo direto na ação dos professores, pois passaram a contar com salas abarrotadas também no ensino secundário.

Fazendo contas práticas, parece óbvio que aumentando o número de alunos se fazia necessário elevar o número de professores. Nessa perspectiva, tanto se observa a escalada dos questionamentos por parte do governo sobre a própria educação, atingindo a classe que se dedicava a educar, quanto a necessidade de os professores se organizarem, o que de fato acontece no Estado do Piauí.

Entretanto, essa organização também se deu em outros estados, o que segundo Vicentini e Lugli (2009), aconteceu de forma descentralizada, acompanhando a descentralização do sistema de ensino. No estado em apreço, o movimento dos professores, de acordo com Santos (1995), partiu, principalmente, dos professores do Liceu, mas terminou por abranger toda a classe docente.

Com efeito, o professorado piauiense teve a oportunidade de organizar-se, mesmo em meio aos problemas enfrentados. Os que lecionavam no ensino secundário apresentavam papel determinante no processo de ordenamento, mesmo em situações adversas, como as analisadas aqui.

4.9 A propaganda publicitária do ensino secundário

“Sob a direção[...]” (JORNAL O DIA, 1954, p. 03)

Nesta categoria, mostra-se a ambiência da imprensa como meio de divulgação de propagandas referentes ao ensino secundário. Logo, destaca-se a quantidade de notas encontradas nos jornais, um número realmente grande, das quais catalogamos 34, o que sugere uma disputa por alunos entre os estabelecimentos, além de uma forma de divulgação do próprio ensino secundário para a sociedade. Estas propagandas sempre se acentuavam em datas próximas ao período de matrícula nos diversos anos analisados. Na Lei Orgânica do

Ensino Secundário, 4.244/42, não há qualquer elemento que verse sobre o uso da imprensa para tal fim.

O histórico de propagandas publicitárias no Estado é uma incógnita, pois foi, ao longo dos anos, de maneira insatisfatória e por isso, “pouco se conhece sobre a história da propaganda e da publicidade no Piauí. Talvez por haver um mercado publicitário concentrado em Teresina e esse mesmo mercado ainda ter pouca representatividade em relação aos demais centros do país” (VERNIERI, 2005, p.11). A perspectiva da autora sinaliza uma dificuldade para levantar a história da publicidade, mas é possível declarar que propagandas do ensino secundário eram recorrentes nos jornais entre 1942 e 1971.

Elegeram-se duas propagandas (em meio a tantas encontradas) para análise, sendo a primeira do Ginásio Desembargador Antônio da Costa, como mostra a Figura 22.

Figura 22 - Propaganda do Colégio Demóstenes Avelino

GINÁSIO "DES. ANTÔNIO COSTA"
 (Reconhecido pelo Governo Federal)
 Rua Felix Pacheco nº. 1589 (Antiga São José)
 Prédio próprio
 Teresina—Piauí

DIRETORES : Profs. Drs. Melo Magalhães e Domício Magalhães.
SECRETARIO J. R. Magalhães Filho
CURSOS : Ginasial, admiscão ao Ginásio e à Escola Industrial, e primário.

Todos os cursos funcionam nos turnos da manhã e à tarde
 Ensino eficiente — já comprovado com a **estatística** de aprovação aos exames realizados no Colégio Estadual, Escola Normal e Escola Industrial, onde os alunos do Ginásio «Antônio Costa» sempre conseguiram colocar-se em todos os primeiros lugares na classificação das notas. Constituem **noventa por cento dos alunos aprovados naquelas casas de ensino.**

Ginásio «Des. Antônio Costa», o estabelecimento que ensina ao moço a amar a Deus, e ao Trabalho e a Cultura, através o exemplo edificante dos seus Diretores.
ACEITAM-SE TRANSFERÊNCIAS

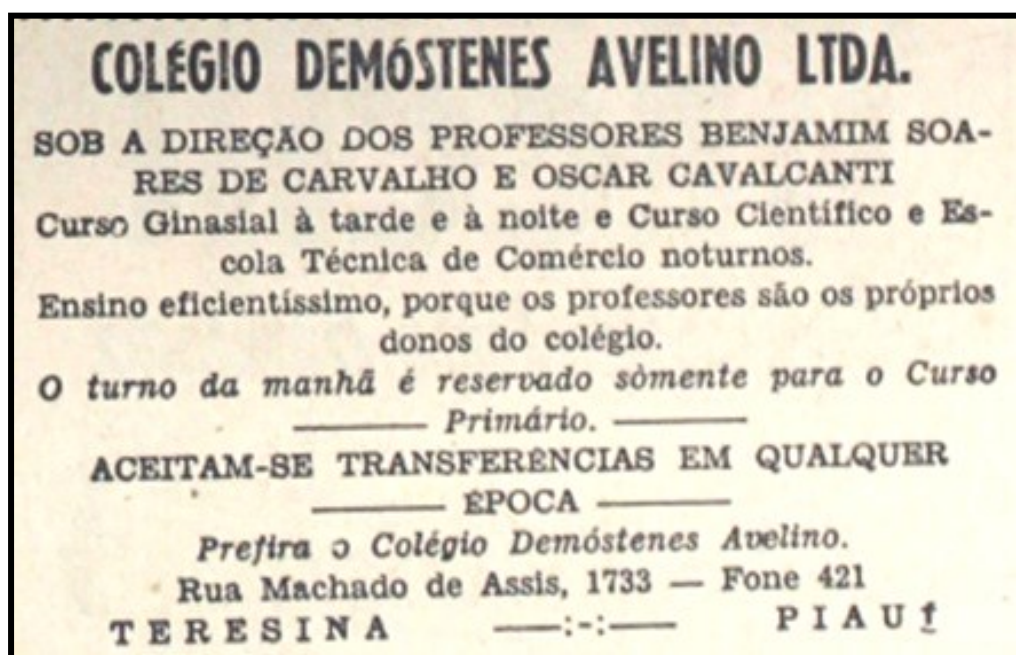
Fonte: Jornal O Dia, 02 dez. 1954, n. 112, p. 02.

Projeto Memória do Jornalismo Piauiense. Disponível em: <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/O%20Dia/y95RC47qgFd8FA1ot48rUA==>. Acesso em: 01 set. 2018.

Na nota acima, notam-se alguns elementos comuns a quase todas as propagandas encontradas. Além do destaque para o nome da instituição (obviamente), também ganhava ênfase quem a dirigia, assim como os cursos ofertados. Outros aspectos a salientar são: o horário de oferta dos cursos, o ensino eficiente e a aprovação comprovada.

Na nota seguinte, trazida na Figura 23, a propaganda trata do funcionamento do estabelecimento durante o período da manhã, reservado para o curso primário, o que se cruza com a primeira das três finalidades trazidas na Lei 4.244/42, que é “formar, em prosseguimento da obra educativa do ensino primário, a personalidade integral dos adolescentes” (BRASIL, 1942). Logo, o estabelecimento oportunizava a continuidade dos alunos no curso ginásial e assim como na nota da figura 22, tem como atributo o ensino eficiente.

Figura 23 - Propaganda do Ginásio Desembargador Antônio Costa



Fonte: Jornal O Dia, 09 dez. 1954, n. 214, p. 03.

Projeto Memória do Jornalismo Piauiense. Disponível em: <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/O%20Dia/V4jRT6bAaFaykoCSG4GJDg>. Acesso em 16 set. 2018.

Graça (2002), falando do Ginásio em Aracajú, recorda que algumas instituições se esforçavam para garantir que os alunos do primário continuassem seus estudos no ensino secundário. Nesse caso, conforme a propaganda, havia essa oportunidade de continuidade no próprio estabelecimento, o Colégio Demóstenes Avelino.

Corroborando Vernieri (2005), a história da propaganda no Piauí está ligada ao desenvolvimento socioeconômico e cultural, o que justifica a quantidade de propagandas encontradas nos jornais pesquisados e, de modo mais incisivo, do ginásio, pois a maioria das notas publicitárias achadas versava sobre ele.

Pelas notas desta categoria, interpreta-se que a publicidade para o ensino secundário se servia de outros elementos que não somente o ensino, os quais atraíam alunos para os

estabelecimentos. E nas duas propagandas, percebem-se esses elementos, embora se refiram a décadas diferentes (1950 e 1960), ou seja, a figura de seus diretores e a participação destes no processo de ensino dos estabelecimentos, além do que os estabelecimentos ofertavam enquanto ensino e os endereços onde estavam situados.

Ao final deste capítulo, deduz-se que os jornais promoveram a difusão do ensino secundário. Ademais, “pelas suas características intrínsecas, a imprensa de educação e ensino é um dos melhores lugares para imaginar outros possíveis em história da educação” (NÓVOA, 2002, p. 15-16).

Isso fica patente pelos conteúdos das notas, aqui transformados em categorias, que mostraram a cultura escolar, a profissão docente, os anseios da população e mesmo dos governantes – tudo isso representado nas páginas dos jornais. Assim, as fontes jornalísticas dão suporte para construir a história da educação, como visto, mesmo que dissertando sobre um ensino específico, destacando-o em categorias analíticas.

Propositalmente, os conteúdos deste capítulo não se detiveram apenas a olhar para os jornais. Ao contrário, essas valiosas fontes estabeleceram diálogos com alguns autores, tendo em vista a necessidade de observar os fatos históricos com olhares plurais, embora falando de um mesmo objeto.

Fica aqui a necessidade de ampliar o estudo sobre ensino secundário nos jornais, com mais profundidade, abrangendo cada uma dessas categorias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta dissertação permitiu compreender historicamente acontecimentos referentes ao ensino secundário no Estado do Piauí entre os anos de 1942 e 1971. Nessa perspectiva, as fontes jornalísticas foram fundamentais e encaminham o entendimento sobre como se organizou, funcionou, expandiu e modificou esse ensino. Dessa forma, é possível afirmar que a imprensa contribuiu para esta pesquisa e pode concorrer para inúmeras outras que também discutam a história da educação.

Por meio da imprensa, revelam-se alguns fatos históricos que os jornais guardaram ao longo dos anos, e que agora retornaram a cena por aqui. Poderiam tais fatos passarem despercebidos, mas não o foram. Tanto que aqui estão. Contudo, é relevante ao material jornalístico conservação, armazenamento e acesso, pois guardam valiosos registros que servem para garantir um aprofundamento acerca dos fatos.

Os esforços apresentados pela imprensa no Piauí tiveram sua origem no jornal *O Piauiense*, que inaugurou o jornalismo na então província, originando uma trajetória de veiculação de informes. O legado desse noticioso abriu caminho para diversos outros jornais, o que garantiu a circulação de notas sobre o ensino secundário, as quais passaram a chegar aos cidadãos de forma mais sistemática, oportunizando à população contar com algumas informações de que precisavam para o seu cotidiano, no caso do recorte do trabalho aqui apresentado, prioritariamente, entre os anos de 1942 e 1971.

No desejo de trazer a história desse ensino no período estabelecido, ele foi enquadrado na teoria de análise da Nova História Cultural, o que permitiu investigar os jornais com a preocupação de trazer elementos históricos ainda poucos estudados, como os alunos, os professores e as bolsas de estudos, entre outros. A partir desses e de outros pontos, o trabalho foi estruturado, priorizando os jornais, mas embasados em autores que sustentaram o objeto de estudo e as fontes hemerográficas.

Assim, foi possível situar a imprensa brasileira e piauiense em seus contributos históricos para este relatório findado, bem como para o próprio ensino secundário nas mesmas esferas. Contudo, após estar de posse dos dados empíricos, partiu-se para a caracterização das instituições que ofereciam tal ensino e, após a eleição das categorias, a análise dos mananciais.

Embora este trabalho tenha tido como principal fonte os jornais impressos, buscando apresentar a partir destes o ensino secundário, fez-se necessária à sua disposição de modo a facilitar que os objetivos propostos fossem alcançados. Para tanto, já na introdução,

mostraram-se elementos constitutivos do estudo, como objetivos, problema, aporte teórico, entre outros. No capítulo primeiro, pretendeu-se caracterizar a imprensa, prioritariamente no período em análise, além de trazer princípios que diziam como havia sido o ensino secundário piauiense até 1942, o que ajudou nas “fundações” da pesquisa, facilitando a análise acerca do funcionamento das instituições que ofertavam o ensino segundo a imprensa. Na abordagem do capítulo dois e, principalmente, nas análises das categorias abordadas no capítulo 3, nada teria sido realizado se não fossem as fontes encontradas no Arquivo Público do Estado, Casa Anísio Brito, e o trabalho realizado pelo projeto Memória do Jornalismo Piauiense, este último digitalizando grande parte do acervo pesquisado.

São notórios os benefícios sociais percebidos pelo vigor da Lei Orgânica do Ensino Secundário, 4.244/42, para o Estado do Piauí, uma vez que possibilitou aos estudantes facilidades de acesso a este. Ademais, essa realidade concorreu para o desenvolvimento acadêmico do alunado em instituições públicas – que na época tinha bastante relevância social – e privadas.

As mudanças no ensino secundário pretendiam dar fôlego a toda a educação ofertada pelo poder público e privado. Nesse ensejo, preparava o alunado tanto para o mercado de trabalho (embora não fosse este o seu fim) quanto para o seu ingresso em cursos de nível superior, e mesmo para serem educadas para as tarefas domésticas, no caso do ensino secundário feminino.

Seria demasiado afirmar que o ensino secundário e a imprensa, entre os anos de 1942 e 1971, caminharam juntas, pois não foi esse o objetivo das partes. Mas é óbvio que houve, pelos dois lados, interesse em estampar a educação nos impressos. Tanto é assim que esta pesquisa, no recorte ao qual se deteve, encontrou diversas notas sobre todos os níveis de ensino, detendo-se àquelas que tratavam do ensino secundário.

O Liceu Piauiense destacou-se na imprensa por abrigar alunos do ensino secundário público que se estabeleciam na capital, Teresina. É certo que a instituição era a principal de ensino do estado, e algumas notas que a ela se referiam se preocupavam em apontá-la como um modelo a ser seguido pelas demais. Tais notas eram referentes, precipuamente, ao que o estabelecimento promovia para a sociedade.

As instituições confessionais católicas de ensino secundário que aqui foram elencadas já existiam no Piauí antes de 1942, mas precisaram se adaptar à Lei 4.244/42. Essas instituições (nominalmente o Colégio Sagrado Coração de Jesus e o Colégio Diocesano São Francisco Sales) figuravam nas páginas dos jornais, principalmente para apresentar as suas atividades ou fazer alusão aos seus alunos.

Isso pode ser encontrado em duas notas sobre o Colégio Sagrado Coração, onde uma é ilustrada o terceiro capítulo, tratando de sua finalidade, e outra, no quarto capítulo (Figura 17), que noticia a conclusão do curso ginásial por parte de uma de suas alunas. Ainda sobre o Colégio Diocesano, é apresentado no subtópico 4.2, que convoca nominalmente alunos para que compareçam à secretaria do colégio, e no subtópico 4.5, tratando de uma comemoração de aniversário do estabelecimento.

Já os ginásios e colégios privados laicos apareciam na imprensa escrita principalmente em propagandas, que eram sempre veiculadas em diversos jornais, junto a outros informes do cotidiano desses estabelecimentos, que eram igualmente divulgados nos impressos.

Na maioria das cidades interioranas, o ensino secundário ainda era algo a ser conquistado. Em algumas, havia estabelecimentos, como referido aqui, enquanto outras se mostravam estavam desejosas de sua instituição. No caso do Ginásio Picoense, na cidade de Picos, as notas revelaram que o estabelecimento era um clamor da população. Já na cidade de São José do Peixe, o desejo de ter um ginásio, segundo a nota da Figura 7, parte do próprio prefeito. Os dois casos figuraram neste trabalho, o que se via em tantas outras cidades pelo estado: um apelo pelo ensino secundário.

“Comunicar” ou mesmo “avisar” tornou-se necessário no ensino secundário, e isso foi oportunizado com a colaboração da imprensa. Além de noticiar o que acontecia, os jornais prestavam o serviço de levar informação específica para os interessados. Desse modo, os destinatários das notas referentes a esse ensino eram os alunos, seus familiares, os professores, e os demais leitores, a quem, por ventura, interessavam as informações. Essa observação evidencia-se em grande parte das notas aqui analisadas, que em alguns momentos propagandeava os estabelecimentos de ensino e em outros, enaltecia a classe dos professores, convocava alunos, ou oferecia bolsas de estudos.

As bolsas de estudos ofertadas para alunos secundaristas nem sempre eram garantidas a eles, pois eram feitas muitas exigências, inclusive estas eram divulgadas nos jornais, regulando o processo para que elas fossem concedidas. É importante captar que os impressos apenas divulgavam o que as instituições propunham, eximindo, nesses casos, influências.

As notas sobre as bolsas foram trazidas a partir de duas figuras: a de número 10, que ressaltava a necessidade de os alunos que as pleiteavam para estudar no Ginásio Leão XIII serem comprovadamente pobres; e a de número 11, que mostra a oferta de estudo nos Estados Unidos da América para alunos do ensino secundário, exigindo que os candidatos tivessem domínio da língua inglesa.

Os prédios onde os estabelecimentos se instalavam sofriam com as questões políticas e sociais locais. Em alguns casos, o endereço onde eram construídos deixava claro a quem serviriam, pois, os centros urbanos abrigavam as elites do período. Em outros casos, percebem-se os conflitos que a imprensa fazia questão de relatar, onde as vozes dos jornais tinham peso ao chegarem às mãos dos leitores, como no caso do então inaugurado Ginásio Picoense, onde a estadia do prefeito da ocasião na capital, Celso Eulálio, foi noticiada pelo Jornal O Piauí, no ano de 1950, sendo aludido como “ilustríssimo chefe do executivo” e “nosso correligionário” – o que deixa claro o interesse da publicação da nota.

Pelas notas perscrutadas, nota-se que diversos assuntos referentes ao ensino secundário foram abordados pela imprensa. Um dos pontos que merece destaque nesse viés compete aos exames (admissão, suficiência e licença), que eram sempre motivo de informação. De forma mais incisiva e em quantidade grande de notas encontradas, o exame de admissão colocava os alunos que queriam entrar no ensino secundário em alerta por preparação, motivando os anúncios de professores particulares.

Como via de mão dupla, os exames de admissão aparecem como matérias significativas a serem publicadas, o que leva ao interesse da sociedade pelo assunto. Em suma, ser estudante do ensino secundário representava algo inescusável e a porta de entrada era o exame de admissão.

Os eventos escolares serviam para mostrar à sociedade aquilo que acontecia nas escolas, para apresentar o que os alunos aprendiam nos estabelecimentos e, ainda, para propagandear tanto o ensino secundário propriamente dito, quanto os ginásios e colégios. As notas que tratam dos eventos constantemente anunciam os estabelecimentos, com suas festas de aniversário e formaturas, além de desfiles e entregas de diplomas. Por exemplo: a preparação para a comemoração do aniversário do Liceu, no ano de 1957; a comemoração de aniversário do Colégio São Francisco Sales, em 1948; a entrega de certificados de exames de licença do Ginásio Santa Terezinha, de Floriano, em 1944, e a entrega de diplomas de conclusão do segundo ciclo para alunos do Liceu, em 1948.

O ensino secundário era espaço para as diversas classes sociais às quais os alunos pertenciam, embora com uma quantidade pequena para aqueles oriundos de famílias com baixa renda. De fato, a maioria dos educandos pertencia às elites, mas outras camadas da sociedade, mesmo que em menor escala, também tinham acesso a esse ensino.

Isso pode ser visto no tópico sobre as bolsas de estudos, tratada em categoria homônima, mais precisamente na nota da Figura 10. Também pode ser observado pelos estabelecimentos que funcionavam no turno da noite, como foi ilustrado na nota trazida pela

Figura 11. Esses elementos dão conta do fato de que os mais pobres, e mesmo os que necessitavam trabalhar durante o dia, também poderiam estudar no ensino secundário.

Ainda se observa que os estudantes eram reconhecidos pelos locais onde estudavam, e notícias que prioritariamente não diziam respeito ao ensino secundário, ao retratarem os acontecimentos, faziam essa referência, e isso acontecia até em casos de óbito, como na nota da Figura 18, que relatou o falecimento de uma estudante vítima de acidente de trânsito, a qual era matriculada no primeiro ano do ginásio da Escola Normal Antonino Freire.

Ser diretor dos estabelecimentos do ensino secundário, entre 1942 e 1971, era estar constantemente servindo de matéria para a imprensa. Essa visibilidade dava-se por estarem à frente das instituições, mediante propagandas, avisos e convites; por estarem sendo perseguidos, como visto na nota da Figura 19; ou por estarem sendo demitidos, a exemplo do exposto no tópico 4.7, em citação de uma nota que tornou pública a demissão de um diretor no Liceu, no ano de 1945. Isso tudo fazia com que os diretores de ensino secundário figurassem nas páginas dos jornais, em diversos assuntos.

Em partes, o mesmo se via quando se tratava de professores, expondo principalmente a organização deles e as suas lutas por salários dignos à profissão, fato acentuado a partir do início do período militar, no ano de 1964, mas já aparecendo em notas anteriores. Outrossim, as notas dos jornais mostraram professores que ofereciam aulas para preparação do exame de admissão. Assim, os impressos eram o espaço encontrado para suas propagandas, o que reforça um ensino secundário que disputava alunos por meio dessas matérias. De toda forma, em algumas notas, a imprensa tecia opinião sobre a situação dos professores.

Nas propagandas, nomeadamente das instituições, a imprensa pouco podia polemizar, pois era financiada pelas próprias instituições, o que rendia recursos financeiros para que os jornais se mantivessem. Tanto que a maior parte aparecia nos jornais em uma página comum às demais propagandas de produtos diversos. Estas eram voltadas especialmente às instituições laicas e se repetiam pelos vários jornais com a mesma estrutura, provavelmente exigida pelos donos dos estabelecimentos, ou seja, aqueles que por elas pagavam.

É fato que entre os anos de 1942 a 1971, a falta de estrutura de alguns estabelecimentos ainda era um desafio pouco retratado nos jornais, mas facilmente trazido por autores. Com efeito, os jornais denotam maior carência estrutural nos estabelecimentos situados nas cidades do interior do Estado. Todavia, não é de se estranhar que os estabelecimentos públicos, assim como outros prédios, não estivessem em condições de uso satisfatórias, pois os recursos destinados esbarravam nas questões burocráticas até serem liberados.

Buscar jornais piauienses e expô-los faz ressurgirem as notícias e o percurso que a história fez a partir dos noticiosos. Alcançando um número significativo de periódicos, percebe-se que houve grande protagonismo do ensino secundário, a ponto de ser comumente noticiado na imprensa.

As descobertas obtidas com as notas pesquisadas e aqui analisadas acerca do período de 1942 a 1971 apontam para o processo de renovação, expansão e consolidação do referido ensino, a partir da Lei 4.244/42, sendo perceptível esforços para atender aos estudantes, mesmo diante de situações adversas, como questões ligadas às construções e estruturas dos prédios, ao quadro de professorado questionado, e até mesmo supostas perseguições sofridas pelos diretores dos estabelecimentos.

Alguns pontos são destacáveis em importância para os fins deste trabalho. Primeiramente, aqui está a demonstração de que é possível estudar a história da educação por intermédio dos jornais, impressos que guardam informações de valia inestimável. Por conseguinte, o estudo trouxe análises sobre o ensino secundário no Brasil e no Piauí, apurando o processo de implantação e vigor da Lei Orgânica 4.244/42. Ainda se verificou como as instituições que ofertavam o ensino secundário apareciam nas notas de jornais. Por fim, elencaram-se as categorias – comunicados e avisos, bolsas de estudo, prédio, exames, eventos escolares, alunos, diretores, professores e propaganda – por meio das quais se demonstrou como o ensino secundário foi apresentado para a sociedade mediante a imprensa escrita.

Este trabalho abre caminhos para outras discussões sobre o objeto proposto, os quais ainda precisam ser desvelados. À vista disso, é necessário debruçar-se sobre as matérias da imprensa e mesmo em outras fontes capazes de ajudar a compreender ainda mais como se deu esse ensino na regência da Lei 4.244/42 e de seu legado para a educação piauiense.

REFERÊNCIAS

ACESSE PIAUÍ. Disponível em: <https://www.acessepiaui.com.br/noticia/7707/Liceu-Piauiense-ganha-lousa-eletronica-conectada-a-internet-e-cameras-de-monitoramento>. Acesso em: 10 dez. 2019.

ARAÚJO, Romildo de Castro. **A constituição do corpo docente do ensino secundário no Piauí (1942-1982)**. Teresina, 2012. 184 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012.

BACELAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. *In*: BASSANEZI, Carla Pinsky (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROS, Jesualdo Cavalcante. **Gurguéia: espaço, tempo e sociedade**. Teresina: Halley, 2009. 500p.

BARROS, José D'Assunção. **A Escolas dos Annales e a nova história**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BARROS, José D'Assunção. **Fontes históricas: introdução aos seus usos**. Petrópolis: Vozes, 2019.

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição Federal dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, DF: Senado Federal; Centro Gráfico, 1934. 292p.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 19.890, de 18 de abril de 1931**. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. Rio de Janeiro, 18 de abril de 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-publicacaooriginal-141245-pe.html>. Acesso em: 22 ago. 2019.

BRASIL. Decreto-lei n. 4.244, de 09 de abril de 1942. **Lei orgânica do ensino secundário**. Rio de Janeiro, 1942. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30 mai. 2018.

BRASIL. **Lei 4024, de 20 de dezembro de 1961**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 3 mar. 2019.

BRITO, Itamar Sousa. **História da educação no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 1996.

BURGI, Sérgio. **Introdução à preservação e conservação de acervos fotográficos: técnicas, métodos e materiais**. Rio de Janeiro: Funarte, 1988.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

BURKE, Peter. A história vista de baixo. *In*: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1992.

CAMPOS, Moaci Madeira. **Reminiscências de um mestre-escola**. Teresina: Gráfica da UESPI, 1996.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e conhecimento: uma abordagem epistemológica. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 1-36.

CARVALHO, Rita de Cássia Gonçalves de. **As transformações do ensino no Brasil: análise das reformas**. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_091.html. Acesso em: 13 mar. 2019.

CASTRO, C. A.; CASTELLANOS, S. L. V. Arquitetura escolar: entre construções e adaptações. *In*: DE SOUZA, Rosa Fátima; PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira; LOPES, Antônio de Pádua de Carvalho (org.). **História da educação primária no Brasil: investigações em perspectiva comparada**. 1. ed. Aracaju: EDISE, 2015. p. 427-465. v. 1.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988. 244 p.

COLÉGIO DIOCESANO. Disponível em: <http://diocesano.g12.br/pesquisar?s=DIOCESANO>. Acesso em: 10 dez. 2019.

DALLABRIDA, Norberto. A Reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. **Educação**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, mai./ago. 2009.

DALLABRIDA, Norberto; TREVIZOLI, Dayane Mezuram; Vieira, Leticia. As mudanças experimentadas pela cultura escolar do ensino secundário devido a implementação da Reforma Capanema de 1942 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961. *In*: VIII COLÓQUIO ENSINO MÉDIO, HISTÓRIA E CIDADANIA, Florianópolis, SC. **Anais [...]** (on-line). 2013. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/EnsinoMedio/article/view/4066>. Acesso em: 11 dez. 2019.

DARNTON, Robert, 1939. **O beijo de Lamourette**. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FERNANDES, Ana Lúcia Cunha. O impresso e a circulação de saberes pedagógicos: apontamentos sobre a imprensa pedagógica na história da educação. *In*: **Impressos e história da educação: usos e destinos**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.

FIDELES, Guido. **Jornalismo, a grande arma da liberdade**. São Paulo: Editora Nacional, 1986.

FORTES, José; FORTES, Juliana. **Melo e Domício Magalhães, exemplos de educadores**. Disponível em: <https://www.meionorte.com/blogs/josefortes/melo-e-domicio-magalhaes-exemplos-de-educadores-244993>. Acesso em: 15 ago. 2019.

FREITAS, Maria Leonília de; SOUSA, Francisco Antônio Freitas de; FREITAS, Francisco Newton Freitas. **Professor Felismino Freitas: educação como missão e vocação**. Teresina: Zodíaco, 2009. 244p.

GATTI JÚNIOR, Décio. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. *In*: ARAÚJO, José Carlos Sousa; GATTI JÚNIOR, Décio (org.). **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2012.

GRAÇA, Tereza Cristina Cerqueira da. **Pés-de-anjo e letreiros de neon: ginásios na Aracajú dos anos dourados**. Aracajú: Editora UFS, 2002.

LE GOFF, Jaques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. Formando elites condutoras: a expansão e a interiorização dos ginásios no Piauí (1942-1971). *In*: VI CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2011, Vitória. **Anais [...]**. Universidade Federal do Espírito Santo, 2011.

LOPES, Eliana Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria Oliveira. **Território plural: a pesquisa em história da educação**. São Paulo: Ática, 2010.

LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Cassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2015.

MAGALHÃES, Justino. Um contributo para a história do processo de escolarização da sociedade portuguesa na transição do antigo regime. **Educação, Sociedade & Cultura**, Lisboa, n. 5, p. 7-34, 1996.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Projeto e relatório de pesquisa. *In*: **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2007. p. 217-235.

MARTINS, Agenor de Sousa *et al.* **Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento**. 2. ed. Teresina: Fundação CEPRO, 2002.

MARTINS, Agenor de Sousa. Mais escolas, mais professores: história da constituição do corpo docente de ensino secundário no Piauí (1950-1970). *In*: VII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: circuitos e fronteiras da história da educação no Brasil, 7., 2013, Cuiabá. **Anais [...]**. Cuiabá, MT, 2013.

MARTINS, Agenor de Sousa. **O ensino ginásial no Piauí: política educacional e memória**. *In*: IX CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2017. João Pessoa, PB, 2017.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina. Pelos caminhos da imprensa no Brasil. *In*: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

MENDES, Felipe. Formação Econômica. *In: Piauí - Formação - Desenvolvimento - Perspectivas*. Teresina: FUNDAPI, 1995. p. 55-81.

MENDES, Francisco Iweltman Vasconcelos. **História da educação piauiense**. 1. ed. Sobral: Egus, 2012. 320p.

NASCIMENTO, Elizânia Sousa do. **Desbravando inteligências para o desenvolvimento: o Projeto Bandeirante e a expansão do ensino secundário no Maranhão (1968-1973)**. Teresina. 2013. 120 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares: por que e como pesquisar**. Campinas: Alínea, 2013.

NÓVOA, Antônio. **A imprensa de educação e ensino: concepções e organização do repertório português**. *In: Catani, Maria Helena Câmara et al. (org.). Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Esculturas Editora, 2002.

NUNES, Maria Thétis. **Ensino Secundário e sociedade brasileira**. 2. ed. São Cristóvão: Editora da UFS, 1999.

PINHEIRO FILHO, Celso. **História da imprensa no Piauí**. Teresina: COMEPI, 1972.

PINTO, Diana Couto. Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário: uma trajetória bem-sucedida? *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO – CBHE, 1, 2000, Rio de Janeiro, RJ. Anais [...] (on-line)*. Disponível: http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/044_diana_couto.pdf. Acesso em: 13 dez. 2019.

PONTE, Maria Gláucia Ferreira da. **As representações sociais da escola pública nos jornais de Teresina (1960-1989)**. Teresina, 2005. 206 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005.

QUEIROZ, Terezinha de Jesus Mesquita. **Educação no Piauí**. Imperatriz: Ética, 2008.

QUEIROZ, Terezinha de Jesus Mesquita. **Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo**. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí; João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 1998. 390p.

RAIYLSO, Marcos. **Memória: Exposição resgata patrimônio histórico de Teresina**. Disponível em: <https://www.oitomeia.com.br/colunas/engenheiro-marcos/2017/09/11/memoria-exposicao-resgata-patrimonio-arquitetonico-de-teresina/>. Acesso em: 10 dez. 2019.

REIS, Amada de Cássia dos Campos. **O ensino secundário ginasial no Piauí republicano: revelando a cultura escolar do Ginásio Municipal Oeirense 1952-1969**. Teresina, 2017. 382 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.

REIS, Fátima Cristina dos Santos; FERRO, Maria do Amparo Borges. **100 anos de história e memória do Colégio Sagrado Coração de Jesus**: uma influência italiana da educação brasileira. *In*: FERRO, Maria do Amparo *et al.* (org.). Teresina: EDUFPI, 2009. p. 96-106

ROCHA, Fenelon. Identidade e auto-estima. *In*: ROCHA, Fenelon (org.). **Comunicação e sociedade**: a influência da comunicação na imagem, na política e na identidade cultural do Piauí. Teresina: EDUFPI, 1999. 137p.

RODRIGUES, Joselina Lima Pereira. **Geografia e história do Piauí**: estudos regionais. Teresina: Halley S.A., 2007.

ROMANELLI, Otaíza O. **História da educação no Brasil (1930-1973)**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SANTOS, Kleber Montezuma Fagundes dos. **O movimento dos professores da APEP e a construção de uma nova cidadania em Teresina - 1978/1982**. Dissertação de Mestrado, UFPI, 1995.

SANTOS, Gervásio; KRUEL, Kenard. **História do Piauí**. Teresina: Hálley; Zodíaco, 2009.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SILVA, Cunha e. Em torno do ensino. **Jornal O Dia**, Teresina, ano VIII, n. 570, p. 1, 8 mar. 1958.

SILVA, Geraldo Bastos. **A educação secundária**: perspectiva histórica e teórica. São Paulo: Editora Nacional, 1969. 422p. v. 94.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011. 705p.

SOUSA, Higo Carlos Meneses de. **Um ginásio para mocidade picoense**: cultura escolar de uma instituição de ensino secundário (1950-1971). Teresina, 2019. 397 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.

SOUSA, Jane Bezerra. Imprensa e educação: profissão docente no Piauí. *In*: RODRIGUES, Rejane Meireles Amaral (org.). **A história na imprensa, a imprensa na história**. Jundiá: Paco Editorial, 2016. p. 123-141.

SOUZA, Rosa Fátima. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX**: ensino primário e secundário no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. História, memória e história da educação. *In*: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005.

TARGINO, Maria das Graças. **Jornalismo cidadão**: informa ou deforma? Brasília: IBICT; UNESCO, 2009.

VASCONCELOS, Inez Bandeira Maria de; FERRO, Maria do Amparo Borges. Liceu Piauiense (1845-1910): uma abordagem histórica. *In: História da Educação: novos olhares, velhas questões*. Teresina: EDUFPI, 2009. p. 27-46.

VERNIERI, Sâmia de Brito Cardoso. **História da propaganda e publicidade no Piauí**. Teresina: Alínea Produções, 2005. 106p.

VICENTINI, Paula Perin; Rosario Genta Lugli. **História da profissão docente no Brasil: representações em disputa** São Paulo: Cortez, 2009.

WELLER, Wivian; PFAFF, Nicolle. Pesquisa qualitativa em Educação: origens e desenvolvimentos. *In: Metodologias da pesquisa qualitativa em educação: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Vozes, 2013. p.12-39.

WIKIPÉDIA. Disponível em:

https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Pal%C3%A1cio_do_col%C3%A9gio_sagrado_cora%C3%A7%C3%A3o_de_Jesus_em_Teresina..JPG. Acesso em: 10 dez. 2019.

ZAQUERA, Luz Helena Toro. **História da educação em debate: as tendências histórico-metodológicas na América Latina**. Campinas: Alínea, 2002.

REFERÊNCIAS DOS JORNAIS

AINDA o caso do colégio Estadual. **A Gazeta**, Teresina, n. 14, p. 3, 10 out. 1945. Projeto Memória do Jornalismo Piauiense. Disponível em: https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/Gazeta/jNZ49bPgYp_K9LH3xhenOA==. Acesso em 20 ago. 2018.

AOS estudantes. **O Piauí**, Teresina, n. 211, p. 4, 12 abr. 1947.

BOLSAS de estudos em Universidades e Colégios dos Estados Unidos: Oportunidade para candidatos de ambos os sexos que desejam estudar nos Estados Unidos. **O Dia**, Teresina, n. 204, p. 5, 10 out. 1954.

COLÉGIO “Demóstenes Avelino LTDA”. **O Dia**, Teresina, n. 214, p. 3, 9 dez. 1954. Projeto Memória do Jornalismo Piauiense. Disponível em: <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/O%20Dia/V4jRT6bAaFaykoCSG4GJDg==>. Acesso em: 16 set. 2018

COLÉGIO Estadual. **O Dia**, Teresina, n. 499, p. 4, 3 out. 1957.

COLÉGIO Estadual do Piauí. **O Piauí**, Teresina, n. 425, p. 4-5, 22 dez. 1948.

COLÉGIO Sagrado Coração de Jesus. **A Luz**, Teresina, n. 01, p 3, 4 abr. 1939. Projeto Memória do Jornalismo Piauiense. Disponível em: <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/A%20Luz,%20%C3%93rg%C3%A3o%20do%20Curso%20Ginásial%20do%20Col%C3%A9gio/F3GmIITVpjcP-CktqyFTmQ==>. Acesso em: 18 set. 2018.

COLÉGIO São Francisco Sales (aviso aos alunos). **O Piauí**, Teresina, n. 424, p. 4, 22 dez. 1948.

COLÉGIO “São Francisco Sales”: seu aniversário no dia 12 de outubro. **O Piauí**, Teresina, n. 270, p. 2, 4 out. 1947.

COMEMORAÇÃO de aniversário do Colégio S. Francisco Sales. **O Piauí**, Teresina, n. 406, p. 2, 31 out. 1948.

CURSO de Admissão. **O Piauí**, Teresina, n. 435, p. 2, 26 jan. 1949.

DESASTRE matou estudante. **O Dia**, Teresina, n. 1195, p. 2, 17 mar. 1964. Projeto Memória do Jornalismo Piauiense. Disponível em: <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/O%20Dia/ZkbaeT-5dlHw0PJSptqvew==>. Acesso em: 14 ago. 2018.

FRANCO, José Patrício. Uma lagoa encerra as riquezas de São José do Peixe. *Jornal O Estado*, Teresina, ano XX, 15/16 ago. 1971. Municípios, p. 17. Projeto Memória do Jornalismo Piauiense. Disponível em: <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/O%20Estado/32v3BRLkUsHR-zypAy8cyA==>. Acesso em 02 ago. 2018

GINÁSIO “Des. Antonio Costa”. Edital. **O Dia**, Teresina, n. 112, p. 2, 2 dez. 1954. Projeto Memória do Jornalismo Piauiense. Disponível em: <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/O%20Dia/y95RC47qgFd8FA1ot48rUA==>. Acesso em: 1 set. 2018.

GINÁSIO “ Des. Antônio Costa”. Fundador Professor Magalhães Filho. **O Dia**, Teresina, n. 1771, p. 2, 9 fev. 1969.

GINÁSIO “Des Antônio Costa”. **O Dia**, Teresina, n. 104, p. 8, 25 jan. 1953. Projeto Memória do Jornalismo Piauiense. Disponível em: <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/O%20Dia/nMeE3lBbQeq3QmGnf7gN9g==>. Acesso em: 18 set. 2018.

GINÁSIO “Des. Antônio Costa”. **O Dia**, Teresina, n. 101, p. 2, 4 jan. 1953. Projeto Memória do Jornalismo Piauiense. Disponível em: https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/O%20Dia/tXXmTGgElQawDVuq0_6KOQ== acesso em: 10 set. 2018.

GINÁSIO Leão XII: Portaria n. 01: concede prêmios e dá outras providências. **A Gazeta**, Teresina, n. 1472, p. 3, 17 fev. 1944. Projeto Memória do Jornalismo Piauiense .Disponível em: <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/Gazeta/yK8Io4VkJRiygA195JtxvBA==>. Acesso em: 3 ago. 2018.

GINÁSIO Santa Teresina de Floriano. **A Gazeta**, Teresina, n. 1458, p. 4, 5 jan. 1944. Projeto Memória do Jornalismo Piauiense .Disponível em: <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/Gazeta/998K9ZQuKLY7otKtoZM-Ww==>. Acesso em: 3 ago. 2018.

GOMES, Filoceno. O Primor de Teresina. **A Gazeta**. Teresina, n. 1371, p. 4, 15 abr. 1943. Projeto Memória do Jornalismo Piauiense .Disponível em: https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/Gazeta/nLfbS2CnpK0-hsQ3_sAqfQ==. Acesso em: 18 ago. 2018.

LEITE, Cristina. O Sindicato dos professores. **O Dia**, Teresina, n. 1195, p. 4, 17 mar. 1964. Projeto Memória do Jornalismo Piauiense. Disponível em: <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/O%20Dia/ZkbaeT-5dlHw0PJSptqvew==>. Acesso em: 14 ago. 2018.

MINISTÉRIO da Educação e Cultura Diretoria do Ensino Secundário Campanha de aperfeiçoamento e difusão do Ensino Secundário. **O Dia**, Teresina, n. 1771, p. 3, 9 fev. 1966.

Projeto Memória do Jornalismo Piauiense .Disponível em:
<http://memoriadojornalismopi.com.br/admin/search-params/>. Acesso em 18 set. 2018.

OS EXAMES de licença ginásial. **A Gazeta**, Teresina, n. 1445, p. 1, 3 dez. 1943. Projeto Memória do Jornalismo Piauiense Disponível em: <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/Gazeta/oENQyiJHTVQgxQeqfsIQg==>. Acesso em: 18 ago. 2018.

PEDEM explicação os diretores de Colégios e Ginásios Particulares de Teresina. **O Dia**, Teresina, n. 117, p.03, 26 abr. 1953. Projeto Memória do Jornalismo Piauiense Disponível em: <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/O%20Dia/bpQEmYsLe36MUXYYcXfYQA==>. Acesso em: 2 set. 2018.

PELAS Escolas. **A Gazeta**, Teresina, n. 148, p. 4, 15 mar. 1944. Projeto Memória do Jornalismo Piauiense. Disponível em: <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/Gazeta/Eetfo6QdV19Ev14siJ3rDg==>. Acesso em: 2 set. 2018.

PELAS Escolas. **A Gazeta**, Teresina, n. 1451, p. 4, 18 dez. 1943. Projeto Memória do Jornalismo Piauiense Disponível em: <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/Gazeta/MZRxJUR-gqSeV7Ti45NMGg==>. Acesso em 18 ago. 2018.

PIMENTEL. Ana Maria. 1968, Educação posta à prova. **O Dominical**, Teresina, n. 97, p. 3, 29 mai. 1969. Projeto Memória do Jornalismo Piauiense. Disponível em: <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/O%20Dominical/kJfurc5X9bq8vIBv1YSPxg==>. Acesso em 18 ago. 2018.

PREFEITO Celso Eulálio: nesta Capital o ilustre chefe do Executivo picoense. **O Piauí**, Teresina, n. 601, p. 01, 26 mar. 1950.

PROFESSOR Barreto Cordeiro. **O Piauí**, Teresina, n. 211, p. 4, 12 abr. 1947.

PROFESSOR “Don Juan” Convidado a deixar o Ginásio Leão XIII. **O Dia**, Teresina, n. 502, p. 6, 13 out. 1957.

SILVA, Cunha. O Ensino Secundário (a nova reforma). **O Piauí**, Teresina, n. 393, p. 2, 10 dez. 1947.

TÓPICOS & Notícias. **O Dia**, Teresina, n. 338, p. 1, 15 mar. 1956.

TÓPICO de Notícias. **O Dia**, Teresina, n. 335, p. 1, 4 mar.1956.

APÊNDICE A – Notícias examinadas

ORDEM	JORNAL	CATEGORIA	MANCHETE	CIDADE/ ANO	NÚMER O	PÁGINA	AUTOR	FONTE
01	O Dia	Comunicado e avisos	Colégios funcionaram normalmente	Teresina 02 de abril de 1964	1206	08		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
02	O Dia	Diretores	Diretoria do Ginásio “Desembargador Antônio Costa”	Teresina 01 de novembro de 1953	144	03	Lino Correia Lima (Diretor Geral)	Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
03	O Dia	Eventos	Centro Estudantil Piauiense: Assembleia Geral	01 de março de 1953	109	03		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
04	O Dia	Diretores	Pedem explicação os diretores de Colégios e Ginásios Particulares de Teresina	Teresina 26 de abril de 1953	117	06		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
05	O Dia	Diretores	Do eminente professor de nossa faculdade de Direito e renomado jurista brasileiro, Des. Arimatéia Tito, os ilustres e dignos diretores do Ginásio “Des. Antônio Costa” receberam a carta que, aqui, com prazer transcrevemos:	Teresina 26 de abril de 1953	117	06		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
06	O Dia	Curso de admissão	Instituto Batista “Afonso Mafrense” funcionará a partir do corrente ano	Teresina 01 de janeiro de 1956	105	05		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
07	O Dia	Curso de admissão	Ginásio Desembargador “Antônio Costa”: Edital	Teresina 02 de dezembro de 1954	112	02	J.R. Magalhães Filho (Secretário)	Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
08	O Dia	Propaganda	Ginásio Desembargador “Antônio Costa” (reconhecido pelo Governo Federal)	Teresina 02 de dezembro de 1954	112	03		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
09	O Dia	Propaganda	Colégio Demóstenes Avelino LTDA	Teresina 02 de dezembro de 1954	112	05		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
10	O Dia	Propaganda	Ginásio Desembargador “Antônio Costa” (reconhecido pelo Governo Federal)	Teresina 05 de fevereiro de 1956	327	02		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense

11	O Dia	Alunos	Srta. Isabel da Costa Pereira	06 de setembro de 1953	136	04 e 06		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
12	O Dia	Propaganda	Estudo por correspondência	07 de junho de 1953	123	10		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
13	O Dia	Propaganda	Ginásio Des. Antônio Costa Fundador Professor Magalhães Filho	09 de fevereiro de 1969	1771	02		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
14	O Dia	Bolsas de estudo	Sindicato dos Bancários vai distribuir bolsas de estudos	09 de fevereiro de 1969	1771	03		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
15	O Dia	Comunicado e avisos	Ministério da Educação e Cultura Diretoria do Ensino secundário Campanha de aperfeiçoamento e difusão do Ensino secundário	09 de fevereiro de 1969	1771	03		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
16	O Dia	Propaganda	Colégio Demostenes Avelino	09 de fevereiro de 1969	1771	06		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
17	O Dia	Diretores	Piauienses homenageados fora do estado	11 de outubro de 1953	141	05		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
18	O Dia	Prédio	Ginásio popular: Prédio próprio	12 de abril de 1964	1216	02		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
19	O Dia	Eventos escolares	07 de setembro em Teresina: Compreensão, civismo e disciplina	12 de setembro de 1954	198	04		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
20	O Dia	Alunos	Colégio Desembargador Antônio da Costa (não é propaganda)	13 de maio de 1953	355	01		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
21	O Dia	Eventos escolares	Escola modelo Artur Pereira	14 de junho de 1953	124	10		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
22	O Dia	Alunos	Desastre matou estudante	17 de março de 1964	1195	02		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
23	O Dia	Alunos	Estudante!	15 de março de 1953	111	03		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
24	O Dia	Professores	O Sindicato dos professores	17 de março de 1964	1195	07	Cristiana Leite	Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
25	O Dia	Propaganda	Queres estudar o Curso de Admissão	19 de outubro de 1965	1672	03		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
26	O Dia	Alunos	Cooperativa escolar do Colégio Estadual do Piauí	22 de fevereiro de 1953	108	03		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
27	O Dia	Comunicado e avisos	Centro Estadual Piauiense: Instituto XI de agosto Aviso	22 de março de 1953	112	03		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense

28	O Dia	Professor	Professor Melo Magalhães	24 de maio de 1953	121	08		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
29	O Dia	Financiamento	Secretário de Educação foi a Brasília	24 de março de 1964	1201	01		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
30	O Dia	Comunicado e avisos	Educação Integral	03 de maio de 1956	352	02 e 03	Cunha e Silva	Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
31	O Dia	Professores	Concursos para professoras leigas	08 de janeiro de 1956	321	03		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
32	O Dia	Propaganda	Ginásio “Des Antônio Costa”	25 de janeiro de 1953	104	08		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
33	O Dia	Comunicado e avisos	Visita do Prof. Luiz Rego ao Ginásio “Desembargador Antônio Costa”	15 de abril de 1956	347	04		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
34	O Dia	Propaganda	Ginásio “Des. Antônio Costa”: Reconhecido pelo Governo Federal	22 de abril de 1956	349	02		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
35	O dia	Alunos	Tópicos de Notícias	02 de fevereiro de 1956	326	02		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
36	O Dia	Professor	Em louvor do mestre	08 de agosto de 1957	483	03		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
37	O Dia	Evento	Colégio Estadual	03 dou outubro de 1957	499	04		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
38	O Dia	Curso de admissão	Curso de Admissão	04 de janeiro de 1953	101	02		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
39	O Dia	Comunicado e avisos	Ginásio “Des. Antônio Costa” (Não é propaganda)	04 de janeiro de 1953	101	08		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
40	O Dia	Professor	Professora França Araújo	05 de agosto de 1954	108	06		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
41	O Dia	Professor	Tópico de Notícias	04 de março de 1956	335	01		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
42	O Dia	Professor	Ensino no Piauí	11 de agosto de 1957	484	03	O. G. Rego de Carvalho	Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
43	O Dia	Propaganda	Ginásio “Des. Antônio Costa” edital	05 de dezembro de 1954	231	02		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
44	O Dia	Propaganda	Colégio “Demóstenes Avelino LTDA”	09 de dezembro de 1954	214	03		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
45	O Dia	Professor	Professor “Don Juan” Convidado a deixar o Ginásio Leão XIII	13 de outubro de 1957	502	06		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense

46	O Dia	Bolsas de estudo	Bolsas de estudos em Universidades e Colégios dos Estados Unidos: Oportunidade para candidatos de ambos os sexos que desejam estudar nos Estados Unidos	10 de outubro de 1954	204	05		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
47	O Dia	Aluno	Tópicos & Notícias	15 de março de 1956	338	01		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
48	O Dia	Comunicado e avisos	Tópicos & Notícias	18 de março de 1956	339	01		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
49	O Dia	Professor	A Prof. Regina Gondim: Eu encontrei neste recanto, sem foros de grande cidade, um grupo de idealistas recusando-se a ficar na retaguarda dos seus irmãos mais favorecidos. Estudam, trabalham, lutam e vencem.	28 de novembro de 1957	515	05		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
50	O Dia	Diretor	Doa do professor: empossada solenemente a nova diretora do CERMAP	17 de outubro de 1957	513	03		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
51	O Dia	Professores	Apelo ao Sr. Secretário de Educação e Saúde	15 de janeiro de 1956	322	03		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
52	O Piauí	Eventos escolares	Colégio "São Francisco Sales": Seu aniversário no dia 12 de outubro	04 de outubro de 1947	270	02		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
53	O Piauí	Diretores	Colégio Diocesano "São Francisco Sales": Aviso nº 2/49	04 de fevereiro de 1949	440	03		Arquivo Público do Estado do Piauí
54	O Piauí	Propaganda	Ginásio "Des. Antônio Costa"	02 de junho de 1949	487	02		Arquivo Público do Estado do Piauí
55	O Piauí	Propaganda	Colégio "São Francisco de Sales"	08 de abril de 1947	209	02		Arquivo Público do Estado do Piauí
56	O Piauí	Professores	Ginásio "Des. Antônio da Costa": Preito de gratidão	11 de dezembro de 1948	420	03		Arquivo Público do Estado do Piauí
57	O Piauí	Curso de admissão	Curso de admissão gratuito	14 de janeiro de 1949	431	02		Arquivo Público do Estado do Piauí
58	O Piauí	Estudante	Aos estudantes	12 de abril de 1947	211	04		Arquivo Público do Estado do Piauí

59	O Piauí	Professores	Professor Barreto Cordeiro	12 de abril de 1947	211	04		Arquivo Público do Estado do Piauí
60	O Piauí	Professores	Em torno do ensino	17 de abril de 1947	213	03	Cunha Silva	Arquivo Público do Estado do Piauí
61	O Piauí	Propaganda	Curso de Admissão gratuito	14 de janeiro de 1949	431	01		Arquivo Público do Estado do Piauí
62	O Piauí	Propaganda	Instituto Desemb. Antônio Costa	15 de abril de 1947	212	02		Arquivo Público do Estado do Piauí
63	O Piauí	Propaganda	Colégio S. Francisco de Sales	15 de abril de 1947	212	02		Arquivo Público do Estado do Piauí
64	O Piauí	Comunicado e avisos	Ensino secundário (a nova reforma)	10 de dezembro de 1947	293	02	Cunha e Silva	Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
65	O Piauí	Comunicado e avisos	Biblioteca, Arquivo Público e Museu Histórico	18 de abril de 1947	217	03		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
66	O Piauí	Comunicado e avisos	Escolas Profissionais	18 de dezembro de 1947	293	04	Cunha Silva	Arquivo Público do Estado do Piauí
67	O Piauí	Professores	Professor Barreto Cordeiro	29 de abril de 1947	214	04		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
68	O Piauí	Propaganda	Ginásio “Des. Antônio Costa”	19 de janeiro de 1949	433	02		Arquivo Público do Estado do Piauí
69	O Piauí	Propaganda	Colégio S. Francisco Sales	20 de março de 1947	189	02		Arquivo Público do Estado do Piauí
70	O Piauí	Comunicado e avisos	Colégio São Francisco Sales (aviso aos alunos)	22 de dezembro de 1948	424	04		Arquivo Público do Estado do Piauí
71	O Piauí	Eventos escolares	Colégio Estadual do Piauí	22 de dezembro de 1948	424	04/05		Arquivo Público do Estado do Piauí
72	O Piauí	Prédio	Reforçar o ensino primário e médio, para evitar o número crescente de maus doutores	25 de junho de 1949	496	03		Arquivo Público do Estado do Piauí
73	O Piauí	Curso de admissão	Curso de admissão	26 de janeiro de 1949	435	02		Arquivo Público do Estado do Piauí
74	O Piauí	Eventos	Comemoração de aniversário do Colégio S. Francisco Sales	31 de outubro de 1948	406	02		Arquivo Público do Estado do Piauí
75	O Piauí	Professores	Ginásio “Des. Antônio Costa” Preto de gratidão	31 de outubro de 1948	406	03		Arquivo Público do Estado do Piauí
76	O Piauí	Prédio	Ginásio Picoense: sua próxima instalação	24 de setembro de 1949		03		Arquivo Público do Estado do Piauí

77	O Piauí	Prédio	Prefeito Celso Eulálio: Nesta capital o ilustre chefe do executivo Picoense	26 de março de 1950	601	01		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
78	O Dominical	Comunicado e avisos	Igreja e Estado	26 de janeiro de 1969	87	01		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
79	O Dominical	Comunicado e avisos	Acatada sugestão de universitários	29 de maio de 1969	97	01		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
80	O Dominical	Comunicado e avisos	Sistema preventivo	27 de fevereiro de 1969	13	01		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
81	O Dominical		1968, Educação posta à prova	29 de maio de 1969	97	03	Ana Maria Pimentel	Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
82	O Dominical	Propaganda	Instituto Prof. Elias Torres	23 de fevereiro de 1969	13/69	05		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
83	O Dominical	Alunos	Nota de esclarecimento aos estudantes	26 de maio de 1969	36/69	02		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
84	O Dominical	Comunicado e avisos	O Estudo do Latim	02 de março de 1969	15/69	02		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
85	O estado	Propaganda	Instituto Elias Torres	01 de julho de 1971		08		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
86	O Estado	Alunos	10 mil estudantes concentram-se nas ruas	11 de agosto de 1971		01		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
87	O Estado	Prédio	Jaicós: prefeito já instalou 52 escolas	15/16 de agosto de 1971		15		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
88	O Estado	Comunicado e avisos	Saúde e Educação	15/16 de agosto de 1971		17		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
89	O Estado	Comunicado e avisos	Amarante: educar é o lema do prefeito	15/16 de agosto de 1971		21		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
90	O Estado	Alunos	A elitização do ensino e o sacrifício dos estudantes	18 de agosto de 1971		07	Hélio Fernandes	Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
100	O Estado	Professores	Brasil gasta muito mais em educação do que em armas	25 de dezembro de 1971		03		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
101	O Estado	Professores	Wall Ferraz anuncia Reforma do Ensino e Salário móvel das professoras	09 de julho de 1971		07		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
102	O Estado	Alunos	Sepultado Aloimar Leitão	31 de agosto de 1971		01 e 08		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
103	O Estado	Comunicado e avisos	Jaicós: Prefeito já instalou 52 escolas	12 de agosto de 1971		01		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense

104	A Luz	Propaganda	Colégio Sagrado Coração de Jesus	04 de abril de 1939	01	03		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
105	O Cálamo	Alunos	Juventude	Parnaíba 26 de agosto de 1944	01	01		Arquivo Público do Estado do Piauí
106	Renascimento	Propaganda	Ginásio N.S. de Lurdes	Parnaíba 10 de fevereiro de 1946	02	01		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
107	A Gazeta	Propaganda	Ginásio Municipal “São Francisco Sales”	17 de novembro de 1945	18	03		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
108	A Gazeta	Propaganda	Ginásio “Des. Demóstenes Avelino”	07 de setembro de 1943	1414	02		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
109	A Gazeta	Propaganda	Curso de Admissão	07 de setembro de 1943	1414	03		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
110	A Gazeta	Diretor	Ainda o caso do colégio Estadual	10 de outubro de 1945	14	03		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
111	A Gazeta	Propaganda	Ginásio Santa Terezinha (Floriano)	24 de outubro de 1943	1430	02		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
112	A Gazeta	Propaganda	Ginásio Leão XIII	24 de outubro de 1943	1430	03		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
113	A Gazeta	Comunicado e avisos	Educação Física	29 de agosto de 1945	05	03		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
114	A Gazeta	Eventos	Centro Cultural Lina Rebelo	06 de abril de 1943	1369	01		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
115	A Gazeta	Prédio	O Primor de Teresina	15 de abril de 1943	1371	04	Filoceno Gomes	Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
116	A Gazeta	Curso de admissão	Os exames de licença ginásial	03 de dezembro de 1943	1445	01		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
117	A Gazeta	Propaganda	Ginásio Dr. Demóstenes Avelino	11 de dezembro de 1943	1448	03		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
118	A Gazeta	Alunos	Pelas escolas	18 de dezembro de 1943	1451	04		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
119	A Gazeta	Comunicado e avisos	Novas Diretrizes do Ensino	31 de janeiro de 1943	1338	01		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
120	A Gazeta	Eventos	Ginásio Santa Teresina, de Floriano	05 de janeiro de 1944	1458	04		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
121	A Gazeta	Propaganda	Propagandas diversas em uma única página	27 de janeiro de 1944	1465	03		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
122	A Gazeta	Propaganda	Ginásio Santa Teresina de Floriano	27 de janeiro de 1944	1465	04		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense

123	A Gazeta	Aluno	Pelas escolas	15 de março de 1944	1480	04		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
124	A Gazeta	Comunicado e avisos	Ginásio Dr. Demóstenes Avelino (aviso)	05 de março de 1944	1477	03		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense
125	A Gazeta	Bolsas de estudos	Ginásio Leão XIII: Portaria N. 01 Concede prêmios e dá outras providências	17 de fevereiro de 1944	1472	03		Projeto Memória do Jornalismo Piauiense